

OS DOIS VERBOS EXISTIR DO PORTUGUÊS

por

ELI NAZARETH BECHARA

Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Campinas

1976

A meus pais
NAGIB e LEONOR
a quem devo minha existência...

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Agradeço aos meus orientadores Marcelo Dascal e Rodolfo Ilari, que me aturaram desde o princípio; e ao Prof. Dr. Quentin A. Pizzini pela colaboração na remodelagem pós-defesa da tese;

Agradeço aos meus colegas de estudo que, na medida do possível, colaboraram para um bom desenvolvimento deste trabalho;

Agradeço às secretárias do Departamento de Linguística, que me auxiliaram na confecção do trabalho;

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por me haver concedido Bolsa de Estudos, sob Processo nº 7406/74, desde Abril de 1975 até o momento.

OS DOIS VERBOS EXISTIR DO PORTUGUÊS

Resumo

A presente investigação visa uma tentativa de evidenciar, por processos sintáticos e semânticos, que o verbo existir tradicionalmente classificado como um único verbo, intransitivo e pessoal, poderia ser descrito ora tendo duas entradas lexicais distintas, ora como tendo uma única. Para mostrar que isto é um fato, descrevemos no capítulo I sentenças em que ambos ocorrem. Na primeira parte, abstraímos duas entradas lexicais distintas para existir, segundo a teoria de Chomsky(1965), examinando tal hipótese à luz de sentenças em que ocorre a partícula exclusiva só. Na segunda parte, damos evidência de uma única entrada lexical para existir, segundo a teoria de Fillmore(1969), e outros. No capítulo II, damos fundamentos semânticos, segundo a teoria de Katz(1964), sobre sentenças analíticas, sintéticas ou contraditórias. Examina-se neste capítulo que o verbo existir do português contém sentidos que se opõem lexicalmente, e para comprovar tal fato, tomam-se sentenças complexas em que ambos ocorrem - um, numa sentença afirmativa, e o outro, numa negativa, aparentemente contraditória àquela - e se comprova **que tais sentenças não são contraditórias entre si.**

Este trabalho foi feito concentrando-se atenções sobre a língua portuguesa e, provavelmente, se poderia generalizar a outras línguas naturais(e.g.Francês, Inglês, Alemão, etc.).

Autor: Eli Nazareth Bechara

Orientador: Marcelo Dascal

Co-Orientador; Rodolfo Ilari

Í N D I C E

	<u>PÁGINA</u>
0.1 <u>Capítulo I : uma ou duas entradas lexicais ?</u>	3
Regra de Movimento do sujeito	5
Regra de Concordância Verbo-Sujeito	7
Regra de Topicalização	11
Paralelismo: Verbos intransitivos e Verbos impessoais	12
Regra de Passiva	21
Regra de Flexão Verbo-Impessoal	22
Regra de Concordância Verbo-Objeto	23-27
Engendramento de <u>sô</u> -PE - (Argumento)	35
Regras para gerar <u>sô</u> na EP	47
Regras de movimento da PE	53
Entradas para <u>existir</u> , segundo Chomsky(1965)	59
Argumento em favor de uma entrada lexical	59
Regra para mover Ag ou Obj	61
Estrutura profunda ,segundo Fillmore(1969)	62
Regra de CVS - Redefinida	68
Argumento em favor da rejeição do ciclo e ordenação de regras em sintaxe	74
Notas	77
0.2 <u>Capítulo II</u>	85
Entrada lexical de <u>existir</u> , Katz(1964)	90
Definição de Sentença Anômala	94
Definição de Sentença Não-Ambígua	96
Definição de Sentença Ambígua	96
Definição de Sentenças Paráfrases	100
Definição de Sentenças Paráfrases completas	102
Definição de Sentença Copulativa Analítica	103
Definição de Sentença Completamente Analítica	105
Definição de Sentença Contraditória	106
Definição de Sentença Sintética	107

0.2 Cont.	<u>PÁGINA</u>
Definição de Sentenças Inconsistentes	112
Definição de Sentenças Compostas Analíticas	114
Definição de Sentença Composta Contraditória	114
Definição de Sentenças Compostas Sintéticas	115
Notas	119
0.3 Conclusão	123
0.4 Bibliografia	124

C A P Í T U L O I

S I N T A X E

Nesta seção do trabalho abordaremos sentenças do português com existir, segundo teoria chomskyana. Tentaremos descrever, por essa teoria, os fenômenos linguísticos observados com tal verbo, e aplaudiremos ou refutaremos a teoria de Chomsky (1965), conforme nossos resultados parciais ou finais. As próximas passagens serão favoráveis a que se considere existir como sendo não um verbo, mas dois.

A- EXISTIR tem duas entradas lexicais ?

Segundo as gramáticas tradicionais do português, existir é um verbo intransitivo pessoal (com sentidos de ser, estar, viver, subsistir, haver, etc) ocorrendo, portanto, sempre com um elemento sujeito com que ele concorda. Esse verbo existir é tratado como um único verbo, quer ocorra em sentenças do tipo de

(1) Eu existo.

quer ocorra em sentenças do tipo de

(2) Existo eu na sala.

como se ambas tivessem sido geradas de uma mesma estrutura profunda, onde 'eu' é o sujeito gramatical da sentença. Para compatibilizar exemplos como (2), com a ordem normal S - V - O dos termos na sentença do Português, argumentar-se-ia que, em (2), o V foi deslocado para a esquerda do S, por uma regra transformacional que o torna enfatizado; ou,

que o S foi movido para direita de existir, em (2), porque desta maneira a sentença soa melhor. Se, por outro lado, o S de (2) foi movido para a direita de V, isto significa que antes de tal movimento ter-se efetuado, o S estava à esquerda de V. Se o S de (2) foi gerado à esquerda de V, por que a sentença

(3) ?Eu existo, nesta sala.

não é aceita como sinônima de (2), e é (provavelmente) inaceitável pelos nativos de português. (Não confundamos agramaticalidade com inaceitabilidade. Se uma gramática gera uma dada sentença, esta é gramatical, apesar de poder ser inaceitável. Se ela gera unicamente sentenças inaceitáveis, ela é uma forte candidata a ser rejeitada, visto que não se poderá descrever fatos aceitáveis, por meio dela."É-nos difícil estabelecer quando uma sequência é agramatical; e mesmo responder-se sobre como restringir o poder de uma gramática", diz Lightner(1976).)

Se existir de (2) é o mesmo existir de (3), esta teria também que ser boa; pois, não seria o simples movimento do S para a direita do V que tornaria uma sentença má, gramaticalmente. Se é verdade que (3) é a mesma sentença de (2) antes de se mover o S para a direita de V, então (5) é a mesma sentença de (4) antes do sujeito se mover:

(4) Existe eu na sala.

(5) ?Eu existe, na sala.

Mas, não parece ser, certamente.

Em sentenças com outros verbos, como

(6) a- Aqui eu mando.

a'- Aqui mando eu.

a"- Aqui manda eu.

parece ocorrer o mesmo fenômeno: não nos parece que (6a") tenha-se originado de uma sentença tal qual (7)

(7) ?Aqui eu manda.

Comparando-se (1) e (6) de um lado, e (4) e (6a") de outro, provavelmente se diria que o deslocamento do S (representado por FN em descrições estruturais) para a direita do V pode provocar uma alteração no morfema número-pessoal do verbo da sentença. Admitamos, por hipótese, que esta explicação seja correta. Se a alteração no morfema número-pessoal do verbo é obrigatória, então (2) e (6a') seriam agramaticais - o que não ocorre; logo, a alteração considerada não é obrigatória. Se é opcional, o movimento do S para a direita do V altera ou não, indiferentemente, o morfema verbal da sentença. Constata-se, entretanto, de maneira geral, que, apesar de se poder mover o S para a direita do V nas sentenças do Português, sem prejuízo de gramaticalidade das sentenças, a alteração no morfema número-pessoal do verbo é proibida. Por exemplo, no caso de sentenças como (8a), o deslocamento do morfema pronominal acarreta (8b), onde se preserva a gramaticalidade:

- (8) a- Eu vejo os livros.
b- Vejo, eu, os livros.

A regra transformacional aplicada a (8a) para gerar (8b) pode ser descrita como em (MS) abaixo:

(MS) REGRAS DE MOVIMENTO DO SUJEITO - MS

a- [X	FN	V	Y]	S	b- [X	FN	V	Y]	S
1	2	3	4		1	2	3	4	
1	∅	3,2	4	⇒MS	1	∅	3	4,2	⇒MS

A regra MS descrita acima é (provavelmente) pós-cíclica (porque ela se aplica quando a S já se encontra na Superfície da derivação), e é opcional, visto que tanto (8a) quanto (8b) são sentenças aceitáveis.

Com a alteração no morfema verbal obtêm-se a sentença inaceitável (9b) a partir de (9a):

- (9) a- Vejo, eu, os livros.
b- ?Vê, eu, os livros.

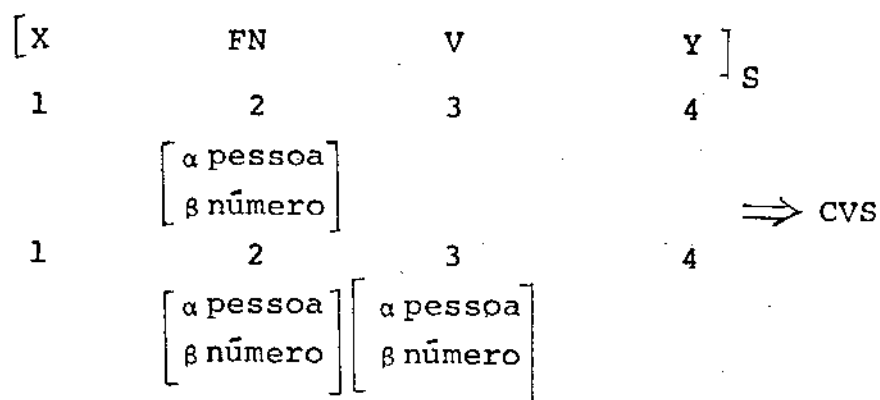
Tal inaceitabilidade (agramaticalidade?) parece ser regular com a maioria dos verbos em Português, como se pode observar em sentenças do tipo de

- (10) a- ?Brinca, eu, com o trenzinho.
b- ?Pula, eu, bastante.
c- ?Corre, eu, depressa.
d- ?Toma, eu, banho.

Nas sentenças (1), (6a) e (8) parece ter-se aplicado às suas respectivas estruturas subjacentes uma regra transformacional que faz o V da sentença 'copiar' os traços de número-pessoa do termo nominal que ocorre antes dele. Esse termo nominal, que é gerado antes do V, é chamado, tradicionalmente, de sujeito. A regra gramatical que faz o verbo copiar os traços número-pessoais do sujeito é denominada na literatura de Regra de Concordância Verbo-Sujeito, que pode ser descrita como

(II) REGRA DE CONCORDÂNCIA VERBO-SUJEITO - CVS

[X	FN	V	Y]	s
1	2	3	4	

(II) REGRA DE CONCORDÂNCIA VERBO-SUJEITO - CVS

Tal regra CVS parece ser obrigatória, no Português, uma vez que as sentenças de (12) são (vistas) como inaceitáveis:

- (12) a- ?Eu corre.
 b- ?Eu pula.

Se CVS é obrigatória - o que é um fato no Português evidenciado por (12) -, como podem as sentenças (4) e (6a") terem sido geradas sem que o verbo sofresse tal transformação obrigatória? Se considerarmos que nas sentenças (4) e (6a") ocorreu primeiro a aplicação opcional de MS e posteriormente uma outra regra transformacional que não CVS (dado que a aplicação desta só se dá mediante as condições necessárias de sua descrição em (11)), teríamos que afirmar que a ordenação entre tais regras seria

- (13) 1ª Regra MS - opcional
 2ª Regra (não denominada)

que nos mostraria as sentenças de (8), por um lado, e a de (9b) e (10) por outro, como sendo contra-exemplos dessa ordenação. Uma vez aplicada MS, a regra CVS é proibida, por a estrutura subjacente não satisfazer as condições exigidas por (11). Se afirmarmos, com relação às regras MS e CVS,

que às sentenças subjacentes a (4) e (6a") se aplicou primeiro CVS e posteriormente MS, tais como em (14), não geramos tais sentenças, mas, respectivamente, (2) e (6a'):

(14) 1ª Regra CVS - obrigatória

2ª Regra MS - opcional

Como, então, uma gramática que tenha as regras MS(opcional) e CVS(obrigatória) ordenadas como (14) - o que parece mais provável, dadas as ocorrências de (8) - pode gerar uma sentença aceitável como (4) e/ou (6a"), desobedecendo a uma ordenação de regras estabelecida por ela própria? Se consideramos que (4) e (6a") são sentenças gramaticais geradas pela gramática do Português - o que é um fato - então, ou: 1- as sentenças (4) e (6a'-a") não são geradas a partir das sentenças (3) ou (5) e (6a), respectivamente, - o que obriga (4) e (6a'-a") a terem estruturas profundas diferentes das estruturas de (3) ou (5) e (6a); ou 2- as sentenças de (4) e (6a'-6a") são geradas a partir de (3) ou (5) e (6a), respectivamente, e devem receber um tratamento à parte das demais sentenças do português. Não nos parece viável dizer-se que uma sentença gramatical tenha sido gerada a partir de uma sentença inaceitável aplicando-se nesta uma regra transformacional que é opcional (cf. Ms, de (5) para (4)): o que invalida o segundo membro da disjunção acima. Resta nos o primeiro: as sentenças de (4) e (6a'-a") não são geradas a partir de (3) ou (5), e (6a), respectivamente, portanto devem ter estruturas profundas diferentes das estruturas de (3) ou (5), e (6a).

Em que consistiria a diferença entre as estruturas profundas de (4) e (6a'-a") de um lado, e as de (3) ou (5), e (6a) de outro? Uma primeira pergunta se levanta, comparando-se (4) e (6a'-a") com (15), (16) e (17):

(15) a- Naquela casa [morei] eu e meu irmão.
[morou]
[moramos]

b- Eu e meu irmão [?morei] naquela casa.
[?morou]
[moramos]

c- [Morei] eu e meu irmão, naquela casa.
[Morou]
[Moramos]

(16) a- Aqui [mando] eu e meu irmão.
[manda]
[mandamos]

b- Eu e meu irmão [?mando] aqui.
[?manda]
[mandamos]

c- [Mando] eu e meu irmão, aqui.
[Manda]
[Mandamos]

(17) a- Nesta sala [existo] eu e meu irmão.
[existe]
[existimos]

b- Eu e meu irmão, [?existo] nesta sala.
[existe]
[existimos]

c- [Existo] eu e meu irmão, nesta sala.¹
[Existe]
[Existimos]

A pergunta que se levanta é: por que é que, quando a expressão 'eu e meu irmão' ocorre à direita dos verbos, estes flexionam-se concordando ou com o primeiro elemento, ou com os dois ao mesmo tempo, e até mesmo aparecem sem flexão pessoal (i.ê. ocorrem na 3ª pessoa singular, pessoa não marcada),

e, quando 'eu e meu irmão' aparece à esquerda dos verbos acima, em posição de sujeito gramatical (com exceção de existir) só é considerada gramatical e aceitável a ocorrência do verbo flexionado na terceira pessoa plural (i.é., aplica-se obrigatoriamente a regra de CVS) ? Por que é que com o verbo existir, em (17b), é aceitável sua ocorrência na 3ª pessoa singular (não marcada) e para os outros verbos, não? Outra pergunta: É possível uma gramática gerar (15a) e (16a) a partir de (15b) e (16b), respectivamente, invalidando o princípio da ordenação das regras de CVS e MS (e posteriormente aplicando-se uma outra regra de movimento de Locativos) ? Parece que não, pois (15a) e (16a) estariam sendo geradas, opcionalmente, a partir de sentenças agramaticais(?). O que parece estar evidente é que, se em (15b) e (16b) apenas uma ocorrência é aceitável: aquela em que CVS foi aplicada obrigatoriamente; então, a expressão 'eu e meu irmão' que nelas ocorre parece ser sujeito gramatical; e, se em (15a) e (16a) todas as ocorrências são aceitáveis, e não foram geradas pelas regras transformacionais CVS e MS: então, a expressão 'eu e meu irmão' que nelas ocorre não pode ser seu sujeito gramatical. Mas, se não é o sujeito gramatical, então qual função tais expressões exercem nas sentenças (15a) e (16a), que não a de sujeito gramatical? Antes de se responder a esta pergunta, voltemo-nos para as sentenças de (17). Se em (17b) o verbo existir pode ocorrer na 3ª pessoa do singular, e com os outros verbos acima, não, alguma coisa de diferente ele parece ter. Vejamos: se a expressão 'eu e meu irmão', que ocorre na posição de sujeito, fosse o sujeito gramatical de existir (em 17b), então a ocorrência de existir na 3ª pessoa singular seria inaceitável. Mas não se dá o fato de que ela o seja. Em não lhe sendo o sujeito gramatical, como é que se explicaria sua presença na posição de sujeito? Uma possível regra transformacional

o teria movido para este lugar; por exemplo, uma regra de topicalização do tipo de (18)

(18) REGRA DE TOPICALIZAÇÃO - TOP

[X	FN	Y]	S
1	2	3	⇒ TOP ²
2 # 1	Ø	3	

que se aplicaria a qualquer FN da sentença, movendo-a para antes da pausa da sentença. Tal aplicação resulta, normalmente, em se ter que colocar uma vírgula (quando da representação gráfica) no lugar da pausa. (Eis o porquê de (17b) estar virgulada.) Mas, se a expressão 'eu e meu irmão' foi topicalizada, ela deveria ter sido gerada, evidentemente, em um outro lugar que não o de sujeito, visto que ela se encontra, agora, antes do verbo. Em que lugar da estrutura profunda de (17a,b,c), (16a,c) e (15a,c) teria sido gerada a FN 'eu e meu irmão'? Por outro lado, em que difere o verbo existir de (1) ou (3) do existir de (2) ou (4), sendo que o daquelas tanto rejeita Locativos como também não ocorre flexionado na 3ª pessoa do singular quando a FN à sua esquerda é de 1ª pessoa singular; e o destas tanto aceita Locativo como também pode ocorrer flexionado na 3ª pessoa, qualquer que seja a FN à sua esquerda? Retomando as perguntas até aqui feitas e ainda não respondidas, temos: 1- Por que os verbos de (15)-(17) flexionam-se na 3ª pessoa, 1ª pessoa singular e 1ª pessoa plural? 2- Por que o verbo existir flexiona-se na 3ª pessoa singular em (17b), mas os verbos de (15b) e (16b) não o fazem? 3- Qual a função da FN gerada à direita dos verbos em questão?

Para tentarmos responder a estas perguntas capitais no trabalho, reservamos outros argumentos, que passamos a apresentá-los. Neste próximo argumento trataremos de responder à última pergunta: evidenciaremos que existir de (1) ou (3)

é um verbo intransitivo, pessoal e o de (2) ou (4) é um verbo transitivo, impessoal. No outro argumento tentaremos mostrar que a FN que ocorre à direita dos verbos então impessoais são geradas não na posição de sujeito (FN,S), mas na posição de objeto (FN,FV). Mostraremos evidências bastantes que tentam conduzir o leitor para mais próximo de nossas intuições sobre o(s) verbo(s) existir do Português.

ARGUMENTO SOBRE PARALELISMO SINTÁTICO : VERBOS INTRANSITIVOS
E VERBOS IMPESSOAIS

Tomando-se sentenças do português, tais como

- (19) a- Eu rio.
b- Eu chego.
c- Eu saio.

pode-se estabelecer, em princípio, que em sentenças, cuja sequência de termos obedeça a uma ordenação semelhante a S - V (ou FN - FV), o termo que ocupar a última posição na sequência receberá o acento de intonação. Assim, representaríamos uma sentença do tipo de (19), como (20).

- (20) a- # S - V̂ #
b- # FN - FV̂ #

(Segundo Chomsky & Halle (1968), uma sentença receberá interpretação fonológica somente após todas as regras transformacionais (da sintaxe) terem sido aplicadas - cíclicas ou não.)

Caso a regra de MS se lhes aplicasse por último, então a Fonologia atribuiria uma descrição de acento de intonação, não como (20), mas como (20'):

- (20') a- # $\dot{V}$, S #
 b- #F $\dot{V}$, FN #

(a ocorrência da vírgula é fundamental, visto que é a marca de pausa da sequência falada. Diz-se que ela é fundamental, na medida em que ela torna contrastiva com uma sentença que não a tenha.)

Observa-se nas sentenças de (19) que seus verbos possuem uma predicação completa, sem necessidade de complemento ob-
 jeto direto. Verbos dessa natureza são chamados pelos gra-
 máticos tradicionais de verbos intransitivos. São intran-
 sitivos, sob esta definição, verbos como os de (19), pois
 não aceitam complemento objeto direto em contextos do tipo
 de

- (19') a- ?Eu rio um riso aberto.
 b- ?Eu chego uma chegada cansada.
 c- ?Eu saio uma saída demorada.

Esses verbos intransitivos de (19), se explorados em mais
 contextos como

- (19) d- Eu rio na classe, quase sempre por prazer.
 e- Eu chego aqui, às vezes apressadamente, sem pacotes.
 f- Eu saio por aí, todo dia, a passeio.

evidenciam possibilidades de ocorrer com circunstanciais di
versos. Tais verbos intransitivos teriam, na notação propos-
 ta por Chomsky (1965, cap. 4) para entradas lexicais, entradas
 do tipo de

- (I) [+V, +FN — (#) (Loc) (Tempo) (Modo) (Prep FN)]³

Como Chomsky (pag. 260) evidencia que uma entrada lexical com

circunstanciais pode ser reescrita em uma sem elas, pode-se reescrever (I) acima, tal como (I'):

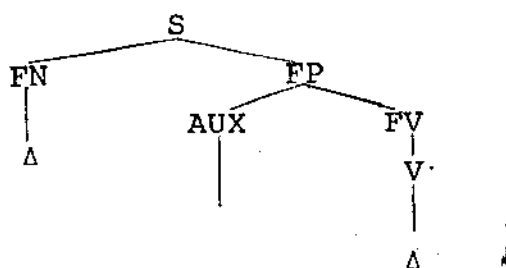
(I') $[+V, +FN \text{---} (\#)]$

(Esta possibilidade de reescrita de uma entrada lexical será utilizada no trabalho, toda vez que formos dar uma entrada lexical para os tipos de verbos que vão ocorrer daqui para frente.)

Em Chomsky (1965, pag 156) a posição dos símbolos categoriais na entrada lexical de um item é significativa quanto à sua função no indicador sintagmático. Daí, a FN gerada à esquerda de V ou FV teria a função (FN,S) que ele denomina de 'sujeito-de'; a FN gerada à direita de V teria a função de (FN, FV) que ele denomina de 'objeto-de', e a FP gerada a partir de S (sentença) teria a função de (FP,S) que ele a denomina de 'predicado-de'.

Sentenças como as de (19a-c), sob um tratamento chomskyano teriam vindo de uma estrutura profunda com indicador sintagmático aproximadamente semelhante a (21):

(21)



onde os símbolos postíços Δ ocupam o lugar de um item lexical (ou formativo) a ser inserido na última etapa do desenvolvimento da E.P. (estrutura profunda): a inserção lexical. Segundo Chomsky (1965, pag 210), para cada categoria lexical haveria uma regra transformacional da componente categorial do tipo de $A \rightarrow \Delta$, em que A é uma categoria lexical e Δ um símbolo postíço determinado. Tais símbolos Δ, gerados pe-

las categorias lexicais no indicador sintagmático (ou diagrama de árvore) (21), são substitutos de itens lexicais. Para os Δ serem substituídos (i.é, para se lhes aplicar uma regra transformacional de substituição) por um item lexical (cuja entrada lexical é representada por (D,C)) de ve haver em C certas condições que sejam satisfeitas pelo indicador sintagmático em que o item lexical deverá ser inserido. C, por ser um símbolo complexo, contém traços inerentes e traços contextuais. Tais traços constituem as condições para se poder substituir Δ por um item lexical no indicador sintagmático. A inserção lexical de um item no indicador sintagmático se dá mediante a aplicação da seguinte regra:

- (22) Se Q for um símbolo complexo de uma sequência pré terminal, e se (D,C) for uma entrada lexical, não sendo C distinto de Q, então Q pode ser substituído por D. (Pág 170)

(entende-se que (D,C) é uma entrada lexical onde D é uma matriz de traços distintivos fonológicos que 'soletra' de terminado formativo lexical, e C, uma coleção de traços sintáticos especificados - um símbolo complexo)

Desta maneira, para obtermos as sentenças subjacentes a (19a-c) a partir da estrutura (21), deve-se aplicar as regras descritas acima, para cada ocorrência de Δ . (As restrições de subcategorização estrita e de seleção estão inplícitas na notação 'coleção de traços sintáticos especificados' (discutidos longamente em Chomsky(1965,cap. 2)) Após a inserção lexical na estrutura profunda de uma sentença, outras regras transformacionais, cíclicas ou não, devem, ou podem, se aplicar para que a sentença tome uma forma superficial.⁴ No caso das sentenças subjacentes a (19a-c) tais como respectivamente em (23a-c):

- (23) a- Eu ri-
 b- Eu cheg-
 c- Eu sa-

observe-se que não podem ter uma ocorrência tal como em (24)

- (24) a- ?Eu ri.
 b- ?Eu cheg.
 c- ?Eu sai.

(se consideramos que o tempo verbal é o Presente do Modo Indicativo).

Às estruturas de (23) aplica-se a regra obrigatória de CVS (pós-cíclica) para se obter as sentenças de (19a-c). (No Português há um problema um tanto mais complexo quanto à aplicação de CVS, pois esta se aplica e o morfema resultante aparece amalgamado com o morfema modo-temporal do verbo. Por isso especificamos que as sentenças de (24) não podem ter uma ocorrência aceitável (gramatical) se consideradas realizações do Presente, Indicativo).

Da mesma maneira que ocorre com as sentenças de (19), ocorre também com certas sentenças do português com o verbo existir, como em

- (25) Eu existo.

Sentenças como (25) (ou (1)) têm uma estrutura profunda tal qual (21). Se se pode admitir que (25) tem estrutura profunda tal qual (21), deve-se admitir (de acordo com a tradição gramatical) que o verbo existir de (25) se enquadra entre os verbos intransitivos, cuja entrada lexical seria algo como (II), reescrita em (II'):

- (II) Existir: [+V, +FN — (#) (Modo) (Tempo) (?Loc)]
 (II') Existir: [+V, +FN — (#)]

(Pode-se igualmente gerar a sentença (6a), (15b) e (16b) a partir da estrutura profunda (21), pois os verbos mandar, morar, nestas sentenças, são intransitivos e pessoais, com entradas lexicais semelhantes à entrada lexical de (I).)

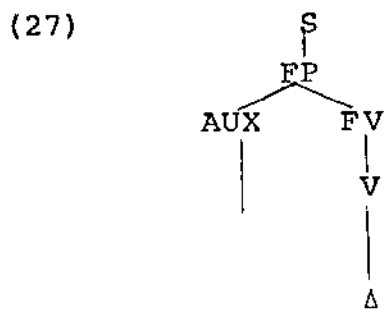
Voltemo-nos, agora, para sentenças como (26a-c):

- (26) a- Chove.
b- Neva.
c- Troveja.

que, por se constituírem de um único termo - V - este é o único a receber o acento intonacional da sentença. Pode-se representá-lo sob a notação

(26') # V #

(onde o símbolo # representa a fronteira sentencial.)
Estas sentenças de (26) resultam de estruturas profundas do tipo de (27):



Os verbos que substituem Δ em estruturas como (27) são tipicamente verbos que uma longa tradição gramatical do português define como impessoais. Uma vez as sentenças de (26) ocorrendo com possíveis circunstanciais, como em

- (26) d- Chove torrencialmente, todo dia, nestas proximidades.
 e- Neva escandalosamente em Bariloche, hoje em dia.
 f- Troveja, quase sempre, ruidosamente, nos pólos.

pode-se ter, para os verbos de (26), uma entrada lexical semelhante a (III), reescrita em (III'):

(III) [+V, + # — # (Loc) (Modo) (Tempo)]
 (III') [+V, + # — #]⁵

E, também, para sentenças com os 'mesmos' verbos de (26) - agora seguidos de uma FN à sua direita:

- (28) a- Chovia pedras.
 b- Nevava blocos.
 c- Trovejava rumores.

com o acento intonacional sobre o último elemento - FN - e que por isso as representamos, como:

(28') # V - FÑ #

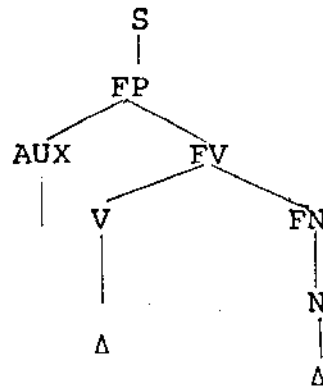
Caso se lhes aplique a regra de Top, antes da interpretação fonológica, tal acento intonacional tomaria a interpretação

(28'') # FÑ , V #

Pode ocorrer que, após a topicalização de tal elemento, a Fonologia interprete esse acento mais fortemente que o de intonação. Nesse caso não se estaria tratando de acento de intonação, mas de outra natureza - contrastiva - que não nos interessa por agora, no momento do argumento.

As sentenças de (28) teriam estruturas profundas semelhantes a (29):

(29)



a partir da quais seriam aplicadas regras de substituição e de inserção lexical (já descritas anteriormente), observadas as condições e restrições sintáticas com relação aos verbos nelas inseridos. As sentenças de (28), ocorrendo com circunstanciais como em

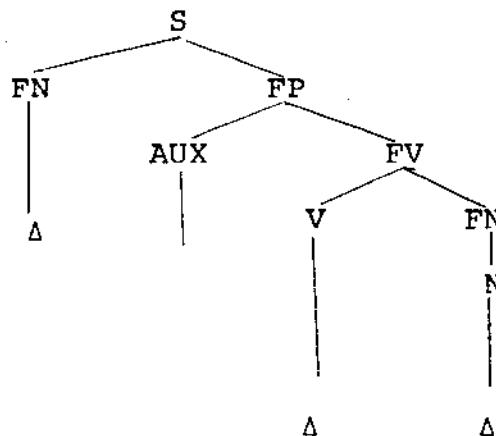
- (28) d- Chovia pedras aqui, desde a semana passada.
 e- Nevava blocos o tempo todo, sobre as casas.
 f- Trovejava rumores, sem parar, na caverna.

podem ter uma entrada lexical como (IV), reescrita em (IV'):

- (IV) [+V, + # ——— FN (Loc) (Tempo) (Modo)]
 (IV') [+V, + # ——— FN]

Segundo a teoria de Chomsky (1965), as estruturas profundas de (28) teriam que ser algo como

(29')



dado o fato de que sua teoria da sintaxe descreve fatos do inglês, apenas; língua em que não ocorre sentença sem FN-sujeito. Como, para o Português, a categoria FN-sujeito (no caso dos verbos impessoais) ficaria sempre sem item lexical a inserir, adotaremos como indicador sintagmático para elas (de (28)) a estrutura de (29). Para estruturas profundas de (29'), a entrada lexical para os verbos de (28) seria algo como (IV''), reescrita em (IV'''):

(IV'') [+V, + Δ — FN (Loc) (Modo) (Tempo)]

(IV''') [+V, + Δ — FN]

Observe-se que a opção por uma entrada lexical para os verbos impessoais de (28) tal como em (IV), em vez de (IV''), é extremamente significativa, pois o símbolo postiço Δ acima substitui um item lexical a ser inserido no Indicador sintagmático (cf. pag 210; e na pág 150, a regra de reescritura $A \rightarrow Z / X \text{---} Y$, em que A é um símbolo categorial único, e Z é uma sequência de símbolos não nula,), e se este símbolo ocorre na posição de FN-sujeito ele será interpretado como uma FN a ser preenchida por um item lexical em algum estágio da transformação. Daí decorrerá o fato de que, como Passiva é uma regra transformacional que pode se aplicar a uma estrutura subjacente (se e somente se) com pelo menos as categorias FN - V - FN (cf. Chomsky, 1965, pag 192, ex.56); e se o símbolo Δ é uma suposta FN à esquerda de V, então Passiva vai poder ser aplicada em sentenças cujo verbo tenha entrada lexical do tipo de (IV'''), dado que Δ ocorre na FN. Como se pode observar em (30) e (31), não é isto que ocorre:

(30) ?Pedras eram chovidas.

(31) ?Blocos eram nevados.

E, se (32) deriva por inserção lexical a partir de (29), deve-se admitir que existir, em (32) é um verbo impessoal. Observando possíveis ocorrências de existir impessoal com certos circunstanciais, como em

(32) b- Existia homens na sala, ontem.

c- Aqui existia pessoas estupidamente pobres.

pode-se dizer que existir teria uma entrada lexical semelhante a (V), reescrita em (V'):

(V) Existir: [+V, + # ——— FN (Loc) (Modo) (Tempo)]

(V') Existir: [+V, + # ——— FN]

Há de se notar que as sentenças de (28) e (32) contêm seus verbos na 3ª pessoa do singular (não-marcada) visto que são verbos impessoais. Se são verbos impessoais, i.é, não contêm FN-sujeito, é óbvio que não se possa falar em termos de aplicação da regra obrigatória de CVS, pois esta não se aplica na ausência do sujeito. Se os verbos impessoais de (28) ou de (26) estão flexionados na 3ª pessoa do singular, isto indica que a gramática do Português tem uma regra obrigatória que os faz ocorrer em tal pessoa, não marcada. Esta regra, que se pode denominar de Flexão Verbo-Impessoal, pode ser descrita como

(33) REGRA DE FLEXÃO VERBO-IMPESSOAL - FVI

[X	FV	Y]	(X ≠ FN)
1	2	3	⇒ FVI
1	2	3	
	[+3ª pessoa]		
	[+singular]		

Esta regra FVI parece se aplicar toda vez que uma sentença não apresentar a descrição estrutural imposta pela regra de CVS, o que a faz uma regra também pós-cíclica.⁶

Como se pode observar, o verbo existir, tradicionalmente tratado como único, aparece agora com duas entradas lexicais diferentes, fato já comum em descrições de certos verbos do Português (cf. 'Sintaxe do Verbo esquecer(-se)', Marco Antonio de Oliveira).

Poder-se-ia, contudo, levantar contra a solução proposta uma objeção radical, dizendo-se que a hipótese de uma entrada lexical como (V) é desnecessária, podendo-se obter sentenças como (32) mediante (II) e transformações que invertam a posição de FN e V em estruturas profundas como (21). Para decidirmos se a descrição do Português deve utilizar uma só entrada lexical ou duas, diferentes, para existir, reservamos o próximo argumento no qual tentaremos responder a perguntas levantadas no início deste capítulo.

ARGUMENTO SOBRE CONCORDÂNCIA VERBO-OBJETO - CVO

Tomando-se sentenças do português, tais como

- (34) a- Eu corro.
 b- ?Eu corre.
 c- Eu vejo.
 d- ?Eu vê.

observa-se que a regra de CVS é obrigatória, dado o fato de que são agramaticais, ou melhor, inaceitáveis, as sentenças de (34 b,d), onde os verbos ocorrem não concordando com o seu sujeito gramatical.

Observa-se por outro lado que são aceitáveis sentenças co
mo

- (35) a- Corro, eu.
b- Vejo, eu.

que, uma vez aplicada a regra MS, a teoria fonológica atribui-lhe o acento de intonação, como o demonstramos em (20) e (20'). As sentenças de (35) foram geradas a partir da aplicação de CVS e posteriormente MS (ambas pós-cíclicas) às suas respectivas estruturas subjacentes. Como se pode comprovar a sequência de aplicação das regras de CVS e MS, temos outras sentenças que podem ilustrar:

- (36) a- Eu durmo.
a'- Durmo, eu.
b- Eu vejo os livros.
b'- Vejo, eu, os livros.
b"- Vejo os livros, eu.

Voltando os olhos agora para sentenças com existir, acompanhado do acento de intonação, como

- (37) a- Eu existo.
b- # FN - $\hat{V}$ #

admitiu-se que ela tenha por estrutura profunda (21). À sua estrutura subjacente (36), segundo a teoria de Chomsky (1965,

- (38) $\left[[Eu]_{FN} [existir]_V \right]_S$

aplicou-se a regra CVS para gerar (37). Se a (38) se aplicasse a regra obrigatória CVS e posteriormente MS, obteríamos (39):

- (39) a- Existo, eu.
 b- # $\hat{V}$ γ FN #

Mas, como explicar sentenças do português, tais como (40) (ou mesmo (15a), (16a), (17a))

- (40) a- Existe eu.
 a'- Existo eu.
 a"- # V - FN #

em que o V da sentença aparece flexionado na 3ª pessoa singular ? Se a FN à direita de V é o sujeito gramatical de (40a), não teria esta que ser considerada estranha, e provavelmente rejeitada, como o foram as sentenças de (10)? Acontece que, dada uma situação possível de fala, (40a) ou (17a,c) são aceitáveis, como gramaticais. Então, o que há entre o verbo existir de (37) que não pode ocorrer, tal como em sentenças do tipo de

- (41) ?Eu existe.

e o verbo existir das sentenças de (40) ou (17a-c), que ocorrem ora concordando com a FN à sua direita, ora não ? Baseando-nos na representação do acento fonológico de intonação das sentenças (37) e (39) de um lado, e (40) de outro, associamos o verbo de cada grupo de sentenças acima com uma entrada lexical diferente da outra (cf. argumento anterior), e consideramos que (37) e (40) só devem ter estruturas profundas diferentes, visto que, se as consideramos oriundas de E.P.s semelhantes, é-nos difícil, ou improvável, explicar como a gramática - segundo a teoria de Chomsky (1965) - teria gerado (40), aplicando-se ou não as regras de CVS e MS, nesta mesma ordem. (Semelhante processo é aplicável às sentenças (15a,c), (16a,c) e (17a-c), i.é,

as sentenças de (15a,c), (16a,c) e (17a-c) teriam sido geradas, provavelmente, de uma mesma estrutura profunda, enquanto que as sentenças (15b) e (16b) teriam sido geradas de uma E.P. diferente da E.P. daquelas. O importante a se notar nesta comparação entre os verbos morar, mandar e existir é que, enquanto que os verbos morar e mandar inseridos em E.P. diferentes parecem ser interpretados semanticamente como sendo cada qual um único, o que as entradas lexicais dizem que não, com existir parece mudar o sentido de uma estrutura para outra. É um fato interessante, mas que não sabemos porquê !)

No argumento anterior, foram atribuídas ao verbo existir duas entradas lexicais diferentes, (agora enumeradas para efeitos práticos no trabalho:

- (42) a- Existir₁: [+V, +FN — (#) (?Loc) (Modo) (Tempo)]
 b- Existir₂: [+V, + # — FN (Loc) (Modo) (Tempo)]

Tentamos admitir por hipótese a possibilidade de dispensar a segunda dessas entradas, mas esta hipótese parece levar-nos a dificuldades. Nas passagens próximas vamos tentar mostrar que, mediante a hipótese de duas entradas lexicais distintas, é possível dar-se conta, em termos de capacidade gerativa fraca das sentenças gramaticais com o existir do Português .

Observe-se que o verbo existir de (40a) ou (17a,c) está concordando com a FN gerada à sua direita. Mas de que natureza é essa concordância que faz o verbo da FV concordar com seu complemento objeto direto, quando não há na sentença um elemento com função de sujeito gramatical ? Tendo-se considerado o verbo existir de (40) ou (17a-c) como um verbo impessoal, i.é, tem entrada lexical tal qual

em (IV), satisfazendo uma E.P. em que esteja ausente a FN-sujeito, não se pode afirmar que a concordância que ocorre nestas sentenças seja CVS, pois esta não se aplica a verbos impessoais. Dizer-se que ocorre FVI não basta, pois esta regra obriga o verbo impessoal a ocorrer na 3ª pessoa singular, e ficam inexplicadas as ocorrências de existir impessoal, flexionado ora na 1ª pessoa singular ou plural, ora na 3ª pessoa plural - fatos não enquadrados na regra FVI. Se a concordância de existir impessoal não é nem CVS nem FVI, quando de sua ocorrência na 1ª pessoa e plural, então que tipo de concordância é esta? Uma vez que em Chomsky(1965,pag 156) a FN gerada à direita de V exerce a função de 'objeto-direto-de', pode-se dizer que de certa forma o verbo impessoal 'concorda' com sua FN-objeto direto, como se dá nos exemplos aventados. Essa concordância de V com a FN-objeto direto pode ser denominada de Concordância Verbo-Objeto - CVO , e pode ser descrita tal como em (43):

(43) REGRA DE CONCORDÂNCIA VERBO-OBJETO DIRETO - CVO

[X	V	FN	Y]	(X ≠ FN)
1	2	3	4	
		[α pessoa]		
		[β número]		⇒ CVO
1	2	3	4	
	[α pessoa]	[α pessoa]		
	[β número]	[β número]		

Tal regra de CVO é opcional e pós-cíclica, e deve ser ordenada em relação a FVI, numa sequência tal como

- (0) 1ª Regra FVI -obrigatória
 2ª Regra CVO -opcional

Evidência para tal ordenação é que, se fossem aplicadas na ordem inversa, a FVI obrigaria o verbo impessoal a sempre ocorrer na 3ª pessoa do singular, pois a condição suficiente e necessária para FVI se aplicar é que não haja FN-sujeito na E.P. Se tomarmos uma sentença como

(44) [Chovem pedras.]_S

a cuja estrutura subjacente se tenha aplicado CVO, opcionalmente, na vez da aplicação obrigatória de FVI o verbo toma a flexão de 3ª pessoa singular como em

(44) a- Chove pedras.

o que acarreta a não possibilidade de ocorrência de uma sentença aceitável como

(44) b- Chovem pedras.

Aplicadas na ordem de (0) acima, a gramática parece das conta de todos os fatos com impessoais.

É evidente que sentenças do tipo de

(45) ?Existem pessoa na sala.⁷

sejam estranhas ou inaceitáveis, visto que violam as exigências de (43). As condições necessárias para aplicação de (43) são: 1- a ausência de FN-sujeito, e 2- a existência de uma FN complemento objeto direto do verbo. Tais condições são necessárias, visto que, com verbos impessoais como chover, nevar, trovejar a regra de CVO não se aplica (mas, FVI) na ausência da FN- objeto, como em:

- (46) a- Chove.
 b- Neva.
 c- Troveja.

Não se aplica também aos verbos que não sejam impessoais, apesar da presença de uma FN-objeto, tais como

- (47) a- ?Eu lêem os livros.
 b- ?Ele fazem as lições.
 c- ?Nós ensina-o.
 d- ? Ele derrubamo-nos.

Poder-se-ia objetar contra 'considerar-se FN gerada à direita de existir (ou de qualquer verbo) impessoal, como sendo um objeto direto ' pelo fato de: 1- não se poder aplicar Passiva às sentenças em que tais verbos ocorrem; 2- sua FN não poder ser pronominalizada (i.ê. ocorrer no Acusativo ou caso Oblíquo, se for pronome pessoal). Como se pode observar nas sentenças abaixo, estas restrições não são apenas para o verbo existir que consideramos impessoal, mas sim para a maioria dos verbos que tenham essa classificação. Observemos as sentenças seguintes com os impessoais ter, haver, dar, e existir₂:

- (48) a- Existe eu aqui.
 a'- ?Existe-me aqui.
 a"- ?Eu sou existido aqui.
 b- Tem gente na sala.
 b'- ?Tem-na na sala.
 b"- ?Gente é tida na sala.
 c- Houve aulas ontem.
 c'- ?Houve-as ontem.
 c"- ?Aulas foram havidas ontem.
 d- Dá japoneses em Araçatuba. (≠Dã-se japoneses em Araçatuba.)

- (48) d'- ?Dã-os em Araçatuba.
 d"- ?Japoneses são dados em Araçatuba.

Há certo problema quase insolúvel. Falantes há que 'aplicam' a regra CVO a verbos impessoais, quando estes ocorrem no pretérito:

- (P-1) a- Houveram muitos homens na festa, ontem.
 b- Tinham poucas cadeiras para trazer.
 c- Tínhamos só nós dois na sala.
 d- Havíamos todos nós, lá dentro.

mas não fazem o mesmo na sua ocorrência no Presente:

- (P-2) ?Hão muitos homens na festa, hoje.

Por outro lado, há falantes do português que consideram a sentença (P-1.a) uma sentença esquisita (até mesmo agramatical(?)). Talvez tais anomalias se dêem pelo fato de o verbo haver ser demasiadamente irregular, ou por questão eu fônica, que seus usuários tenham certo receio em empregá-lo. Com certos outros verbos impessoais, como faltar, fazer, tais como:

- (P-3) a- Falta vinte dias para as aulas começarem.
 b- Faltam vinte dias para as aulas começarem.
 c- Fazem três anos que se vive aqui.
 d- Fizeram quarenta dias ontem que saí de lá.
 e- Vão faltar só trinta casas para pintar.

parecem ocorrer os mesmos fenômenos que ocorrem com os existenciais: ora flexionados, ora não.

É evidente que não se poderia aplicar a regra de Passiva às

sentenças com verbos impessoais, visto que tais sentenças não apresentam uma descrição estrutural satisfatória às condições exigidas pela regra, não apresentam FN-sujeito. Além do mais, tais verbos não têm especificado positivamente no léxico o traço de sub-categorização estrita FN Modo (casos em que admitiria também livremente adverbiais de modo). Segundo a formulação de Passiva, de (30b), Chomsky enquadra casos com verbos intransitivos. Mas, estender Passiva para verbos intransitivos no Português, parece um tanto ousado, pois (49) mostra alguns inconvenientes:

- (49) a- José vê. (Não é cego.)
 a'- ? é visto(a) por José.
 b- Paulo existe.
 b'- ? é existido(a) por Paulo.
 c- A estrela sobe.
 c'- ? é subida(o) pela estrela.

Para Chomsky, o indicador de Passivização desempenha papel na subcategorização entrinca do V, e deve fazer parte da FV. Logo, os verbos intransitivos do Português, pelo que mostram as sentenças de (49); não têm tal indicador de Passiva, i.é., não procede no português a aplicação de Passiva a verbos intransitivos.

Note-se que, quando ocorre uma FN como complemento objeto direto do V, esta FN pode ser pronominalizada, i.é. pode ocorrer como um pronome oblíquo (Acusativo), como se pode observar em sentenças do tipo de:

- (50) a- Ele viu ela na rua.
 a'- Ele a viu na rua.
 b- Nós levamos os livros lá.
 b'- Nós os levamos lá.

- (50) c- Ele viu eu aqui.
 c'- Ele me viu aqui.

Mas, nos exemplos com verbos impessoais, nota-se a impossibilidade de tais ocorrências, como evidencia (48). Pode estar ocorrendo o seguinte com as sentenças de (48): os verbos impessoais apresentam em sua regra de subcategorização estrita certa restrição de seleção que impossibilita a Pronominalização da FN-objeto. Estas restrições sintáticas para a FN-objeto segundo Chomsky estariam especificadas no léxico dos itens lexicais que preencherão V(no caso) com o traço de subcategorização estrita:

$$(51') \quad \left[+ \text{ ————— FN } \left[- \begin{array}{l} \text{[Acusativo]} \\ \text{[Oblíquo]} \end{array} \right] \right]$$

Em se considerando que há na subcategorização de cada verbo impessoal o traço de subcategorização estrita (55') , o que nos parece mais próximo de uma descritividade do fenômeno, então, adotaremos esta hipótese com relação à Pronominalização das FN dos verbos impessoais.

Outro fenômeno que se observa com existir, é a aceitação de Locativo, por um deles, e a rejeição pelo outro. Observemos sentenças como(52):

- (52) a- Eu existo.
 a'- ?Existo, eu.
 b- ?Eu existo, aqui.
 b'- ?Aqui, eu existo.
 b"- ?Existo, eu, aqui.
 c- Existe eu.
 c'- Existo eu.
 d- Existe eu aqui.
 d'- Existo eu aqui.

A inaceitabilidade de Loc pelo verbo existir das sentenças (52b-b") parece exigir que haja um traço de subcategorização (-Loc) a esse verbo. Enquanto, por um lado, aqui nas sentenças (52d,d') é um complemento circunstancial de existir₂; por outro, aqui na sentença (52b-b") é um Loc demarcando onde se 'processa' a ação verbal: como existir₁ não é ação, nem processo(?), pode ser que por esse motivo não aceita Loc em suas ocorrências. O que ocorre com existir de (52a-b") quanto a Loc é um fato interessante. Tem-se verbos como estar, viver, ir, chegar, etc, que por vezes exigem um circunstancial Locativo evidente na sentença, i.é. extrínseco. Como se observa em sentenças como

- (53) a- A carta estava sobre a mesa.
 a'-?A carta estava. (a = a')
 b- Os leões vivem na África. (e não no Brasil)
 b'- Os leões vivem. (Não estão mortos.)
 b"- Na África, os leões vivem. (em outro lugar, acontece-lhes outra coisa, menos viver)
 b"'-?Os leões vivem. (b"' = b)
 c- José foi pra casa.
 c'-?José foi. (c' = c)
 d- O livro chegou lá em tempo.
 d'- O livro chegou lá.
 d"- O livro chegou. (necessariamente aqui)

Observe-se que, quando certos verbos, como viver de (53b') e chegar de (53d"), ocorrem sem circunstancial locativo evidenciado na sentença, a teoria semântica interpreta-os de maneira diferente da de quando com eles evidentes. Tais ocorrências verbais com Locativos não evidentes - sem se cogitar que tais circunstanciais estejam implícitos na situação extra-linguística, porque também pode acontecer - diremos que o circunstancial locativo está intrínseco no ver

bo, e não no contexto extra-linguístico. Esse fenômeno po de ocorrer com certos verbos como estar (em sentenças como 'José está?'), viver, chegar, lecionar, caminhar, voar, etc. Junto com estes está o verbo existir₁ de (52a-b"), mas não existir₂ de (52c-d'), cujos Locativos, quando não explícitos no discurso, estarão implícitos, mas não intrínsecos. Com existir₁, o Locativo intrínseco muda conforme o su-jeito gramat~~ica~~l:

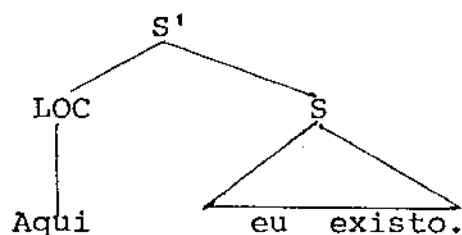
- (54) a- Eu existo. (Aqui; ?lá; ?aí; ?em algum lugar)
 b- Você(tu) existe(s). (Aí; aqui; ?lá; ?em algum lugar)
 c- Ele existe. (Lá; aqui; ?aí; ?em algum lugar)

Quando da ocorrência de existir₁ com Locativos, estes não lhe serão complementos circunstanciais, mas da sentença toda, levando esta a uma interpretação conotativa, como:

- (55) Aqui, eu existo. (i.ê, não vegeto; levo uma vida folgada)

Nestas condições, descreveríamos uma sentença como (55), do modo que vemos em (56)

(56)



Evidência para tanto, encontramos nas sentenças:

- (57) a- Aqui, só se fala em futebol.
 b- Na igreja, os fiéis rezam, fazem preces, cantam.

e outras mais.

Assim, enquanto o circunstancial locativo em existir₁ é in
trínseco, com existir₂ é extrínseco (implícito ou explíci-
to no contexto (extra-) linguístico: fator que pesa em par-
te para isolar um existir de outro, sintaticamente.

Temos tentado nestas passagens, segundo Chomsky (1965), dar
algumas evidências de que o verbo existir no português de-
veria ter duas entradas lexicais distintas: das evidências
mostradas, nem todas se mostraram insatisfatórias, enquan-
to hipóteses. Tentaremos evidenciar novas probabilidades
de se ter duas entradas para existir, apresentando um no-
vo argumento, versando sobre a ocorrência de partícula ex
clusiva em sentenças com existir, mostrando que: para cer-
tas sentenças com existir a partícula só pode ocorrer duas
vezes; para certas outras sentenças, com existir também,
tal partícula não pode ocorrer mais de uma vez. Isto se
nos mostrará como evidência de que existir deverá ter duas
entradas lexicais, no português, se fosse tratado por uma
teoria a Chomsky (1965).

ARGUMENTO SOBRE ENGENDRAMENTO DE SÓ EM SENTENÇAS COM EXISTIR

Neste argumento abordaremos sentenças do português que o-
correm com a partícula exclusiva só (daqui para frente PE).
Sua ocorrência numa sentença faz surgir no item lexical ou
frase antes do ou da qual só ocorre, uma certa força semân-
tica excludora que destaca dos demais elementos na senten-
ça. Esta força excludora (que ocorre no escopo de só) po-
de, ou não, estar coincidindo com o que se considera o foco
da sentença. Pare decidirmos se sim ou se não, faremos uma
abordagem do problema em sentenças do português em que o
foco e só ocorram, quer juntos, quer separadamente. O tra-

tamento sintático mais extenso que conhecemos para a partícula exclusiva só é o de Jackendoff(1972). Faremos uma abordagem de sua teoria e, posteriormente, avaliaremos sua aplicabilidade às sentenças do português.

Jackendoff trata do foco e associa a ocorrência de 'only' ao foco da sentença. Segundo Jackendoff, foco se define tal como:

- (F) "A informação na sentença que o falante assume não ser partilhada por ele e pelo ouvinte."

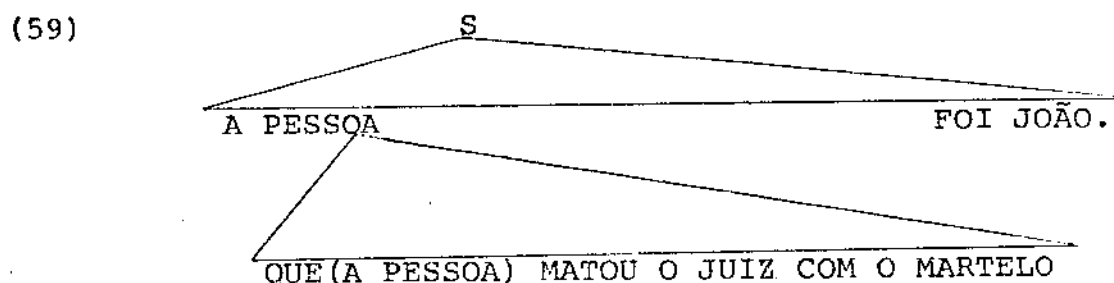
e associa à definição de foco, a de pressuposição, como:

- (P) "A informação na sentença que o falante assume ser partilhada por ele e pelo ouvinte." (p.230)

Para Jackendoff, que descreve sentenças do inglês, se o foco de uma sentença fosse gerado na estrutura profunda de uma sentença, tal qual

- (58) JOÃO matou o juiz com o martelo.

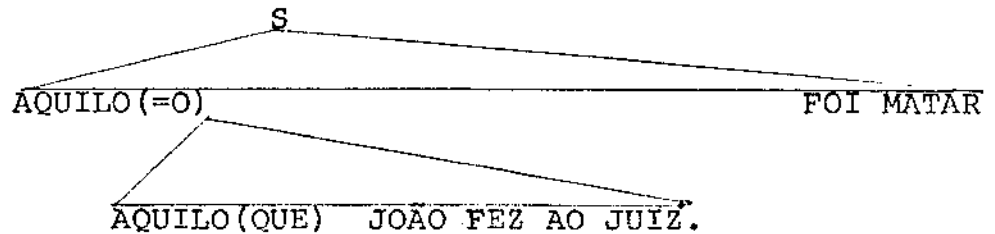
(O elemento em foco será destacado em letras maiúsculas, correspondendo ao item que recebe o acento mais forte da sentença), poderia ser representado como ocorrendo numa posição de predicado, numa sentença mais alta (sentença 'cleft') numa estrutura profunda, tal como



Mas Jackendoff parece rejeitar a adoção de que o foco seja gerado na estrutura profunda por uma sentença 'cleft', ocorrendo como o predicado desta, pois são impossíveis ocorrências de 'cleft' envolvendo verbos, prefixos e quantificadores. Observe-se que, no Português, os verbos poderiam ocorrer como o predicado de uma 'cleft', apesar de os prefixos ou quantificadores, não:

(60) a- João MATOU o juiz.

b-



(Utilizaremos, por vezes, esta maneira de representar o foco em uma sentença 'cleft', apenas para evidenciarmos o elemento em foco, numa sentença. Esta forma não é a melhor, porque não é a mais geral na teoria de Jackendoff, mas pode ser utilizada para representar o foco de uma sentença.) Jackendoff não rejeita a idéia de que o foco seja gerado na E.P: diz ele que o foco é gerado na E.P. por um nó marcado com o traço semântico (FOCO), que tem uma realização fonológica como acento mais alto, contrastivo, na sentença. Jackendoff (pag 230) cita, ainda, uma sugestão de Chomsky de que "o foco é determinado pela estrutura de superfície, como uma frase contendo o acento principal da sentença": esta maneira de tratar o foco de uma sentença parece-nos válida e a adotaremos daqui para frente.

Observando sentenças do inglês, em que ocorre um só foco, Jackendoff generaliza em sua teoria dizendo que, para cada sentença só pode ocorrer um único foco. E, acatando a sugestão de Chomsky, Jackendoff sugere que se engendre o foco da seguinte maneira:

- (F) "Insere-se um marcador sintático F que possa ser associado a qualquer n^o na estrutura de superfície, já que F é relevante só na E.S., onde tem realização fonológica."

Uma vez que, para Jackendoff, cada sentença pode ocorrer com apenas um foco, cada sentença poderá ser marcada com um constituinte F, provavelmente como se observa em (61b):

- (61) a- JOÃO trouxe o livro.
b- [F [João] trouxe o livro]_S

E, para a realização fonológica do marcador F, Jackendoff propõe (pag 241) a regra:

$$(RF) \quad V \longrightarrow \text{[acento enfático]} \quad / \quad [X \quad \text{[acento 1]} \quad Y]_F$$

em que V representa a vogal tônica do vocábulo ocupando a posição de foco, e acento 1 é o grau mais alto em acento, dentro das possibilidades prescritas por padrões de acento correto, enquanto que os outros acentos na sentença obedecem às regras atribuídas por Chomsky e Halle(1968).

Isolando-se o foco de uma sentença, os elementos que restam são interpretados como que fazendo parte da pressuposição(definida anteriormente, paralelamente com foco). (Não abordaremos o assunto 'pressuposição' no trabalho, porque não nos importa tratá-lo.)

Em sentenças do inglês que ocorrem com 'only', Jackendoff observa que o escopo de 'only' abrange o elemento à sua direita, e esse elemento abrangido por 'only' constituiria o foco da sentença, tal como em

- (62) Only MAX do I hate to bother.
'Só MAX, eu odeio perturbar.

ou mesmo em sentenças do tipo de

(63) Only in the GARDEN Max reads comic books.

'Só no JARDIM Max lê livros cômicos'.

Em sentenças do tipo de (64), Jackendoff observa que, uma vez que 'only' ocorre antes do foco, ele toma apenas aquele elemento imediatamente à sua direita, sob seu escopo, considerando agramaticais outras sentenças em que o foco esteja (apesar de à direita de 'only') mais distanciado. (Os elementos sob o escopo de 'only' de que estamos falando são aqueles que o falante queira apresentar como elemento novo na informação. Pode ocorrer, mas no inglês não, foco em preposições ou certos prefixos de palavras do português.)

(64) a- Only JOHN gave his daughter a new bicycle.

'Só JOÃO deu à sua filha uma bicicleta nova.'

b- *Only John GAVE his daughter a new bicycle.

'Só João DEU à sua filha uma bicicleta nova.'

c- *Only John gave HIS daughter a new bicycle.

'Só João deu à SUA filha uma bicicleta nova.'

d- *Only John gave His DAUGHTER a new bicycle.

'Só João deu à sua FILHA uma bicicleta nova.'

e- *Only John gave his daughter a NEW bicycle.

'Só João deu à sua filha uma bicicleta NOVA.'

f- *Only John gave his daughter a new BICYCLE.

'Só João deu à sua filha uma BICICLETA nova.'

No português, ainda seria possível a ocorrência de uma sentença com o foco em 'uma', quando numeral:

(65) Só João deu à sua filha UMA bicicleta nova.

Observando, por um outro lado, sentenças do inglês, como

- (66) a- *JOHN only gave his daughter a new bicycle.
 'JOÃO só deu à sua filha uma bicicleta nova.'
 b- *In the GARDEN Max only reads comic books.
 'NO JARDIM, Max só lê livros cômicos.'
 c- *MAX I only hate to bother.
 'MAX, eu só odeio perturbar.'

e, como o escopo de 'only' (que, segundo a teoria de Jackendoff, deve abranger o foco da sentença) é definido pela seguinte instrução:

- (67) "Se only é dominado por um nó X, X e todos os nós dominados por X e à direita de only estão no escopo de only."

Jackendoff conclui que tais sentenças são agramaticais, uma vez que o foco não está sob o escopo de 'only', pois a frase que contém o foco se encontra à esquerda de 'only'. Para gerar 'only' na estrutura de uma sentença, Jackendoff argumenta que 'uma vez que há só um foco por sentença (e desde que se possa mencionar só uma vez que o foco seja marcado (pag.250)), isto abre a possibilidade de natureza semântica para apenas um só por sentença',

Posteriormente a estas noções de foco, de escopo de 'only' (restrito ao elemento imediatamente à sua direita), sobre a possibilidade de se gerar um único só por sentença e ainda associá-lo ao foco, noções estas na teoria de Jackendoff, tomemos sentenças do português, que parecem evidenciar a não aplicabilidade destes conceitos. As sentenças, de que vamos fazer uso nas próximas passagens, serão contra-exemplos à teoria de Jackendoff, eventualmente refutada; paralelamente tentaremos dar definições sobre os conceitos acima, aplicáveis a sentenças do português.

Para construirmos uma antítese à tese de Jackendoff, consideremos inicialmente uma sentença como:

(68) JOÃO trouxe um livro para MIM.

Suponha-se que tal sentença tenha ocorrido, e que seu falante tivesse querido dar ênfase no item 'João', primeiramente, e que, no decorrer da enunciação da sentença, ele quisesse apresentar a seu interlocutor um outro elemento como novo na mesma sentença, 'mim',. Se a um elemento novo na informação se imprime uma força maior na sua intonação - que o distingue dos demais - e se há dois elementos novos na sentença (68), é evidente que se deva aceitar a possibilidade de que (68) apresente dois focos, i.é, apresente dois elementos novos na informação. Alternativamente, poderia pensar-se em termos de que numa sentença ocorresse apenas um foco, e, se, por acaso, houvesse outro elemento também fortemente destacado, este deveria não ser descrito como foco, mas como outra coisa. Ora, se (68) ocorre, tendo em 'João' e em 'mim' um mesmo grau de intensidade na sua realização fonológica, por que não aceitá-los como focos; Se considerarmos que um falante, querendo-se mostrar indignado com certo fato ocorrido, fizesse algumas palavras suas ocorrerem como focos, elementos novos, e produzisse uma sentença semelhante a

(69) VOCÊ teve a CORAGEM de JURAR contra a MINHA HONRA ?

como descreveríamos (69), com relação a ^ofoco? Se dissermos que toda a sentença figura como um único foco, notaremos que há elementos sobre os quais o falante não imprime a mesma força que nos outros: desta maneira não podemos afirmar a unicidade focal da sentença. Se dissermos que (69) não apresenta foco, a noção de foco se desfaz. Se (69) contém mais de um foco - que é um fato possível no português cor-

rente - então não se pode aceitar uma teoria à Jackendoff que estipula um único foco por sentença. Para tanto, deve-se redefinir a noção de foco, como sendo:

(F') A(s) unidade(s) informativa(s) na sentença que o falante assume não ser(em) partilhada(s) por ele e pelo ouvinte.

(Por 'unidades informativas' pode-se entender como sendo qualquer grupo de termos linguísticos providos de um certo conteúdo semântico.)

Como proposta alternativa capaz de dar conta de casos como (68) ou (69), sugerimos que possam ser gerados na E.P. tantos marcadores de foco F quantos forem os símbolos categoriais constituintes de uma sentença; como, por exemplo, uma sentença

(70) JOÃO TROUXE um MONSTRO para MIM.

cuja estrutura de superfície seria algo como

(70') $[F_1 [João] \quad F_2 [trouxê] \quad F_3 [um \text{ monstro}] \quad F_4 [para \text{ mim}]]_S$

Esta ocorrência de vários focos na cadeia fônica, tal qual em (70) parece vir acompanhada de uma certa pausa obrigatória entre cada elemento focal. Isto se dá pelo fato de se ter que na leitura (ou pronunciamento) da sentença produzir acento l para cada elemento focal, o que normalmente não ocorre em emissões de sentenças não-contrastivas do português, em que não ocorrem elementos sob foco. Se podemos ter F gerado à esquerda de cada elemento focal da sentença, como se observa em (70'), pode-se ter uma sequência de ocorrências possíveis, tal qual

contrastivo, como em (72), com 'acento de ênfase do foco' (que marca o elemento novo na informação) que é contrastivo, como em (73).

Semelhantemente ao fato de que na sentença, não necessariamente, deva ocorrer um sô foco, conforme se confirma em (68)-(70'), ocorre o fato de que numa sentença do português pode ocorrer mais de um sô. Por exemplo, nas sentenças:

(74) Sô João trouxe um livro sô para mim.

(75) Sô ela sô alisa meus cabelos.

há duas ocorrências de sô, em cada uma delas, o que nos abre mão para refutar, neste propósito, a teoria de Jackendoff que propõe um único sô ('only') por sentença. Se admitíssemos a possibilidade de gerar sô a cada categoria constituinte de uma sentença simples, então teríamos que admitir a sequência possível e gramatical de ocorrências de sô, tal qual

(76) [sô₁...sô₂...sô₃... sô_n...]s

onde n é igual ao número de categorias constituintes de uma Sentença. Exemplos gramaticais - não necessariamente aceitáveis - da sequência acima; são sentenças do tipo de

(77) a- ?Sô Paulo sô trouxe sô um livro sô para mim.

b- ?Sô ela sô corre sô assustada.

c- ?Sô você trouxe sô o livro, aqui, sô para mim.

Em português, parece que a ocorrência de mais de dois sô numa mesma sentença torna-a estranha. A aceitabilidade máxima de ocorrência de sô em uma sentença parece restringir-se a apenas dois sô: um para a FN-sujeito e outro para

uma das categorias dominadas, ou inclusive, pela FP. Se isto é um fato, a sequência gramatical de (76) deve ser alterada para a sequência em (76'), que se mostra mais próxima do grau de aceitabilidade pelos falantes nativos, do que a de (76):

(76') $[S\tilde{o}_1 [FN\text{-}sujeito] S\tilde{o}_2, [X]]_S$ (X = categoria dominada por FP)

Observando, por outro lado, sentenças do português, em que ocorre sô, tais como

- (78) a- João, sô, que foi lá. (Ninguém mais.)
- b- Pedro comprou, sô, o livro. (Mas não leu.)
- c- Maria construiu o prédio, sô. (Não fez mais nada.)
- d- Ele caiu aqui, sô. (E em nenhum outro lugar mais.)

nota-se que apesar de sô ocorrer à direita de um elemento, este se encontra dominado pelo escopo de sô. Tal fato nos leva a ter-se que redefinir o escopo de sô, pois (78) é um contra-exemplo para a definição de escopo dada pela teoria de Jackendoff, citada anteriormente; assim, o escopo de sô se redefine como:

(67') "Se sô é dominado por um nó X, X e todos os nós dominados por X estão no escopo de sô."

Comparando-se as possibilidades de ocorrência de sô, (76), com as possibilidades de ocorrência de F, (71), constata-se que elas se identificam entre si: à semelhança do que pensa Jackendoff, e, com isso, podemos ser levados a crer que a existência de foco é uma condição necessária e/ou suficiente para a ocorrência de sô. É possível estabelecer entre os dois fenômenos uma relação de implicação?

Creemos que provavelmente não. Em nossa opinião parecem ser falsas, com efeito, as asserções que seguem:

- (79) a- Basta ocorrer o foco na sentença, para que sô ocorra.
 b- Basta ocorrer sô na sentença, para que o foco se lhe associe.
 c- Deve ocorrer o foco na sentença, para que sô ocorra.
 d- Deve ocorrer sô na sentença, para que o foco ocorra.

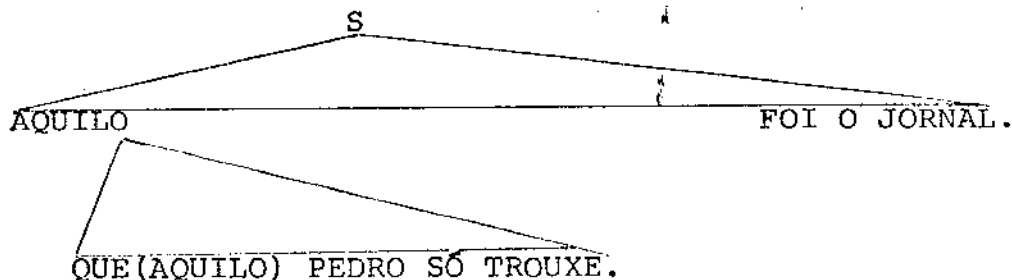
A teoria de Jackendoff parece rezar pelo menos (79b), que vimos não funcionar para o português.

E, para provar a falsidade de (79), verificando que a ocorrência de sô independe da ocorrência do foco, basta tomarmos a sentença

(80) Pedro sô trouxe o JORNAL.

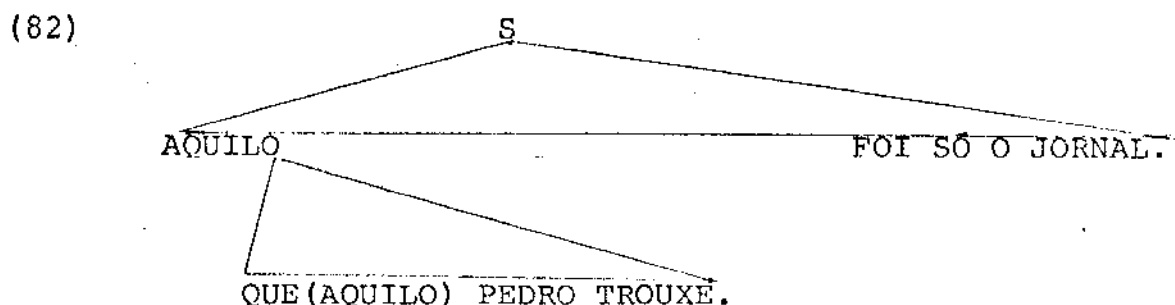
com uma leitura tal, que o termo 'jornal' fique sendo o foco, independentemente da ocorrência de sô, e o termo 'trouxe' fique dominado pelo escopo de sô. Para representar a leitura de (80), dêmos-lhe uma estrutura profunda tal que evidencie que o foco recai sobre 'jornal' e que 'trouxe' fique sob o escopo de sô, tal qual

(81)



Admite-se, diga-se de passagem, outra leitura de (80) em que se considere que o sô tenha por escopo 'o jornal'. Con-

fira a sentença estruturada como em (82), abaixo:



Pode-se, a partir dos exemplos que temos visto com a partícula exclusiva só(PE), estabelecer-se um conjunto de regras opcionais que a geram na E.P. de uma sentença do Português, como em (83):

(83) REGRAS OPCIONAIS PARA GERAR 'SÓ' NA E.P.

- i. $S \rightarrow (PE) \widehat{FN} + (PE) \widehat{FP}$
- ii. $S \rightarrow (PE) \widehat{FP}$
- iii. $FN \rightarrow (PE) \widehat{(DET)} \widehat{(NUM)} + N + (PE) \widehat{ADJ}$
- iv. $FP \rightarrow (PE) \widehat{FV} + (PE) \widehat{(TEMPO)} \widehat{(LOCAT)} \widehat{(MODO)}$
- v. $FV \rightarrow (PE) \widehat{V} + (PE) \widehat{FN} + (PE) \widehat{(TEMPO)} \widehat{(LOCAT)} \widehat{(MODO)}$

Importa-nos salientar que, apesar de a gramática possibilitar gerar mais de uma PE dentro das categorias FN ou FP, a ocorrência de duas PE em cada uma delas (ou numa delas, apenas) parece marcar a sentença como inaceitável, como o vimos em (77). Tal fenômeno não é falha da gramática, mas tem a ver com o grau de aceitabilidade dos falantes.

Tentamos, nestas primeiras passagens sobre sentenças do português com a partícula exclusiva só, evidenciar que uma teoria à Jackendoff não se manifestaria satisfatória ao Português, visto que lhe encontramos muitos contra-exemplos.

Observemos, por um lado, grupos de sentenças com verbos intransitivos de um lado e impessoais, de outro, em que ocorre a partícula exclusiva só, tais como

- (84) a- Só eu caio. (Ninguém mais cai.)
 b- Eu só caio. (Eu não faço outra coisa, senão cair.)
 c- Só eu só caio. (Os outros, se houver, além de caírem fazem outra coisa.)
 d- Chove só pedras. (Não chove mais nada.)
 e- Só chove pedras. (Não chove mais nada.)
 f-? Só chove só pedras. (.?.)

Observa-se que a sentença (84f), ocorrendo com duas PE, é uma sentença má, e inaceitável. A que se deve tal fenômeno, uma vez que a gramática oferece condições para se gerar pelo menos duas PE numa sentença? Ocorre que (84f) tem um verbo impessoal, e como a estrutura profunda para sentenças com verbo impessoal não apresenta a categoria FN que funciona de FN-sujeito, só seria aceitável a ocorrência com uma única PE: a PE de uma das categorias da FP, ou inclusive. Onde teria sido gerada a outra? Também na FP? Provavelmente, sim.

Paralelamente a (84), observemos sentenças em que ocorram os verbos existir, tais como

- (85) a- Só eu existo. (Ninguém mais existe.)
 b- Eu só existo. (Eu não tenho utilidade para nada.)
 c- Só eu só existo. (Os outros, se houver, além de existirem fazem outra coisa.)
 d- Existe só eu. (Não existe ninguém mais.)
 e- Só existe eu. (Não existe ninguém mais.)
 f-? Só existe só eu. (.?.)

Note-se que, enquanto (85d) e (85e) permitem uma mesma inter

pretação semântica em uma leitura natural, as sentenças de (85a) e (85b) permitem duas interpretações semânticas distintas em suas leituras naturais; alternativamente, enquanto (85c) é uma ocorrência aceitável, (85f) não o é. Isto se dá pelo fato de que em (85c) o primeiro sô pertence à FN-sujeito, enquanto que em (85f) o primeiro sô pertence também à FP, ficando a FP com dois sô: é gramatical, porém inaceitável.

As sentenças (84a-c) permitem possibilidades interpretativas semelhantes às de (85a-c). Note-se, ainda, que (84d-e) possibilitam pelo menos uma interpretação semântica comum a elas, semelhantemente às ocorrências de (85d-e); as sentenças (85f) e (84f) são igualmente inaceitáveis, por terem sô gerados duas vezes na FP, condição esta necessária e suficiente para sua inaceitabilidade.

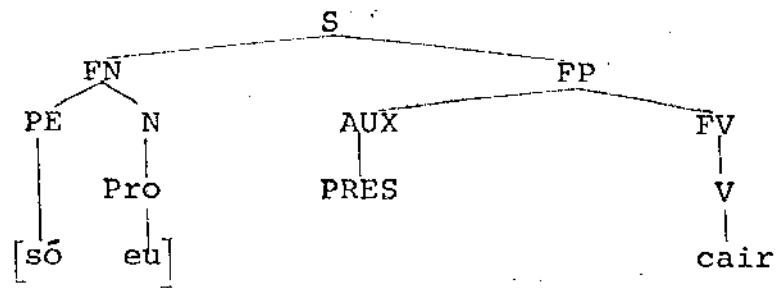
Por esta comparação, pode-se pensar na hipótese de que o verbo existir₁ de (85a-c) tenha um comportamento sintático semelhante ao do verbo cair em (84a-c): e pensar-se que o verbo existir₂ de (85d-f) tenha um comportamento sintático semelhante ao do verbo chover de (84d-f). E, de fato, como vimos nos argumentos anteriores a este, tanto o verbo existir₁ de (85a-c), quanto o verbo cair de (84a-c) possuem um mesmo comportamento sintático: ambos são verbos intransitivos com entrada lexical básica semelhante a $[+V, +FN \text{ — } \#]$; e, tanto o verbo existir₂ de (85d-f) quanto o verbo chover de (84d-f) possuem mesmo comportamento sintático: ambos podem ser classificados entre os verbos impessoais cuja entrada lexical básica é semelhante a $[+V, + \# \text{ — } FN]$.

As sentenças de (84a) e (85a) teriam uma estrutura profunda semelhante a (86a) e (86b), respectivamente:

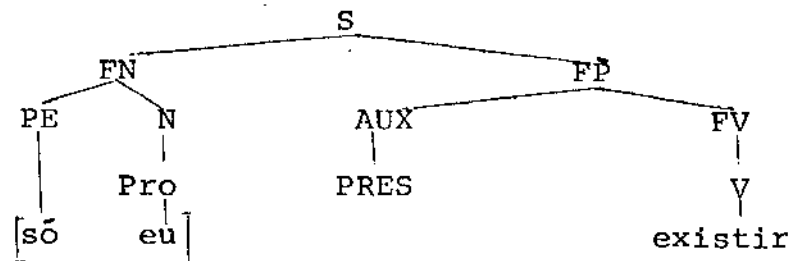
(86)

(86)

a-



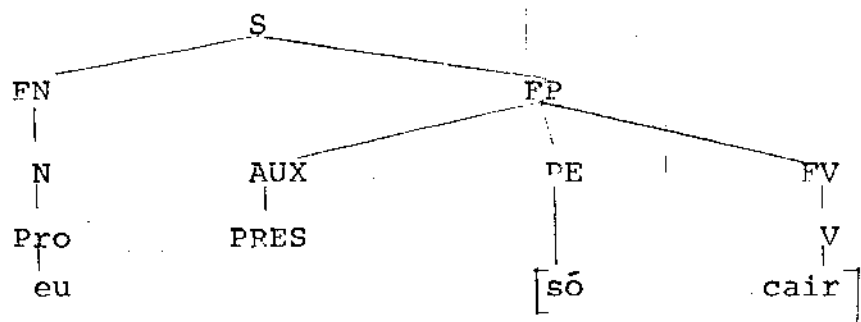
b-



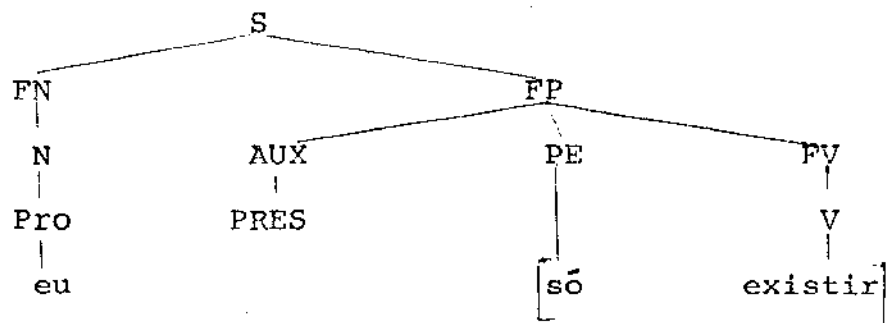
em que os colchetes marcam o escopo da partícula exclusiva. (Por escopo de sô, pode-se acrescentar que seja 'aquilo que numa paráfrase com 'Não..., senão...', vier imediatamente depois de 'senão': e.g. nas sentenças 'Sô caíam pedras' ou 'Caíam sô pedras' o escopo de sô é pedras, visto que na paráfrase 'Não caía (nada), senão pedras' ela o corre depois de 'senão'.)

As sentenças de (84b) e (85b) teriam uma EP semelhante a (87a) e (87b), respectivamente:

(87) a-

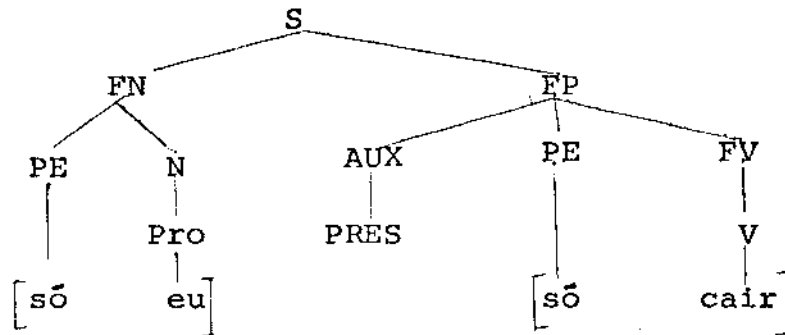


b-

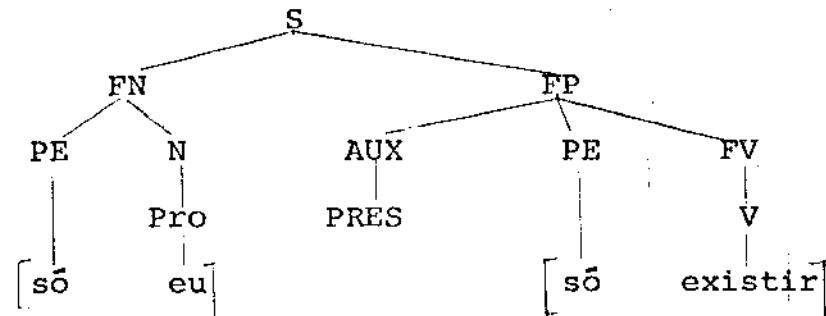


em que PE foi gerada num constituinte da FP. Observemos, comparando ou (85a) com (84a) ou (84b), que, quando PE é gerada na FN-sujeito, ela permite uma interpretação semântica distinta daquela quando a PE é gerada na FP. Sendo PE gerada na FN-sujeito ela parece tomar para seu escopo os elementos contidos na FN-sujeito; e, sendo gerada na FP (ou num dos seus constituintes) ela parece tomar em seu escopo o(s) elemento(s) contido(s) na FP (ou na categoria constituinte.) As sentenças de (84c) e (85c) teriam uma EP semelhante a (88a) e (88b), respectivamente:

(88) a-



b-

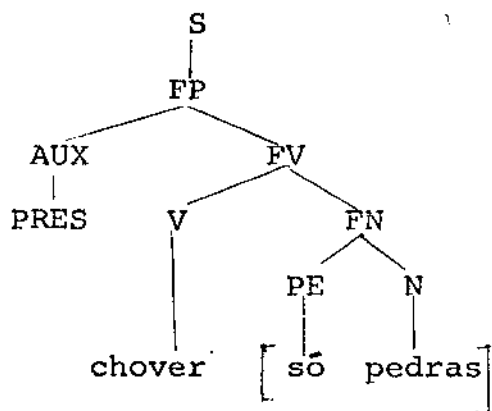


em que foram geradas duas PE nas EPs: uma na FN-sujeito e outra na FP. Observe-se que quando a PE é gerada na FN-sujeito, nenhum elemento gerado na FP fica sob seu escopo. Note-se, ainda, que (84a-b) ou (85a-b) têm interpretação semântica diferente, dado que em (84b) e (85b) o escopo de só é apenas o verbo da FP, e em (84a) e (85a) o escopo de só é apenas o pronome da FN-sujeito. Das leituras de (85d) e (85e) obtêm-se pelo menos uma

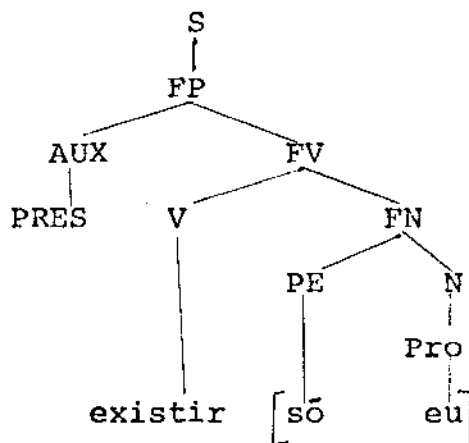
mesma leitura semântica para as duas sentenças; alternativamente, das sentenças de (84d) e (84e) obtêm-se pelo menos uma leitura semântica comum às duas. (Seria possível outra leitura de (84e), dado o fato de que a PE pode ser gerada na FP tomando-a toda sob seu escopo: Na ES as sentenças coincidem.)

Como o que está sob o escopo de só, dentro do predicado, é pelo menos o complemento do verbo destas sentenças (e estamos enfatizando a leitura em que apenas esse complemento do verbo fica sob o escopo de só), diz-se que a PE é gerada dentro da FP, sempre à esquerda do constituinte que ela toma por escopo, no caso das sentenças de (84d) e (85d), respectivamente em (89a) e (89b):

(89) a-



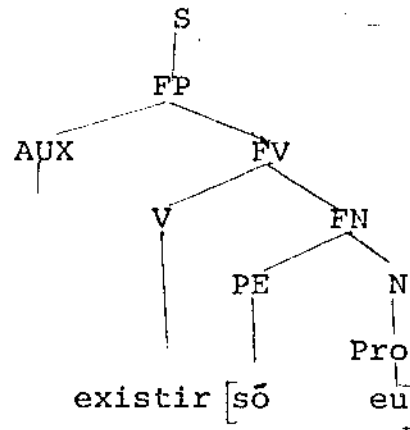
b-



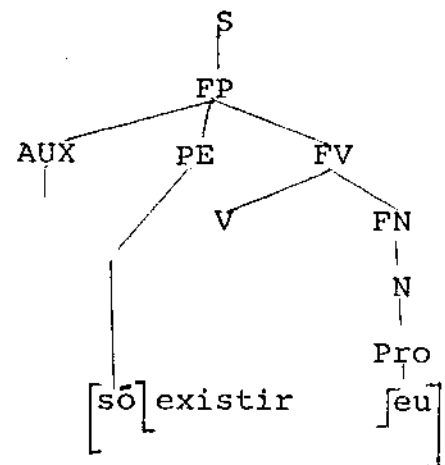
Uma vez que (85d) e (85e) são paráfrases uma da outra, deve-se admitir que, para obtermos (85e) a partir de (85d),

bastaria que se tivesse aplicado uma regra de movimento da PE, levando-a à categoria dominante na estrutura de árvore, tal como na passagem de (90a) a (90b):

(90) a-

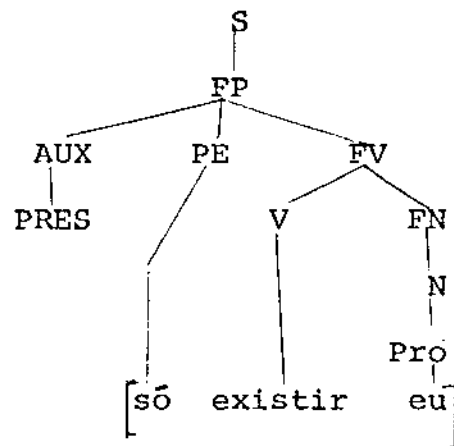


b-



(Os colchetes foram colocados desta maneira, em (90b), considerando a leitura de uma estrutura em que sô tivesse sido gerado à esquerda de FP, tomando em seu escopo tanto V quanto FN-objeto: algo como (Y) abaixo:

(Y)



A regra de movimento da partícula exclusiva sô, que ocorre na passagem de (90a-b), poderia ser descrita tal qual em

(91) 1- REGRAS DE MOVIMENTO DA PE - MPE - OPCIONAL

- a- PE move-se para a esquerda do(s) constituinte(s) da categoria imediatamente dominante;

- (91) b- PE move-se para a direita do(s) constituinte(s) da categoria sob seu escopo, e deve ser isolada por vpirgula(s).

2- RESTRIÇÕES À REGRA DE (91.1.a)

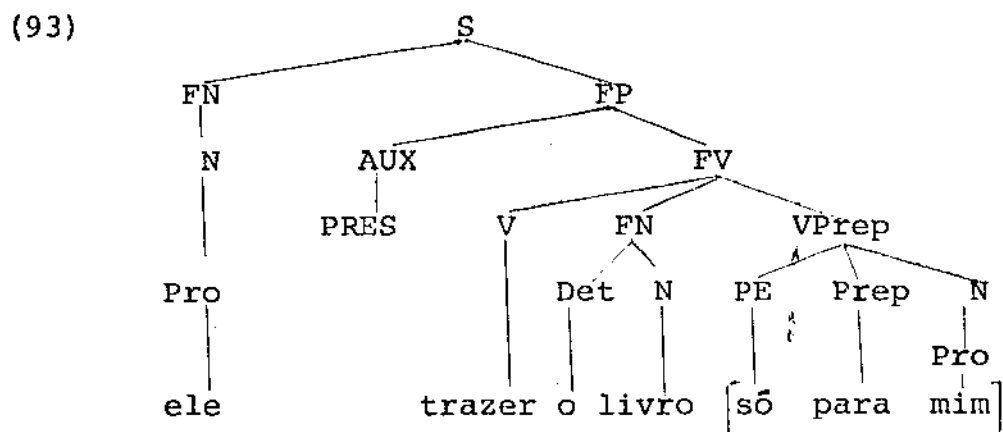
A regra de (91.1.a) não se aplica se:

- a- $S \rightarrow (PE) FN + PE FP$
 b- $[X - PE - Y]$ ($X = \#$)

Para ilustrarmos (91), tomemos sentenças do português, como

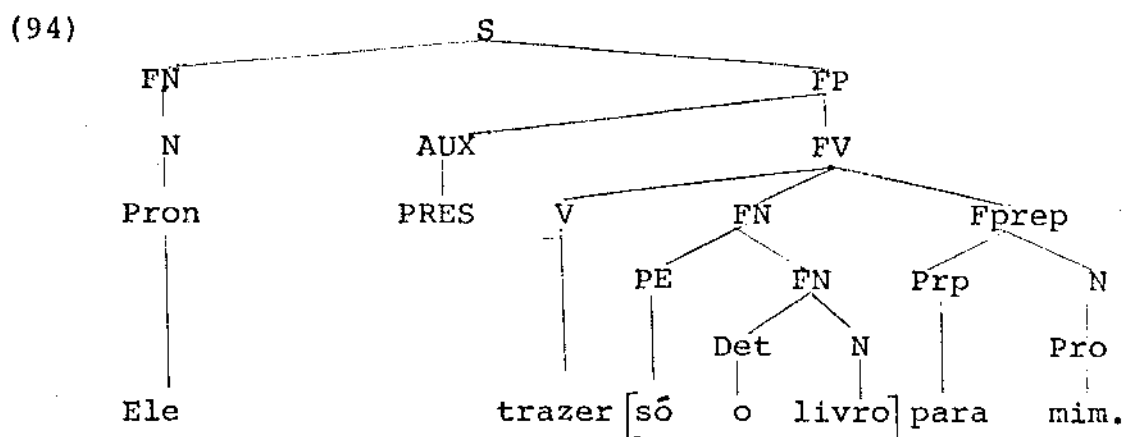
- (92) a- Ele só trouxe o livro para mim.
 a' Ele trouxe o livro só para mim.
 b- Ele só trouxe o livro, para mim.
 b' Ele trouxe só o livro, para mim.
 c- Ele só trouxe o livro, para mim.
 c' Ele trouxe, só, o livro, para mim.

Para as sentenças de (92a-a'), teríamos uma estrutura profunda semelhante a:

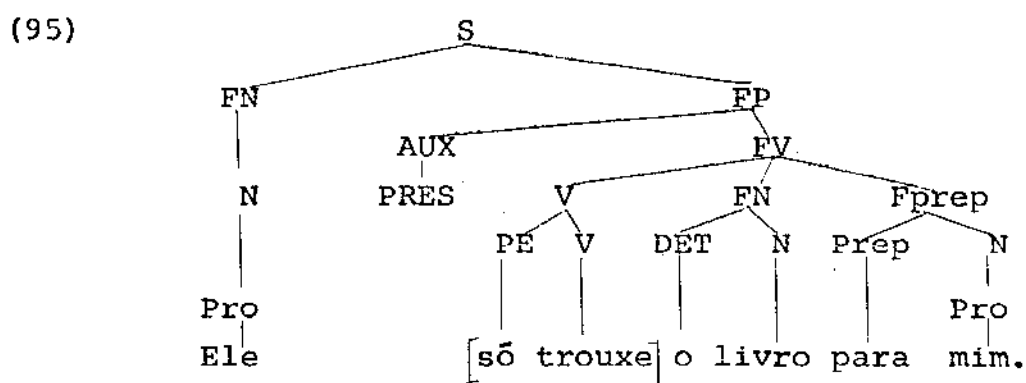


Aplicando-se-lhe a regra (91.1.a), obtém-se (92a), não se aplicando, obtém-se (92a'). Para as sentenças de (92b-b'), teríamos estrutura profunda semelhante a:

(94)



Aplicando-se-lhe a regra (91.1.a), obtêm-se (92b), não se aplicando, (92b'). Para as sentenças de (92c-c'), teríamos uma estrutura profunda semelhante a:



Aplicando-se-lhe (91.1.b), obtêm-se (92c'), não se aplicando, obtêm-se (92c). Se, por outro lado, aplicássemos (91.1.a) à estrutura (95), teríamos uma estrutura de superfície semelhante a (92c). Quando acontece de a PE estar à esquerda dos constituintes de FP, a interpretação semântica dessa sentença será tantas vezes ambígua, quantos forem os constituintes da FP à esquerda dos quais se pudesse ter gerado uma PE na EP, i.é, ela terá tantas EP quantas forem as leitura semânticas da ES. Para exemplificarmos, a sentença

(96) Ele só trouxe o livro para mim.

pode, dependendo de qual constituinte da FP pertence ao

escopo da PE, ter as seguintes leituras:

- (96') a- Ele sô trouxe o livro para mim.
 b- Ele sô trouxe o livro para mim.
 c- Ele sô trouxe o livro para mim.
 d- Ele sô trouxe o livro para mim.

É evidente que, para cada uma das sentenças de (96') deve haver uma EP diferente, se elas têm sentido diferente.

Interessante notar é, com relação às regras de MPE, como elas se ordenam em relação à regra de TOP. Tomemos como exemplo a sentença (97), onde o escopo da PE abrange a sequência 'o livro':

(97) Ele comprou sô o livro.

Se se aplicar MPE(91.1.a) e Top, na ordem seguinte

- 1º MPE(91.1.a) - opcional
 2º TOP - opcional

obteríamos uma sentença tal qual

(97) a- O livro, ele sô comprou.

que não possibilita mais a mesma interpretação semântica de (97), onde 'o livro' é o termo que figura no escopo de sô. Se dissermos que estas regras se aplicam na ordem proposta acima, tem-se aqui regras transformacionais que alteram o sentido de uma sentença. Se, por outro lado, consideremos sua aplicação na ordem

- 1º TOP - opcional
 2º MPE(91.1.a) - opcional

obteríamos, aplicando-se primeiramente TOP à sentença (97) a sentença

(97) b- Sô o livro, ele comprou.

que parece permitir a mesma leitura semântica de (97). Mas, como aplicar-se MPE(91.1.a) à sentença (97b), se a segunda regra de restrição a bloqueia? Parece que assim não se pode ordená-las.

Por outro lado, se se aplicar a (97) a regra MPE(91.1.b) e TOP, na ordem

1º MPE(91.1.b) - opcional

2º TOP - opcional

obteríamos

(97) c- O livro, sô, ele comprou.

que permite, igualmente a (97b), a mesma interpretação se mântica de (97). Se se aplicar à (97) as regras de MPE(91.1.b) e TOP, na ordem

1º TOP - opcional

2º MPE(91.1.b) - opcional

obteríamos a mesma sentença de (97c), fato que não evidencia preponderância de uma regra sobre a outra, quanto à ordem de aplicação, o que nos leva a lembrar o artigo de R. Neeld ('On some non-evidence for the cycle in Syntax') onde ele refuta a ordenação de regras e o ciclo, na sintaxe. (A ordenação de MPE com outras regras opcionais, ou não, parece ser irrelevante neste estágio da argumentação. Por isso vamos ignorá-la.)

Por outro lado, sentenças do português que ocorrem com o

verbo existir₂, tais como:

- (98) a- Sô existem cães de caça. (ou CÃES DE CAÇA)
 b- Existem sô cães de caça. (ou CÃES DE CAÇA)

parecem, às vezes, iludir-nos com relação ao foco e a sô: ambas as sentenças de (98) mostram o elemento 'cães de caça' como pertencendo ao escopo de so, mas, não necessariamente, com o foco incidindo sobre o elemento 'cães de caça'. Alternativamente, podemos encarar a sentença

- (99) Sô os monstros sô existem.

de duas maneiras: ou, 1- considerar que os dois sô que aparecem estejam coincidindo com os focos da sentença: daí teríamos que considerar que (99) tenha dois focos, tais como em

- (100) [Sô F₁ [os monstros] Sô F₂ [existem.]]_s

ou, 2- considerar que houvesse apenas um foco coincidindo com o primeiro sô da sentença, tal como em

- (101) [Sô F [os monstros] sô existem.]_s

em que 'sô existem' constitui o elemento pressuposto na sentença.

Enquanto que sentenças com o verbo existir₁, que ocorrem em (99), podem aparecer com dois sô (com ou sem foco), sentenças com o verbo existir₂, tais como

- (102) ?Sô existem cães de caça.

são tidas como sentenças estranhas e inaceitáveis, pela

FN-sujeito, e ter FN-objeto. Argumentou-se, mais favoravelmente a duas entradas lexicais, com sentenças com existir ocorrendo ora com um só, ora com dois. Mas, admitir existir como um verbo transitivo implica em sérias consequências: como explicar a não pronominalização de sua FN-objeto? Como se aplicar passiva, se a descrição estrutural é carente? Se existir são dois verbos, então estar, viver, (e mais tantos outros verbos que se comportam da mesma maneira) serão multiplicados, trazendo nenhuma economia para a gramática do português? E, por que ter-se que aumentar as regras sintáticas, acrescentando-se CVO - uma regra ad hoc - nunca antes cogitada? Por que complicar mais a gramática com todos estes problemas, se nos pareceria menos(?) trabalhoso considerar existir como um único verbo (i.ê, com uma única entrada lexical), segundo uma outra teoria sintática que não a de Chomsky(1965)?

Para descrevermos existir com uma única entrada lexical, tomemos como ponto básico a teoria de Fillmore(1969, 'Toward a Modern Theory of Case'). Nesse artigo, Fillmore salienta que em vez de se ter uma estrutura profunda gerada a partir de regras de reescrita propostas por Chomsky(1965), deveríamos ter algo como

(104) a- S → (Mod) - AUX - PROP

onde Mod(Modal) representasse os modais (negativos, adverbiais, e outros modais de sentenças); AUX (Auxiliar) representasse o modo e tempo verbais; e PROP(Proposição) incluísse o verbo e outro elemento relevante para a subclassificação do verbo.

Deixando Mod de lado, Fillmore sugere que S se reescreva sem ele, tal como:

b- S → AUX - PROP

Como Prop, ele inclui um V e/ou um Objectivo(sujeito ou objeto direto na ES), e/ou um Dativo(objeto indireto, complemento nominal, etc), e/ou um Locativo, e/ou Instrumento, e/ou um Agentivo(necessariamente [+ animado]). Para cada uma destas categorias, há uma regra que as reescreve como FN:

$$\begin{bmatrix} \text{Objectivo} \\ \text{Dativo} \\ \text{Agentivo} \end{bmatrix} \longrightarrow \text{FN}$$

Assim, uma sentença como

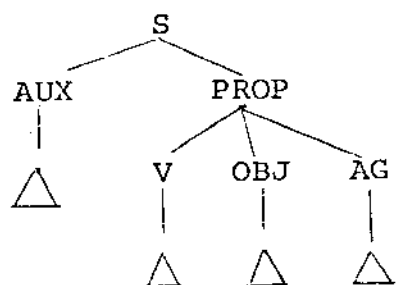
(105) Eu dei um carro para João.

seria representada como

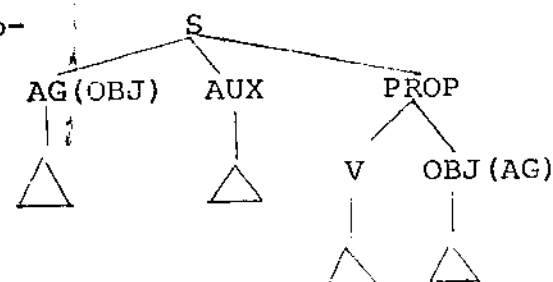
(106) a- [Dar de um carro para João por eu.]
 b- V Obj Dat Ag

a que se aplica uma regra obrigatória que leva opcionalmente Ag ou Obj para a posição pré-verbal (de sujeito gramatical) eliminando-lhe, com o movimento, a preposição por ou de. Fillmore representa esse movimento de Ag ou Obj, que poderíamos chamá-lo "Regra de Subjetivação", tal qual

(107) a-



b-



O movimento de Ag para a posição pré-verbal na superfície gera uma sentença Ativa; o movimento de Obj(havendo também Ag na sentença) gera uma sentença Passiva(implícito na teoria). Uma regra posterior eliminaria o de do objeto direto super-

ficial, caso a 1ª regra se aplicasse a Ag, resultando uma sentença subjacente a (105). Aplicam-se posteriormente a estes movimentos as regras transformacionais, como CVS, e outras. Após aplicada CVS à estrutura subjacente a (105), teremos uma sentença semelhante a (105). Movendo-se Obj em vez de Ag, para a posição de sujeito gramatical, teríamos uma sentença na forma Passiva, tal como

(108) Um carro foi dado para João por mim.

É claro que (108) só foi gerada após terem se aplicado certas regras transformacionais como: Pronominalização, inserção de ser; CVS, regras estas a que Fillmore não alude, nem diz serem cíclicas ou não.

Tomando-se sentenças com existir, tais como

(109) a- José existe.

b- Existe José.

teríamos, segundo Fillmore, uma descrição estrutural semelhante a

(110) a- $\left[\left[\text{Existir} \right]_V \left[\text{de} \hat{\text{José}} \right]_{FN} \right]_S$
 b- $\widehat{V \text{ Obj (Ag?)}}$

Aplicando-se a regra de movimento de Obj para a posição prēverbal, obtém-se uma estrutura subjacente a (109); esta será gerada após a aplicação da regra CVS. Não se aplicando a regra de movimento de Obj, mas conservando-o na posição em que foi gerado (eliminando-se de), obtém-se uma estrutura subjacente (109b). Assim, existir parece ter apenas uma entrada lexical, tal como

(111) Existir: $\left[+V, + \text{ ——— } \text{Obj} \right]$

seria isto uma economia para a gramática? Ou, se sim, quais suas possíveis consequências?

A grosso modo parece resultar bem, que consideremos existir com uma única entrada lexical. Mas, atentemos para os detalhes. A regra que move um dos elementos a ser sujeito gramatical é obrigatória ou opcional. Se for opcional, a partir de uma estrutura como (106) poderíamos obter, ao não aplicarmos, sentenças como:

- (112) a- ?Dar de um carro para João por eu.
 b- ?Dar de um carro para João por mim.
 c- ?Dar um carro para João por mim.

e outras mais, que seriam de alto grau de inaceitabilidade pelos falantes nativos; ou, como se flexionaria o verbo dessas sentenças em modo-tempo, número-pessoa que são, no muito das vezes, traços sintáticos amalgamados todos em um só morfema? Parece um tanto difícil aceitar que seja opcional! Se for obrigatória, como gerar (109b) a partir de (110)? Engolindo de atravessado, porque (112), suponhamos que essa regra que subjetiva um elemento da Proposição seja opcional, e com ela ordenemos a regra CVS. Sabe-se que CVS é uma regra obrigatória, já evidenciada nas primeiras passagens do trabalho. Como se ordenam, então, CVS e a Subjetivação? Uma vez dada a estrutura (110a), não se aplicariam na ordem

- 1º CVS - obrigatória
 2º Subjetivação - opcional

uma vez que (110) não contém FN na posição pré-verbal (condição necessária para CVS se aplicar). Aplicadas na ordem inversa

- 1º Subjetivação - opcional
 2º CVS - obrigatória

teremos gerado a sentença gramatical e aceitável (109a).

Retomando-se a estrutura (110), se em vez de se aplicar a regra

opcional de subjetivação, não a aplicássemos, mas sim uma regra que eliminasse a preposição de da FN, então obteríamos algo como

(113) $\left[\left[\text{Existir} \right]_V \left[\text{José} \right]_{FN} \right] S$

a que se deva aplicar uma certa regra transformacional para que (113) adquira uma descrição de estrutura de superfície. Mas que regra da Gramática poderia aplicar-se a (113) ? Não poderia ser CVS porque a descrição estrutural de (113) não satisfaz suas exigências; seria Flexão Verbo-Impessoal, que põe o verbo na 3ª pessoa singular (não marcada) ? Suponhamos que sim. Então tem-se que, para se gerar (109b), deve-se deixar de aplicar subjetivação e aplicar-se FVI após (ou antes de) a eliminação da preposição do Obj. Deste modo, dá-se conta aparentemente de (109a) e (109b) como oriundas de uma mesma estrutura profunda (110). Mas não nos esqueçamos de que ignoramos o fato de que Subjetivação não pode ser uma regra opcional, evidenciada por (112).

Nas circunstâncias descritas acima, é viável considerar-se Subjetivação e CVS regras cíclicas ou pós-cíclicas? Em princípio, Fillmore(1969) não toca no assunto. Mas se consideramos que Subjetivação e CVS se aplicam à estrutura (110) ciclicamente, nesta mesma ordem, e que FVI também seja cíclica, teremos que a regra de eliminação (ou apagamento) da(s) preposição(ões) pode ser considerada pós-cíclica. Nestas condições teríamos uma ordenação de regras tal qual:

- 1ª Subjetivação - opcional
- 2ª CVS, ou (exclusivo) FVI - obrigatórias
- 3ª Eliminação de Prep - obrigatória

onde podemos ver que a aplicação de uma das regras obrigatórias, de CVS e FVI, depende de a opcional ter (ou não) sido aplicada.

Ronald Neeld(1976) apresenta certos argumentos favoráveis a que se vote contra os ciclos e a ordenação de regras, na sintaxe.

Como se pode observar, CVS e FVI não se ordenam entre si, mas também não são opcionais: sua aplicação depende exclusivamente da descrição estrutural da sentença. Como poderíamos aprovar uma ordenação de regras dentro do ciclo sintático, se uma das regras - a subjetivação - não é nem obrigatória (senão não geraria (109b)), nem opcional (como vemos em (112))? Parece, em princípios, improvável! São as sentenças de (109) geradas de (110)? Ainda não negaremos; mas, tomemos alternativamente sentenças como

- (114) a- Eu existo.
 b- Existe eu.
 c- Existo eu.

Se é verdade que as três sentenças tenham se originado de uma mesma estrutura profunda, tal qual

- (115) a- $\left[\left[\text{Existir} \right]_V \left[\text{de eu} \right]_{FN} \right]_S$
 b- $V \quad \text{Obj(Ag?)}$

então pode-se dizer que a ordenação das regras de CVS, FVI e Subjetivação, conforme vista acima, é boa e não deve ser rejeitada. Vejamos se isto ocorre. Considere-se que (115) seja todo um ciclo e que queremos gerar (114a) a partir dele. Aplicaremos as regras de Subjetivação e posteriormente CVS; após terem se aplicado estas regras, aplicamos a regra pós-cíclica de Eliminação de Prep, obtendo-se, então, (114a). Para se obter (114b), considere-se (115) como todo um ciclo: não se aplica Subjetivação; em seguida, aplica-se FVI ainda ciclicamente, e, pós-ciclicamente, aplica-se Eliminação de Prep. Obtém-se então (114b). Como obter (114c)? (114c) difere de (114b) apenas na flexão verbal: (114b) tem 3ª pessoa singular (não marcada) e (114c) tem 1ª pessoa singular (com os mesmos traços de número e pessoa da FN gerada à sua direita).

Como a gramática daria conta de (114c)? Pode-se dizer que CVS se aplicou depois que FVI, ou que CVS se aplicou à sua estrutura subjacente a (110) 'ignorando' as exigências estruturais que CVS requer? Parece que não. Uma boa saída seria redefinir a regra de CVS e dizer-se que ela se reaplica depois de FVI, no ciclo superior. Assim, CVS seria uma regra que copiasse os traços número-pessoais da FN gerada à esquerda ou à direita de V, e só então (114c) poderia ser explicada. Mas se redefinirmos CVS tal qual o fizemos, a gramática geraria a partir de

- (116) a- [Trazer de os livros por eu],
 b- V Obj Ag

sentenças inaceitáveis (agramaticais?) como

- (117) a- ?Eu trazem os livros.
 b- ?Os livros sou trazido por mim.

ou sentenças outras, como

- (118) a- ?Ele trago-me os livros.
 b- ?Eu trouxe-mo-nos doces.

Se não se pode falar em CVS a partir de (115) (porque sua descrição estrutural é carente) para gerar (114c), descrever (114c) a partir da aplicação de FVI e Eliminação de Prep seria insuficiente. Se (114c) é uma sentença, além de gramatical, aceitável, então ela deve ser descrita por uma teoria sintática de maneira precisa e convincente. Seria a teoria de Fillmore a escolhida?

Se a formos adotar, porque segundo ela pode se estabelecer uma mesma estrutura profunda (115) para as sentenças de (114), temos que: 1- engolir a qualquer custo que uma regra (Subjativação) nem opcional, nem obrigatória, seja obrigatoriamente opcional; 2- redefinir uma regra (CVS) sob o risco de se

gerar inúmeras sentenças inaceitáveis, (outrora aceitáveis sem alteração na definição de CVS); como consequência da anterior, 3- considerar duas classes de sujeitos gramaticais no português: pré-verbais e pós-verbais.

Se aceitarmos esta última consequência como válida, teremos que admitir, para os verbos, que a FN gerada à sua direita ou à esquerda é um sujeito na estrutura subjacente à estrutura de superfície. Assim, as sentenças

- (119) a- Chove pedras.
 b- Tem gente aí.
 c- São três horas.
 d- Houve aulas inaugurais.
 e- Deu gente pra burro, na festa!
 f- Faltaram só vinte laranjas.
 g- Sobraram todos os meninos.
 h- Fazem dez anos hoje.

têm, todas elas, a FN gerada à sua direita que deveria ser o seu sujeito gramatical. E, se se vai admitir que as sentenças de (114) têm origem em uma mesma estrutura profunda (115) a que se aplicam as regras, ciclicamente, de Subjetivação, CVS, FVI, onde a FN gerada à esquerda ou à direita de V é o sujeito gramatical da sentença, então deve-se admitir que todos os verbos tradicionalmente classificados como transitivos impessoais (necessariamente sem FN à esquerda de V) sejam considerados como intransitivos pessoais, se forem ter uma mesma estrutura profunda, básica, como as de (119) - (e.g. V^{Obj})

Segundo esta aceção, a gramática gerará sentenças inaceitáveis, como

- (120) a- ?(As) pedras chovem.
 b- ?(As) aulas têm.
 c- ?Três horas são.

aplicando-se Subjetivação às suas respectivas estruturas subjacentes; mas, por outro lado, gerará sentenças aceitáveis como (119) e (121):

- (121) a- Pedras, chovem.
 b- Aulas, tem.
 c- Três horas, são.

estas, agora, geradas por uma regra pós-cíclica de Topicalização (já descrita em outra passagem anterior). Se CVS fosse redefinida, conforme se sugeriu, então ela poderia ser descrita como algo semelhante a:

- (122) REGRAS DE CONCORDÂNCIA VERBO-SUJEITO
- a- $\begin{bmatrix} X & FN & & V & Y \end{bmatrix} \quad (X \neq FN)$
- 1 2 3 4
- $\begin{bmatrix} \alpha \text{ número} \\ \beta \text{ pessoa} \end{bmatrix} \Rightarrow \text{CVS}$
- 1 2 3 4
- $\begin{bmatrix} \alpha \text{ número} \\ \beta \text{ pessoa} \end{bmatrix} \begin{bmatrix} \alpha \text{ número} \\ \beta \text{ pessoa} \end{bmatrix}$
- b- $\begin{bmatrix} X & & V & Y & FN & Z \end{bmatrix} \quad ((Y \text{ e } Z) \neq FN)$
- 1 2 3 4 5
- $\begin{bmatrix} \alpha \text{ número} \\ \beta \text{ pessoa} \end{bmatrix} \Rightarrow \text{CVS}$
- 1 2 3 4 5
- $\begin{bmatrix} \alpha \text{ número} \\ \beta \text{ pessoa} \end{bmatrix} \begin{bmatrix} \alpha \text{ número} \\ \beta \text{ pessoa} \end{bmatrix}$

Testemos (122) em sentenças como:

- (123) a- Eu sobrei.

- (123) a- Eu sobrei.
 b- Sobrou eu.
 c- Sobrei eu.

vindas de uma estrutura profunda tal como

- (124) a- $\left[\left[\text{Sobrar} \right]_V \left[\text{de}^{\wedge} \text{eu} \right]_{FN} \right]_S$
 b- $\begin{matrix} & V & \wedge & \text{Obj} \end{matrix}$

Considerando-se (124a) como todo um ciclo, aplica-se-lhe a regra cíclica de Subjetivação; em seguida a regra de CVS(a), e posteriormente a regra pós-cíclica de Eliminação de Prep, obtendo-se (123a). Para gerar (123b-c), toma-se (124a) novamente como todo um ciclo, não se aplica Subjetivação; como CVS e FVI são regras obrigatórias, elas devem se aplicar, se satisfeitas as exigências estruturais. Como (124a) satisfaz as exigências estruturais tanto de CVS(b) quanto de FVI, qual delas aplicar? Se FVI, obtêm-se (123b); se CVS, obtêm-se (123c). Seria igualmente possível a sentenças como (125) ?

- (125) a- Eu canto.
 b- Eu brinco.
 c- Eu pulo.
 d- Eu saio.

Mesmo que a gramática gere sentenças inaceitáveis como

- (126) a-(?) Canta eu.
 b-(?) Brinca eu.
 c-(?) Pula eu.
 d-(?) Sai eu.

isto não invalida o princípio de aplicação das regras des

critas acima.

Uma vez que redefinimos CVS, poderíamos redescrever as sentenças de (114), cuja estrutura profunda é (115). Para se gerar (114a), aplica-se a (115) as regras: de Subjetivação, em seguida CVS(a), e, posteriormente, Eliminação de Prep. Para se gerar (114b-c), toma-se novamente (115), não se aplica Subjetivação; como (115) satisfaz a descrição estrutural tanto para se aplicar FVI, quanto CVS(b), se se aplicar FVI, gera-se (114b) depois de Eliminação de Prep; se se aplicar CVS(b), gera-se (114c), depois de Eliminação de Prep.

Tudo pareceu fácil: passou-se por cima de um princípio fundamental e ainda alterou-se uma regra sintática, CVS, complicando-a, e, provavelmente, a Gramática. O princípio fundamental que deixamos passar, para podermos mostrar que era viável que se obtivesse (114a-c) a partir de uma mesma estrutura profunda (115) (acarretando para existir uma única entrada lexical) foi o de que a regra Subjetivação foi obrigatoriamente aceita como opcional, o que não pode ser uma verdade, conforme evidenciamos com as sentenças de (112). Desta feita, como reorganizarmos a ordenação entre as regras Subjetivação, FVI e CVS? Ora, se considerarmos que (112) é um caso de verbos transitivos com sujeito gramatical (i.é., predicado-de-dois-lugares), pode-se, para dar conta de muitos outros casos, introduzir uma restrição à regra de Subjetivação. Esta seria algo como:

(127) Se $S \rightarrow V(x)(y)$ ($x.y$ = candidatos a sujeito gramatical), então Subjetivação é obrigatória a x ou a y .

Mas, se uma regra é opcional, numa teoria, como pode ser obrigatória nessa mesma teoria? Parece de certo modo contraditório. E, como vamos descrever o que ocorre com os verbos impessoais chover, nevar, ter, haver, dar, com FN?

Vamos classificá-los como intransitivos - considerando a FN gerada à sua direita como sendo seu sujeito gramatical ? Ou vamos conservá-los como impessoais, classificando sua FN de complemento objeto direto? Se aceitarmos a segunda, em que diferem de existir nas sentenças (114b-c)?

Fillmore(1969), em sua teoria, não tratou de verbos impessoais como chover e outros. Como ele os trataria ? Ele talvez os consideraria uma anomalia gramatical porque eles podem ocorrer sozinhos sem Obj(ou Ag), como em (128)? Provavelmente; ou então fugiria deles!

- (128) a- Chove.
 b- Neva.
 c- Troveja.

Como se pode observar, não nos parece tão fácil, segundo uma teoria à Fillmore, descrever as sentenças de (114a-c) como efetivamente geradas a partir de (115). Para as descrevermos como geradas de (115), tendo existir uma única entrada lexical, tivemos que:

- (129) 1- Considerar opcional uma regra que por vezes era obrigatória(Subjetivação);
 2- Redefinir a regra 'tradicional' de CVS;
 3- Considerar duas classes de sujeito gramatical do português: pré-verbal e pós-verbal, acarretando considerar os verbos impessoais com FN como verbos intransitivos, cuja FN exercendo função de sujeito.

Dois fatores sintáticos parecem justificar a terceira delas. O fato de a FN dos verbos impessoais não ocorrer como:

- (130) 1º Sujeito da Passiva(i.ê, passiva não se aplica a sentenças com impessoais com FN);
 2º Pronome Oblíquo(Acusativo).

ambos evidenciados em sentenças de (48) na seção anterior do trabalho.⁸

Se considerarmos que (129) dá bons resultados, temos que, nas sentenças abaixo do português, só temos verbos intransitivos, pessoais:

- (131) a- José existe.
 b- As pedras caem.
 c- Eu saio.
 d- Existe José.
 e- Chovem pedras.
 f- Há gente aí.
 g- Tem pão quente.
 h- Dá japoneses em Araçatuba.
 i- Nevava blocos enormes.

onde a FN à sua direita é o sujeito pós-verbal, e, à sua esquerda, pré-verbal. Descrevê-las assim parece viável, uma vez que a FN nem pode ser o sujeito da Passiva (pois o é na Ativa), nem pode ser Pronominalizado (Oblíquo) - pois o sujeito gramatical seria 'nominativo' e não 'acusativo' (caso normal de um objeto direto). Mas, o que nos dá
 Há na Gramática evidências para que se devesse redefinir CVS tal qual em (122)? Bem, pelo menos ela parece dar conta dos exemplos de (114), (123), (131), apesar de gerar sentenças inaceitáveis (agramaticais?) como (120), e (126). Mas, sua redefinição foi motivada e consecutiva da aplicabilidade/não-aplicabilidade da regra de Subjetivação, i.é, se Subjetivação é opcional e se aplica, CVS faz o verbo copiar os traços número-pessoais da FN à sua esquerda; se Subjetivação não se aplica, CVS faz o verbo copiar os traços de número e pessoa da FN à sua direita. Uma vez que se comprove que Subjetivação é obrigatória, então a redefinição de CVS não procede, uma vez que a única FN gerada à

direita dos verbos intransitivos tomará obrigatoriamente a posição pré-verbal, onde CVS se aplicará obrigatoriamente, no Português, mas na sua definição tradicional. Mas, como provar que Subjetivação não é opcional ?

Tivemos evidência através de sentenças de (112), que, se Subjetivação é opcional e não se aplica às suas estruturas subjacentes, a gramática não poderá levar à superfície sentenças como (112), mas terá que aplicar obrigatoriamente a regra de Subjetivação a uma das FN, ou do Obj ou do Ag, para gerar sentenças aceitáveis.

Observe-se que, se CVS, redefinida em (122), se aplicar a (112c) - estrutura a que se não aplicou Subjetivação por esta ser opcional - obteríamos uma sentença inaceitável (agramatical?) como

(132) ? Dá um carro para João por mim.

Mas, se a Gramática (conservando Subjetivação opcional) oferecesse uma regra que pusesse o verbo na 3ª pessoa plural (pessoa indefinida, referencialmente) como se observa em (133) ?

- (133) a- Quebraram a vidraça.
b- Disseram bobagens por aí.
c- Pediram esmolas.

Como ficaria (132), se lhe aplicasse essa tal regra, em vez de CVS ? Provavelmente algo como (134):

(134) Dão um carro para João por mim.

Se (134) é tanto gramatical, como aceitável, então não há contra-argumento que diga que Subjetivação não é opcional! Mas, como se efetua essa tal regra de 3ª pessoa plural, no Português, e sob que condições estruturais ?

SE a flexão do verbo em (133) e (134) parece evidenciar que o verbo tem um traço [+ animado], pergunta-se: é este traço adquirido por regra transformacional ou latente no verbo? Se é adquirido por regra transformacional, de onde ele vem? Pode-se dizer que provenha de uma FN(de Ag) tal que "por alguém" que lhe empresta tal traço e é eliminado da sentença. Daí, (133a-c) teriam suas estruturas subjacentes como:

- (135) a- [Quebrar de[^]a vidraça por[^]alguém.]_S
 b- [Dizer de[^]bobagens por[^]aí de[^]alguém.]_S
 c- [Pedir de[^]esmolas por[^]alguém.]_S

e (134) teria como estrutura subjacente, algo como:

- (136) [Dar de[^]um carro para[^]João por[^]mim por[^]alguém.]

sendo esta diferente da estrutura subjacente a (132) - ou (105) ou (112). É claro que (136) possibilita gerar (134), mas como gera- (134) a partir de (106) ou (112)? Parece improvável! Se se considerar que (134) não pode ter sido gerado de (105) (ou de (112)), assim como o foi (132), a inaceitabilidade de (132) parece evidenciar que Subjetivação não pode ser uma regra só opcional, mas também obrigatória! Já dissemos, anteriormente, que assim uma regra não pode proceder. Como nos safar, então, desse problema, um tanto sério nestas passagens?

Poderíamos nos agarrar em Ronald Neeld (1976), que refuta ciclos e ordenação de regras em sintaxe, e parece eleger o princípio universal de que "as regras se aplicam toda vez que encontrarem sua descrição estrutural (favorável)". Com essa solução teríamos que, a partir de uma estrutura profunda como (115) (que repetimos agora, para confrontos)

- (137) a- [Existir_V de[^]eu_{FN}]_S
 b- V[^] Obj (Ag?)

poderíamos gerar (114a-c) aplicando-se, ou não, as regras de Subjetivação, CVS, FVI, Eliminação de Prep, e outras mais, obtendo-se sentenças aceitáveis - como as de (114a-c), cuja história transformacional damos em (138) - e sentenças inaceitáveis - como as de (139):

- (138) a- $\begin{matrix} \text{(EP)} \\ \text{[Existir de eu]} \end{matrix} \rightarrow \begin{matrix} \text{(Subjetivação)} \\ \text{[de eu existir]} \end{matrix} \rightarrow \begin{matrix} \text{(CVS)} \\ \text{[de eu existe]} \end{matrix} \rightarrow$
 $\begin{matrix} \text{(Elim.Prep)} \\ \rightarrow \text{[de eu existo]} \end{matrix} \rightarrow \text{Eu existo. (=114a)}$
- b- $\begin{matrix} \text{(EP)} \\ \text{[Existir de eu]} \end{matrix} \rightarrow \begin{matrix} \text{(CVS)} \\ \text{[Existo de eu]} \end{matrix} \rightarrow \begin{matrix} \text{(Elim.Prep)} \\ \text{Existo eu. (=114c)} \end{matrix}$
- c- $\begin{matrix} \text{(EP)} \\ \text{[Existir de eu]} \end{matrix} \rightarrow \begin{matrix} \text{(FVI)} \\ \text{[Existe de eu]} \end{matrix} \rightarrow \begin{matrix} \text{(Elim.Prep)} \\ \text{Existe eu. (=114b)} \end{matrix}$

- (139) a- ?Existir de eu.
 b- ?Existir de mim.
 c- ?Existo de eu.
 d- ?De eu existo.
 e- ?De mim existe. etc. etc.

Desta maneira teremos que: a Gramática tem certas regras, como Subjetivação, CVS (redefinida), FVI, Eliminação de Prep, e outras, que se aplicarão (ou não, em favor de outras regras) quando quer que a estrutura sentencial o permitir. Com isso teremos, é claro, muitas sentenças inaceitáveis aos falantes nativos (provavelmente por nunca as terem ouvido pronunciarem) mas teremos uma gramática bastante produtiva, e sem muitas restrições, pelo menos à primeira vista. Em conclusão a esta seção do trabalho tem-se que existir terá uma única entrada lexical, permitindo gerar - a partir de regras aplicadas à estrutura profunda em que ele é inserido - estruturas de superfície distintas: ocorrendo com FN ora à esquerda, ora à direita, FN esta com função de sujeito gramatical: pré-verbal e pós-verbal, respectivamente.

A esta altura da descrição de sentenças com existir do Português, conclui-se que uma teoria s Chomsky(1965) nos levaria a:

- 1- multiplicar os verbos do português;

- 2- acrescentar uma regra a mais na Gramática (CVO);

- 3- deixar inexplicado porque a FN à direita de existir (e de outros verbos impessoais(?)) não se pronominaliza;

enquanto que uma teoria a Fillmore(1969) daria conta (mais economicamente) de mais sentenças aceitáveis, e parece fazer do Português uma gramática um tanto mais poderosa e produtiva que uma teoria evidenciada em Aspects(1965).

NOTAS

1. Ainda haveria as possibilidades:

1.a Eu e meu irmão, $\left[\begin{array}{l} *morei \text{ naquela casa} \\ morou \\ moramos \end{array} \right]$

1.b Eu e meu irmão, $\left[\begin{array}{l} *mando \text{ aqui} \\ manda \\ mandamos \end{array} \right]$

1.c? Eu e meu irmão $\left[\begin{array}{l} *existo \\ *existe \\ existimos \end{array} \right]$ nesta sala

que não evidenciamos pelos objetivos traçados na discussão.

2. Note-se um fenômeno interessante: enquanto que a sentença

2.a Existem casas que são de aluguel.

pode ter 'casas' topicalizado, como

2.a' Casas existem que são de aluguel.

a sentença

2.b Existem as casas que são de aluguel.

não pode ter 'as casas' topicalizado:

2.b' ?As casas existem que são de aluguel.

Seria uma falha da Gramática (dado que TOP é opcional), ou é um caso de inaceitabilidade dos falantes? Parece-nos que da Gramática não é falha, visto que ela permite, em potencial, a aplicação de suas regras gerando sempre sentenças gramaticais (cf. Lightner, 1976). O fenômeno que ocorre é nada mais que (2.b') ser uma sequência possível mas não atualizada até então. Quem poderá dizer se o será ou não? Por outro lado, a inaceitabilidade pode ser devido a uma diferença sintá

tico-semântica entre o artigo definido que precede 'casas' em (2b) e (2.b'), diferença esta (se houver) tão sutil que nos escapa pelo vão dos dedos.

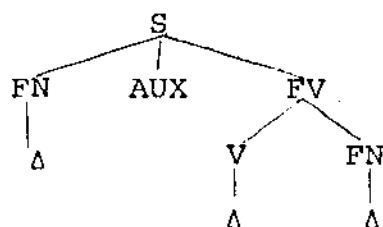
3. É claro que tais entradas no léxico são extremamente despidas de precisão - como saliente Lightner (1976) - mas para nossos objetivos práticos do trabalho, não estamos interessados em maior ou menor precisão nas entradas lexicais em si, mas nas restrições de subcategorização a elas aliadas.
4. Em Chomsky (1972, pág. 63-66), temos uma representação das fases por que passa uma estrutura sentencial antes de sua forma supreficial. Chomsky apresenta uma sequência tal qual

$$P_1, \dots, P_i, \dots, P_n$$

onde P_1 é a estrutura inicial de uma classe K infinita de sequências finitas de marcadores frasais; P_i é a estrutura pós-lexical; e P_n é a estrutura de superfície. Chomsky salienta que P_{i-1} (ou $P_{j+1}, j < i$) a transformação que insere os itens lexicais; e P_{i+1} (ou $P_{j+1}, j < i$) a transformação é não-lexical (transformações sintáticas verdadeiras).

5. Segundo uma teoria Chomskyana ortodoxa, teríamos uma estrutura profunda semelhante a

5.a



e uma entrada lexical semelhante a

5.b $[+V, \Delta \text{ — } \Delta \text{ (Loc) (Modo) (Tempo)}]$

5.b' $[+V, \Delta \text{ — } \Delta]$

6. Porder-se-ia cogitar em uma ordenação extrínseca das regras (pós-) cíclicas em relação a FVI. As regras transformacionais até aqui citadas forma: CVS, MS, TOP, Passiva e FVI. Tomando-se o primeiro par - CVS e MS - vimos que sua ordenação no português se dá na ordem:

1ª CVS - obrigatória

2ª MS - opcional

visto que na ordem inversa encontrávamos as sentenças de (10), como contra-exemplo. Incluindo-se TOP às duas já vistas, consideremos a ordem:

1ª TOP - opcional

2ª CVS - obrigatória

3ª MS - opcional

Aplicando-as a uma sentença subjacente, como

6.1 [Eu ver os livros.]_S

obtem-se respectivamente;

6.2 a- ?Os livros, eu ver.

b- Os livros, eu vejo.

c- Os livros, vejo, eu.

Aplicando a (6.1) as regras numa sequência tal qual:

1ª CVS - obrigatória

2ª TOP - opcional

3ª MS - opcional

obteremos, respectivamente:

6.3 a- Eu vejo os livros.

b- Os livros, eu vejo.

c- Os livros, vejo, eu.

Se aplicarmos à estrutura (6.1) as regras numa ordem tal qual

1ª CVS - obrigatória

2ª MS - opcional

3ª TOP - opcional

teremos, respectivamente:

- (6.4) a- Eu vejo os livros.
 b- Vejo, eu, os livros.
 c- Vejo os livros, eu.
 d- Os livros, vejo, eu.

Observa-se que TOP, se for aplicada antes de CVS, esta deve ser aplicada à sentença gerada por TOP: que é uma condição necessária para a sentença ser gramatical. Caso se aplique apenas TOP a uma estrutura subjacente e que se não aplicou CVS, não se obtém uma sentença gramatical. Assim, TOP pode ser aplicada ou depois de CVS (mas não antes) ou depois de MS. Acrescentando-se Passiva às três regras, suponhamos que ela se aplicasse na ordem seguinte:

- 1º Passiva - opcional
- 2º CVS - obrigatória
- 3º MS - opcional
- 4º TOP - opcional

Tomando-se (6.1) novamente, aplicando-se-lhe as regras da ordem acima, obtém-se:

- (6.5) a- Os livros ser-vistos por mim.
 b- Os livros são vistos por mim.
 c- São vistos, os livros, por mim.
 c' São vistos por mim, os livros.
 d- Por mim, são vistos, os livros.

que evidencia que, se Passiva for aplicada antes de CVS, ela não gera sentença gramatical antes que CVS se aplique. Com isto, parece-nos estar provado que Passiva é cíclica. A propósito, como Passiva é uma regra aplicável ainda na EP de uma sentença, o que parece não ocorrer com TOP ou MS que são regras aplicáveis já na ES, é possível, ainda que não gere sentença gramatical(?) antes de CVS, que Passiva se aplique antes de CVS, pois ambas ocorrem na EP da sentença a ser gerada. Se as aplicarmos a (6.1), numa ordem tal qual:

- 1º CVS - obrigatória
- 2º Passiva - opcional
- 3º MS - opcional
- 4º TOP - opcional

obteríamos:

(6.6) a- Eu vejo os livros.

b- Os livros ser-vejo-do por mim. (?)

sem que as outras regras se pudessem aplicar, dado o fato de que a sentença gerada por Passiva é inaceitável (agramatical(?)) e não permite aplicação das outras regras MS e TOP. Para que Passiva se aplicasse depois de CVS, seria necessário fazer-se muitas restrições e, provavelmente, fazer intervir certas regras de apagamento de CVS (o que daria no mesmo de Passiva ser aplicada antes de CVS). Assim, CVS é candidata a pós-cíclica, ou cíclica após Passiva. Poderíamos ficar com a última, mas ao nos depararmos com sentenças mais complexas (evidenciadas na literatura) seremos levados a concluir a primeira delas. Quanto ao status das outras regras, preferimos chamá-las pós-cíclicas, dado o fato de que serão aplicadas à estrutura de superfície da sentença. Uma vez que TOP é uma regra de superfície e, portanto, não poderia aplicar-se antes de Passiva, não se poderia ter as regras numa ordem tal qual:

- 1º TOP - opcional
- 2º Passiva - opcional
- 3º CVS - obrigatória
- 4º MS - opcional

Observa-se que se TOP se aplicar a (6.1) antes de Passiva obteríamos algo como

(6.7) Os livros, eu ver.

cuja estrutura sentencial não satisfaz as condições exigidas por Passiva. Também não se aplicam as seguintes. Quanto à aplicação de FVI, ela parece exigir uma estru-

tura sentencial distinta daquela exigida para a aplicação de CVS. Elas são mutuamente excludoras, i.ê., CVS e FVI são obrigatórias com relação a uma mesma FV. Enquanto CVS se aplica à presença da FN-sujeito, FVI se aplica à ausência da mesma, num mesmo estágio da derivação, i.ê., CVS e FVI andam de mãos dadas, em distribuição complementar. Não se cogita em FVI quando uma estrutura sentencial satisfaz as condições exigidas por Passiva, CVS ou MS. Quanto a TOP e FVI, pode-se verificar uma ordenação tal qual

1º FVI - obrigatória

2º TOP - opcional

A partir de uma sentença que satisfaça as condições de ambas, como 'ausência de FN-sujeito' para a primeira, e 'presença de FN à direita de FV ou V' para a segunda, tal qual:

(6.8) [Chover pedras.]_S

aplicando-se tais regras a (6.8) obteremos, respectivamente:

(6.9) a- Chove pedras.

b- Pedras, chove.

Se invertermos a ordem tal qual

1º TOP - opcional

2º FVI - obrigatória

obteríamos a partir de (6.8) - se TOP fosse uma regra de EP - algo como:

(6.10) a- ?Pedras, chover.

b- Pedras, chove.

Daí, a ordem de aplicação de FVI e TOP só pode ser aquela em que FVI é a primeira.

Assim, a ordem de aplicação das regras até aqui observadas pode ser dada tal qual:

&6.11) 1º Passiva - opcional

2º CVS ou(exclusivo) FVI - obrigatória

3º MS ou(inclusivo) TOP - opcional.

Uma vez evidenciado que uma certa regra é de estrutura de superfície, é evidente que ela não poderá ocorrer antes de uma regra que se aplique à estrutura profunda de uma sentença. Mas, como que refutando a ordenação última das regras, cíclicas ou não, que acabamos de ver, há um artigo de Ronald Neeld, 'On some non-evidence for the cycle in Syntax', onde ele apresenta certos argumentos que levam a crer que "todas as regras são não-ordenadas, i.é, tudo o que tiver sobre ordem de aplicação é predito pelos princípios universais da linguagem", (pag 51). Como se pode observar com as regras acima, MS e TOP não são mesmo ordenadas uma em relação à outra; mas ambas o são em relação a Passiva, CVS e FVI; assim como CVS e FVI não se ordenam uma em relação à outra. Por outro lado, observa-se que CVS exige descrição estrutural diferente da que exige FVI: "[FN - V - FN]_S" para a primeira e "[X - V - Y]_S (X ≠ FN)" para a segunda. Então, como cogitar-se de uma 'ordenação' entre elas? Parece-nos um tanto desarranjado! Elejamos o princípio universal de aplicabilidade das regras: onde quer que encontrem estrutura favorável, elas podem se aplicar.

7. Ao exemplificarmos a regra de concordância CVO com sentenças relativas, como

(7.1) Monstros que existem não existem.

que são sentenças ambíguas sintática e semanticamente pelo item lexical existir, é evidente que, a um falante distraído da ambiguidade de existir, ela parecerá contraditória. Mas, tomando-se (7.1) como ambígua, teremos duas leituras para ela, tais como

(7.1') a- ?Monstros que existem₁ não existem.

b- Monstros que existem₂ não existem.

onde a estrutura sintática desfaz a diferença entre existir₁ e existir₂, pois o pronome relativo ocupa sempre a posição pré-verbal, seja qual for sua função sintática na

sentença. Por esta ambigüidade de leituras e também pela possível aplicação de CVO, pode parecer a falantes do português que sentenças como

(7.2) a- Existe os meus colegas que não existem.

b- Os meus colegas que não existe, existem.

c- Existe monstros que não existem.

são inaceitáveis pela não flexão verbal em existir das relativas. Mas, se tais sentenças ocorressem com um Locativo, como:

(7.2') a- Nesta relação existe os meus colegas que não existem.

b- Os meus colegas que não existe nesta relação existem.

c- Existe monstros nesta história que não existem.

diriam os falantes que seria muito mais fácil para aceitá-las. Há quem nos contradiga, argumentando que não aceita em hipótese alguma que existir ocorra sem flexão. Importa-nos descrever os fatos linguísticos que ocorrem, e não 'frear' a linguagem que é produto do ser-falante, e que se transforma a cada dia que passa.

8. Observou-se, nas passagens dos argumentos segundo Chomsky (1965), que, apesar de Pronominalização e Passiva serem possíveis à FN objeto direto de sentenças do Português, não o eram com os verbos impessoais(?) chover, nevar, ter, haver, dar, etc, tampouco com existir. Assim, não parece de todo improvável que tais verbos, segundo uma teoria à Fillmore, sejam considerados intransitivos, tendo sua FN a função de sujeito gramatical pós-verbal - uma vez que com esta (assim como com o sujeito gramatical) não ocorre pronominalização (oblíquo) nem Passiva, porque na sentença aparece uma única FN. Além do mais, para descrevermos (114c), tivemos que forjar uma regra (CVO) que não é comum no Português, como se observa em

(8.1) a- ?Ele levamo-nos na festa.

b- ?Nós trouxeram os livros.

C A P Í T U L O I I

S E M Â N T I C A

Dando-se prosseguimento à abordagem do(s) verbo(s) existir do português, falaremos, nesta seção do trabalho, de sentenças em que tal(is) verbo(s) ocorre(em), enfocando-o(s) agora de um outro ponto de vista: o semântico.

Nosso objetivo nesta seção do trabalho será tentar mostrar que, sendo existir um único verbo - i.é, tem uma única entrada lexical (conforme nos mostrou a seção anterior) - ele permite pelo menos duas leituras quando da atuação de uma teoria semântica na interpretação de sentenças onde ele ocorre, ora com FN à esquerda, ora à direita. Como ponto final, deveremos estar aptos para, auxiliados pela teoria semântica que aqui vamos abordar, interpretar uma sentença complexa com existir, tal qual (140), como sendo sintética e não contraditória como à primeira vista nos parece.

(140) Existem pessoas que não existem.

Para se afirmar que sentenças como (140) não são contraditórias, teria que se afirmar que elas ou são sintéticas, ou são analíticas. Para se dizer que elas não são analíticas, mas sintéticas, deve-se ter um conceito de o que é, e sob que condições, uma sentença é analítica: e, ao se afirmar que uma sentença é sintética se, e somente se, ele não for nem analítica nem contraditória, então deve-se ter um conceito de sentença contraditória e de sentença analítica, para se poder (por exclusão das duas anteriores) abstrair um conceito para sentenças sintéticas. Tentaremos evidenciar com isto que, a despeito de o verbo existir ser considerado sintaticamente um verbo intransitivo, pessoal - ocorrendo com a FN quer à esquerda, quer à direita - não há possibilidade de eles poderem levar a uma mesma interpretação semântica das sentenças que os contenham.

Antes de nos aprofundarmos no assunto existir, faremos certas considerações que nos ajudarão (e embasarão) a entender melhor sua abordagem semântica, e paulatinamente vamos tratando do(s) verbo(s) em questão.

Para a descrição de fatos linguísticos, ligados à sua interpretação (leitura) semântica, uma teoria semântica, segundo Katz (1964) - que não é uma teoria fácil de se entender, tampouco de se aplicar, por sua complexidade - deve construir certas regras que sejam compatíveis com o conhecimento do falante (competência) sobre a estrutura semântica de sua língua, que lhe permitem entender o sentido de qualquer sentença, em sua língua, mesmo as até então nunca ouvidas. Tal conhecimento sobre a estrutura semântica da língua toma a forma de regras recursivas que fixam um sentido para cada uma das sentenças infinitamente numerosas. Essa habilidade do falante em compreender o sentido de uma sentença nova, depende de ele já conhecer os sentidos dos seus itens lexicais, o que leva a crer que o sentido que as regras recursivas fixam para uma sentença deve ser uma função composicional dos sentidos dos itens lexicais já conhecidos (pelo falante/ouvinte) que nela aparecem. Assim, tais regras ditadas pela teoria semântica devem representar o conhecimento da estrutura semântica da língua do falante: regras que expliquem a função composicional que determina como ele utiliza os sentidos dos itens lexicais em uma sentença, para entender o que tal sentença significa.

Para Katz (1964), uma teoria semântica consta de dois componentes: um dicionário (itens lexicais com seus sentidos) e um conjunto de regras de projeção (que usam as informações do dicionário e mais informações da estrutura sintática da sentença - fornecidas pela Gramática - para atribuir à sentença uma interpretação semântica.)

Uma vez que, para a interpretação semântica de uma S é necessária sua estrutura sintática, esta - que é o output de uma Gramática - torna-se o input de uma teoria semântica. Esta, por sua vez, toma o input e opera sobre ele (fazendo-o com um de cada vez: reconstrução do sentido da sentença como função do sentido dos itens lexicais (que o falante emprega na sentença)). Tal operação resulta em uma interpretação semântica da sentença que, produzida por uma teoria semântica, constitui parte da descrição da estrutura semântica de uma língua. São as interpretações semânticas das sentenças que as marcam como anômalas, aceitáveis ou ambíguas (ou como outros fenômenos linguísticos), pois os falantes as reconhecem como tais: são reflexos (performance) da sua competência sobre a estrutura semântica da língua (Katz, 1964).

Numa teoria semântica, as entradas lexicais fornecem a base da qual as regras de projeção da teoria semântica derivam as interpretações (leituras) que elas atribuem às sentenças. As entradas lexicais contêm informação de maneira formal, e devem ser suficientes em mecanismo para fornecer uma representação precisa da informação que as regras de projeção requerem para interpretações semânticas corretas. Uma entrada lexical consiste de um número finito de sequências de símbolos, cada uma delas na sequência: 1- marcadores sintáticos: 2- marcadores semânticos: opcionalmente 3- marcador distintivo: e 4- restrição de seleção. Tais entradas podem ser representadas em diagrama de árvore, onde cada sequência na entrada (para um item lexical) aparece como uma trajetória distinta enraizada no item lexical. Por exemplo, para o item lexical lâpis, poderíamos sumariamente ter:



lâpis

NOME

(Objeto Físico)

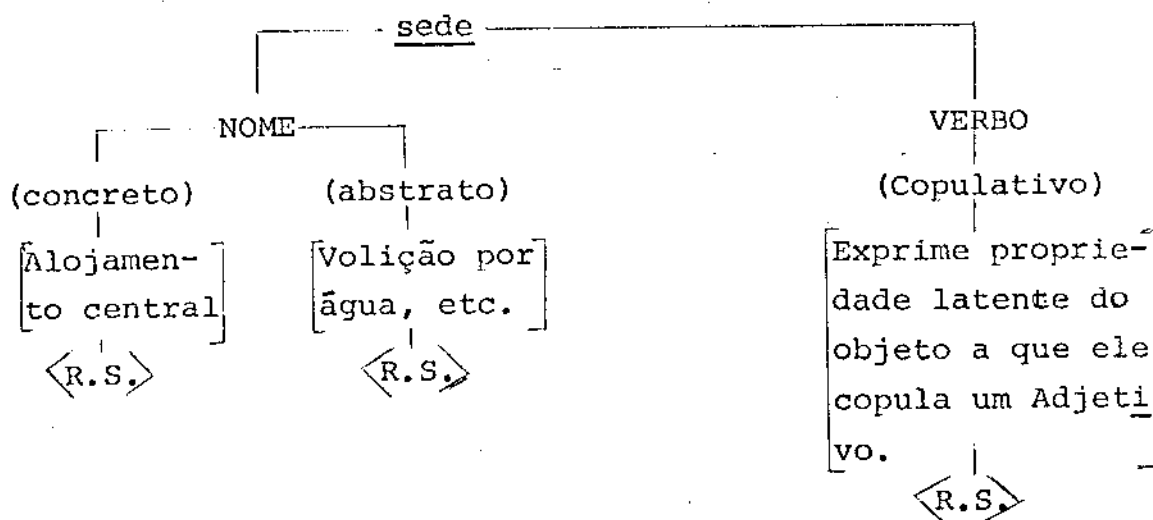
[Cilindro normalmente de madeira, atravessado longitudinalmente em seu interior por filamento de material que em atrito com uma superfície mais resitente deixa-lhe riscos impressos.]

<R.S.>

(A descrição posta entre os colchetes representa um conjunto de traços distintivos hierarquizados que não vamos destacar individualmente, pois tomariam um espaço desnecessário à descrição. Basta que consideremos que os elementos distintivos tenham sido fundidos, formando esse conjunto.) Na descrição da entrada lexical de lâpis, acima, os marcadores semânticos são representados entre parênteses; os marcadores distintivos, entre colchetes, e as restrições de seleção entre ângulos. Cada trajetória completa (no caso de 'lâpis', a trajetória completa) representa um sentido distinto de um item lexical em cuja entrada ele aparece. Os marcadores semânticos são elementos formais que uma teoria semântica emprega para expressar relações semânticas de natureza geral: os marcadores distintivos representam o que é idiossincrático sobre o sentido de um item lexical: é ele quem estabelece a diferença entre um ou outro item lexical semelhante em sentido: portanto, um marcador semântico pode aparecer em trajetórias lexicais várias, enquanto que um distintivo aparece apenas naquela trajetória. Assim sendo, os marcadores semânticos e distintivos representam as propriedades semânticas da quais se constrói o sentido de um item lexical: são os componentes elementares do conteúdo semântico lexical.

Um item lexical é ambíguo se, e somente se, sua entrada le-

xical contém pelo menos duas trajetórias distintas. Por exemplo, o item lexical sede (independente de sua realização fonológica), teria uma entrada lexical do tipo de:



Se vamos falar da entrada lexical de existir do português, temos que observar qual(uais) sentido(s) realiza em sentenças em que ele ocorre. Tomando-se uma sentença como

(141) A América do Sul existe.

pode-se descrever existir₁, (enumeraremos para referência)

(142) EXISTIR₁: Verbo → Verbo Intransitivo → ((+Estático)
(+Latente)) → [Propriedade dos objetos físici
cos] <R.S.>

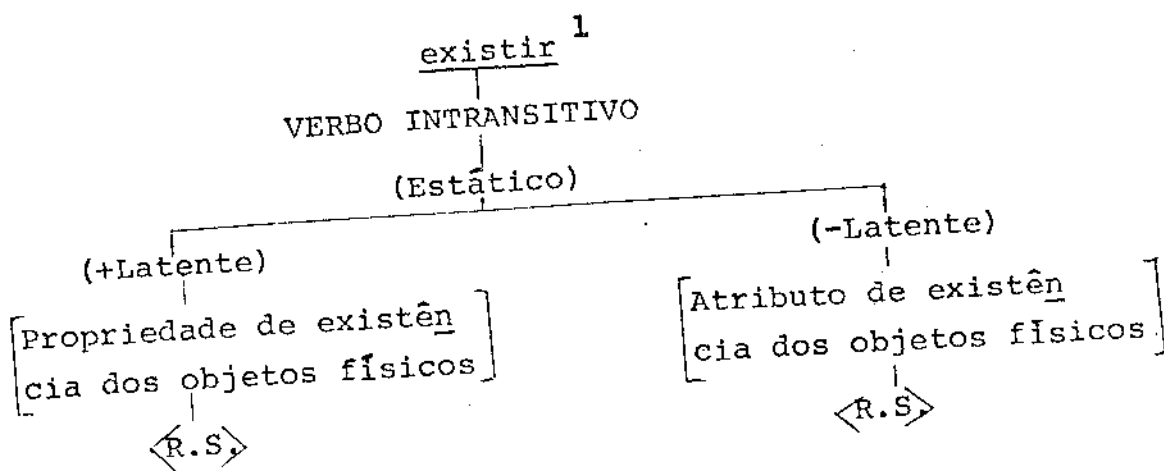
e, tomando-se uma sentença como:

(143) Existem pessoas que dormem de olho aberto.

pode-se descrever existir₂ como:

(144) EXISTIR₂: Verbo → Verbo Intransitivo → ((+Estático)
(-Latente)) → [Atributo dos objetos físici
cos] <R.S.>

Estas duas leituras semânticas de existir, pode-se representá-las em diagrama de árvore, como:



Se existir tem (pelo menos) duas trajetórias distintas, condição suficiente, na teoria de Katz, para que um item lexical seja ambíguo, então existir é um item lexical ambíguo no português, i.é, os morfemas que as representam são morfemas homônimos.

A ambiguidade no nível lexical é fonte de ambiguidade semântica ao nível da sentença: daí, uma condição necessária, embora não suficiente, para uma sentença sintaticamente não ambígua ser semanticamente ambígua é que ela contenha um item lexical ambíguo, como por exemplo:

(145) Esta manga não está boa.

onde manga é ou uma fruta ou uma parte de uma peça do vestuário. A entrada lexical deverá conter para manga uma trajetória com o elemento semântico ou restritivo (Fruta), mas não conter (Parte de uma peça do vestuário); e outro, vice-versa. Assim, um item lexical ambíguo em uma sentença sintaticamente não ambígua não é suficiente para tal sentença ser semanticamente ambígua, como por exemplo:

(146) a- Com este pedaço de pano dá para fazer duas mangas.
b- O menino jogou fora o caroço da manga.

onde, apesar de manga ser um item lexical ambíguo, as sentenças acima não o são: as relações gramaticais e os sentidos dos outros constituintes evitam que este item ambíguo apresente mais que um dos seus sentidos. Tal seleção ocorre como resultado dos outros constituintes da sentença, e é muito importante porque, junto com a ambiguidade lexical, ela parcialmente determina se uma sentença é anômala, semanticamente não-ambígua, ou se duas sentenças são paráfrases uma da outra, etc. Assim sendo, uma trajetória para um item lexical deve conter uma restrição de seleção que determina as combinações. Para as trajetórias de existir, as restrições de seleção sintáticas ou semânticas são em número ainda imprevisto. Sobretudo, com eles, pode ocorrer uma expressão linguística de qualquer natureza sintática ou semântica. Uma teoria semântica interpretando sentenças como (147) e (148), poderia marcá-las como inaceitáveis, ainda que a muitos falantes elas teriam um certo sentido e poderiam ocorrer aceitavelmente:

(147) Eu existo, aqui.

(148) a- Eu não existo.

b- Você não existe.

c- Exista! ²

Tendo-se falado em entradas lexicais e trajetórias, associemos a estas algumas noções (importantes para o trabalho) sobre regras de projeção. Dada uma sentença com existir,

(149) As meninas estudantes existem. ³

o primeiro passo que uma teoria semântica realiza para atриbuir-lhe uma interpretação semântica é correlacionar cada item lexical com todas (e somente) as trajetórias das suas

entradas lexicais que são compatíveis com a categorização sintática dos itens lexicais na caracterização da estrutura de constituintes (estrutura profunda, E.P.). Tal correlação se dá da seguinte maneira:

(Corr) "Se uma trajetória da entrada lexical para um item m_j contém marcadores sintáticos que atribuem a m_j a mesma caracterização sintática que ele tem na caracterização sintática que ele tem na caracterização de estrutura de constituintes (E.P.) d_i , então esta trajetória é atribuída ao conjunto de trajetórias T_j^i que é correlacionada com a ocorrência m_j em d_i . Daí, o item lexical m_1 é associado ao conjunto de trajetórias T_1^i ; m_2 é associado a T_2^i , etc"

(Katz, 1964)

Exemplificando-se a passagem acima, tem-se que, na sentença (111), A é associado ao conjunto T_1^i ; s é associado a T_2^i ; menina, a T_3^i ; s a T_4^i ; estudante a T_5^i ; s a T_6^i ; existe a T_7^i ; e m a T_8^i . Tais regras que associam os sentidos com as ocorrências de itens lexicais em caracterizações de estrutura de constituintes são as primeiras regras de projeção. Segundo Katz, há dois tipos de regras de projeção. As do tipo-um e as do tipo-dois. As do tipo-um combinam caracterizações, hierarquicamente, desde os constituintes mais baixos ($\langle R.S. \rangle$), até os mais altos (S), o que acarreta vários amalgamas de trajetórias. Uma regra de projeção do tipo-um pode ser formulada, segundo Katz, como:

- (RPr-1) Dadas duas trajetórias associadas a uma mesma S :
- a- cadeia lexical₁ → marcadores sintáticos de ca
beça → $(a_1) \rightarrow (a_2) \rightarrow \dots \rightarrow (a_n) \rightarrow [1] \langle^n 1 \rangle$
 - b- cadeia lexical₂ → marcadores sintáticos do mo
dificador da cabeça → $(b_1) \rightarrow (b_2) \rightarrow \dots \rightarrow (b_m) \rightarrow [2] \langle^m 2 \rangle$
(tal que a cadeia dos marcadores sintáticos e se
mânticos da cabeça tenham uma sub-cadeia o que
satisfaça $\langle^n 2 \rangle$);

então há um amálgama da forma:

- (A) Cadeia lexical₁ + Cadeia lexical₂ + marcador do nó dominante $S \rightarrow (a_1) \rightarrow (a_2) \rightarrow \dots \rightarrow (a_n) \rightarrow (b_1) \rightarrow (b_2) \rightarrow \dots \rightarrow (b_m) \rightarrow$
 $\left[\begin{smallmatrix} 2 \\ 1 \end{smallmatrix} \right] \left[\begin{smallmatrix} 1 \\ 1 \end{smallmatrix} \right] \left\langle \begin{smallmatrix} a \\ 1 \end{smallmatrix} \right\rangle$ (onde qualquer b_i seja nulo caso haja um a_j tal que $b_i = a_j$; e $\left[\begin{smallmatrix} 2 \\ 1 \end{smallmatrix} \right] \left[\begin{smallmatrix} 1 \\ 1 \end{smallmatrix} \right]$ seja simplesmente $\left[\begin{smallmatrix} 1 \\ 1 \end{smallmatrix} \right]$ apenas no caso de $\left[\begin{smallmatrix} 2 \\ 1 \end{smallmatrix} \right] = \left[\begin{smallmatrix} 1 \\ 1 \end{smallmatrix} \right]$. Tal amálgama se destina ao conjunto de trajetórias associadas a S que domina ambas as cadeias lexicais.)

O amálgama atribui um dos sentidos para a sequência dos itens lexicais que o nó domina. Assim, um conjunto de sentidos alternativos dados na forma de trajetórias derivadas (amálgamas) é fornecido por toda sequência de itens lexicais dominados por um marcador sintático na E.P., até que o marcador sintático mais alto - S - seja atingido e associado a um conjunto de trajetórias derivadas (amálgamas) dando os sentidos para a sentença toda. Cada trajetória composta é um membro de um conjunto de trajetórias associadas ao nó que o marcador sintático rotula. A junção de um par de trajetórias ocorre justamente quando uma das trajetórias satisfaz as restrições de seleção da outra. Se o marcador sintático domina os conjuntos de trajetórias $T_1^i, T_2^i, \dots, T_n^i$, e T_1^i contém trajetórias K_1 ; T_2^i contém trajetórias $K_2, \dots, T_n^i$ contém trajetórias K_m , então o conjunto de trajetórias associadas ao marcador dominante contém no máximo os membros $K_1 \& K_2 \& \dots \& K_m$, e, não contém nenhum membro se as restrições de seleção impedirem de formar todo amálgama possível. Um exemplo cabível como ilustração de nenhum membro é a sentença:

- (150) a- As idéias amarelas que jogam futebol num tabuleiro de xadrez existem.
 b- Existem idéias amarelas que jogam futebol num tabuleiro de xadrez.

Cada trajetória completa é chamada de 'uma leitura para a cadeia lexical que este marcador domina na EP d_i '. O número de leituras de uma sentença determina seu grau de ambiguidade semântica: uma cadeia sem leitura alguma é anômala; uma cadeia com uma única leitura é não-ambígua; uma cadeia com n leituras é semanticamente ambígua n vezes ($n \geq 2$).

Estas noções preliminares sobre entradas lexicais, marcadores semânticos, distintivos, restrições de seleção, regras de projeção e interpretação semântica (abordados segundo Katz (1964)) são necessárias para uma abordagem de sentenças não ambíguas, ambíguas, analíticas, contraditórias e sintéticas com o verbo existir (ou com outros) que passaremos a abordar nos parágrafos seguintes.

Consideremos que uma sentença S tenha $d_1, d_2 \dots d_n$ caracterizações de estrutura de constituintes. Define-se interpretação semântica de S como sendo:

- 1- O conjunto $\emptyset d_1 \ \& \ \emptyset d_2 \ \& \ \dots \ \& \ \emptyset d_n$ das interpretações semânticas das n -categorizações de estrutura de constituintes de S ; e
- 2- S é completamente X se, e somente se, S é X em toda d_i . (onde ' X ' é uma variável para propriedades semânticas de sentenças que são definidas em D_1, D_2 , etc a seguir.)

A interpretação semântica $\emptyset d_i$ da caracterização de estrutura de constituintes d_i de uma S é o conjunto de todas as interpretações semânticas em (1) acima (i.é, todas as entradas lexicais e regras de projeção pertencem a ela), e ainda as afirmações (D), abaixo, que provêm da definição (1) de interpretação semântica:

- (D1) S é semanticamente anômala em d_i se, e somente se, o conjunto de trajetórias associadas ao nó rotulado S em d_i não contém nenhum membro.

Exemplo de sentença anômala com existir, do português, temos as sentenças de (150). Como se pode observar, para (150a),

numa trajetória do ADJ 'amarela' deve ocorrer como restrição de seleção uma certa regra que diz poder combinar-se (amalgamar-se) apenas com Nomes cujo marcador semântico seja (+Objeto físico). E, uma vez que 'idéias' não contém este traço (mas, provavelmente, o traço (-Objeto físico)) não pode ocorrer o amálgama entre a trajetória de 'amarelas' com a trajetória de 'idéias'. Da mesma maneira, não ocorre amálgama entre 'idéias' (transformado no pronome relativo, por Relativização) e o verbo 'jogar/futebol'. Se não ocorre o amálgama entre os constituintes da trajetória t_1 , não se pode dar também o amálgama da trajetória t_2 - em que ocorre existir - com a trajetória t_1 (visto que t_1 não se realiza). Para (150b) onde existir é intransitivo com FN à direita, não se cogita em t_1 - o que na teoria de Katz não ocorre. Aqui deveria ocorrer um amálgama da trajetória de existir₂ (V), com as trajetórias amalgamadas dos constituintes lexicais da FN. Como não ocorre amálgama entre os constituintes lexicais da FN à direita de existir, que lhe é o sujeito gramatical pós-verbal, não pode ocorrer também o amálgama final, para se chegar a S. Desta maneira, parece que a teoria de Katz - conforme ele define amálgama - não daria conta de interpretar sentenças do português em que ocorre existir com a FN à sua direita, uma vez que elas não apresentam a trajetória t_1 . Para isso, poderíamos redefinir amálgama, como sendo (abstraídas as complexidades):

- (AM) Dadas duas trajetórias associadas a S, cada qual com seus marcadores sintáticos, semânticos, restritivos e restrições de seleção, então, uma vez satisfeitas as restrições de seleção de ambas as trajetórias, uma para com a outra, dá-se o amálgama. Com o amálgama se anulam os traços semânticos idênticos de uma das trajetórias; se os restritivos forem idênticos, eliminam-se os da trajetória do verbo, conservando-se os da FN.

Desta maneira, o amálgama pode ocorrer em sentenças com existir cuja FN se encontre à sua direita, possibilitando-nos uma interpretação semântica a elas.

- (D2) S é semanticamente não-ambígua em d_1 se, e somente se, o conjunto de trajetórias associadas ao nó rotulado S em d_1 contém exatamente um membro.

A exemplo de uma sentença não ambígua com existir do português, tem-se:

- (151) a- O general Ernesto Geisel existe.
b- Existe o general Ernesto Geisel.

Uma vez a trajetória t_1 ter-se completado, há o amálgama entre esta e t_2 , em que ocorre existir₁, na sentença (151a): as sentenças de (151) são marcadas, como não-ambíguas, i.é., há uma única leitura semântica para cada uma, onde existe comporta em sua trajetória elementos semânticos e sintáticos que o classificam como existir₁ - em (151a) -, e como existir₂ (com a alteração proposta para amálgama) - em (151b). Como as sentenças que ocorrem com existir₂ não têm a trajetória t_1 , não falaremos mais sobre sua ausência; pois para a sentença (151b) tem-se também um amálgama, apesar de a teoria de Katz não ser suficiente para dar conta de sentenças onde não ocorra t_1 .

- (D3) S é semanticamente ambígua $\underline{n}$ vezes em d_1 se, e somente se, o conjunto de trajetórias associadas ao nó rotulado S em d_1 contém exatamente $\underline{n}$ -membros ($n \geq 2$)

Uma sentença semanticamente ambígua com existir parece ocorrer, em geral, quando existir é o verbo principal de uma sentença relativa, onde o pronome relativo (que) anula as diferenças estruturais da sentença. São sentenças

semanticamente ambíguas as sentenças:

- (152) a- O que existe existe.
 b- Existe, o que existe.
 c- O homem que existia viajou.
 d- O que existia não existe mais.
 e- A mesa que não existia agora existe.

Mas, se as sentenças de (152) são ambíguas com existir, advêm-nos uma questão: a ambiguidade de existir é semântica ou sintática? Ou seria de outra natureza?

No final do capítulo anterior concluimos que existir tem uma única entrada lexical [+V, + _____ Obj] com possibilidades de ampliar com certos circunstanciais de tempo, modo, etc. Como existir é um verbo intransitivo, com FN funcionando de sujeito gramatical (pré ou pós-verbal), a ambiguidade não seria sintática - a menos que houvesse um homônimo pertencente a outra categoria lexical e com funções outras. Uma vez que existir, segundo a teoria de Katz, possui pelo menos duas trajetórias distintas - condição suficiente para ser um item lexical ambíguo - então parece procedente dizer-se que a ambiguidade de (152) é semântica e não sintática. Como a regra de Relativização neutraliza as diferenças das estruturas de superfície com existir - no tocante à posição pós e pré-verbal da FN, - há uma forte tendência de os falantes nativos interpretarem a FN das relativas em que existir aparece como sendo sempre um "sujeito pré-verbal". É-lhes difícil interpretá-la como sendo um sujeito pós-verbal. Desta maneira, para as regras de projeção interpretarem sentenças relativas com existir, elas devem trazer consigo ambas as leituras das trajetórias de existir, com suas respectivas restrições de seleção, acarretando amálgamas diferentes. É claro que a ocorrência de um item lexical na sentença é condição necessária (não suficiente) para ela ser semanticamente ambígua, pois, se não o fosse, (152a-e) não o seriam, a menos que o contexto desambiguasse cada uma delas:

Leitura 1 de (152b): (analítica)

existe₂ + o + que + existe₂ + sentença + ((+estático) (-latente)) +
 [atributo de existência dos objetos físicos] + (objeto físico) +
 (neutro) + [características não identificadas] + (?) + (objeto
 físico) + (neutro) + [características não identificadas] + ((+es-
 tático) (-latente)) + [atributo de existência dos objetos fí-
 sicos] <R.S.>

Leitura 2 de (152b): (analítica)

existe₁ + o + que + existe₁ + sentença + ((+estático) (+latente)) +
 [propriedade de existência dos objetos físicos] + (objeto físico) +
 (neutro) + [características não identificadas] + (?) + (objeto fí-
 sico) + (neutro) + [características não identificadas] + ((+es-
 tático) (+latente)) + [propriedade de existência dos objetos físi-
 cos] <R.S.>

Leitura 3 de (152b): (sintética)

existe₂ + o + que + existe₁ + sentença + ((+estático) (-latente)) +
 [atributo de existência dos objetos físicos] + (objeto físico) +
 (neutro) + [características não identificadas] + (?) + (objeto
 físico) + (neutro) + ((+estático) (+latente)) + [propriedade de
 existência dos objetos físicos] <R.S.>

Leitura 4 de (152b): (sintética)

existe₁ + o + que + existe₂ + sentença + ((+estático) (+laten-
 te)) + [propriedade de existência dos objetos físicos] + (obje-
 to físico) + (neutro) + [características não identificadas] + (?) +
 + (objeto físico) + (neutro) + [características não identifi-
 cadas] + ((+estático) (-latente)) + [atributo de existência dos
 objetos físicos] <R.S.>

Tais leituras fazem de (152b) uma sentença quatro vezes am-
 bígua, visto que ocorre nelas o item lexical ambíguo existir
 por duas vezes, i.ê, uma vez em cada sentença constituinte.
 A diferença em cada leitura está em existir ora realizar os
 traços semânticos e distintivos '((+estático) (+latente)) + [pro-
 priedade de existência dos objetos físicos]', ora realizar
 os traços semânticos e distintivos '((+estático) (-latente)) +

atributo de existência dos objetos físicos ', que se pode observar, comparando-se cada uma das leituras não-ambíguas. Para que seja possível a leitura 1, (152b) deve ter sido gerada de duas sentenças matrizes idênticas "Existe aquilo", onde existir₂ ocorre com um dêitico neutro, que por uma regra de transformação (provavelmente posterior à de Relativização), toma a forma 'o'; aplicando-se a regra de relativização, 'aquilo' da sentença encaixada é incorporado em um pronome relativo que, portando os mesmos traços de número-pessoa do item lexical 'aquilo'. Para a leitura 2, (152b) deve ter sido gerada de duas sentenças matrizes idênticas 'Aquilo existe'. Para abordarmos o modo como foi gerada (152b), tendo a leitura 2, temos que levar em conta que houve várias transformações sintáticas. Para ocorrer as transformações por encaixe, a segunda sentença só pode ser encaixada na [FN,S], visto que é agramatical a sentença "Aquilo existe que existe." Então teremos uma sentença semelhante a "Aquilo que existe existe", a que se pode aplicar outra regra transformacional que torna o pronome neutro 'aquilo' em o, obtendo-se "O que existe existe" (semelhante a uma das leituras de (152a)). Ao lhe aplicarmos a regra de movimento do sujeito (M.S.), temos a sentença (152b) com a leitura 2: "Existe o que existe". Note-se a importância de se conservar a intonação sobre o verbo, apesar do movimento. Pela intonação forte sobre o primeiro existir, seria bom, para contrastar com as outras leituras, colocar-se uma vírgula após ele, como em "Existe, o que existe". Para a leitura 3 de (152b), considera-se que (152b) tenha sido gerada de duas sentenças distintas: "Existe aquilo" e "Aquilo existe", onde a segunda é encaixada na primeira por regra de Relativização e posteriormente a mesma regra que transforma 'aquilo' em o se aplica, obtendo-se (152b). Para a leitura 4, considera-se que (152b) tenha sido gerada de duas sentenças distintas: "Aquilo existe" e "Existe aquilo" (ordem inversa à da leitura 3). Ao encaixarmos a segunda delas na [FN,S] da primeira, obtemos a sentença "Aquilo

que existe existe", tendo-se-lhe aplicado Relativização, o que implica um movimento obrigatório de que para antes do verbo. Aplicando-se uma regra transformacional que torna 'aquilo' o, tem-se "O que existe existe": aplicando-se a regra de M.S. a esta sentença, obteremos "Existe o que existe". Observa-se que não é muito simples descrever sintática e semanticamente todos os fenômenos lingüísticos de uma sentença n vezes ambígua ($n \geq 2$): por isso é que procuramos descrever apenas uma das sentenças com dois existir de (152). Segundo o que podemos observar das sentenças ambíguas descritas acima, depreende-se que uma sentença relativa com existir, por apresentar uma estrutura ambígua pela posição pré-verbal do pronome relativo, é uma condição suficiente para que as regras de projeção do item lexical co-ocorram para produzir leituras semânticas diversas à sentença onde ele apareça.

- (D4) S_1 e S_2 são paráfrases em uma leitura com relação a suas caracterizações d_i e d_j se, e somente se, o conjunto de trajetórias associado com o nó rotulado S em d_j tem uma leitura em comum.

Em se tratando de se conseguir paráfrases para os verbos existir do português, temos que: para existir (com FN à esquerda) é esporádica a ocorrência de ser (às vezes parafraseiam-se sentenças com existir₁ empregando-se o verbo viver, quando se trata de algum ser vivente, vegetal ou animal). Aliás temos um único exemplo:

- (153) a- Deus existe.
b- Deus é.

e deste uso parece terem surgido outros (por imitação), mas não é comum na linguagem corrente: outra possível paráfrase para existir₁ (apesar de não muito boa) é a locução 'estar em algum lugar':

- c- Deus está em algum lugar.

Assim, (153b) é paráfrase de (153a) porque o conjunto de trajetórias daquela associado a S, tem uma leitura semelhante à desta, i.é, ambas apresentam os mesmos elementos semânticos, como se observa nas 'formalizações abaixo:

Leitura de (153b):

Deus + é +sentença + (-objeto físico) + (espírito) + [propriedades(?) não identificadas] + ((+estático)(+latente)) + [Propriedade de existência dos objetos físicos] <R.S.>

Leitura de (153a):

Deus + existe + sentença + (-objeto físico) + (espírito) + [Propriedades(?) não identificadas] + ((+estático)(+latente)) + [propriedade de existência dos objetos físicos] <R.S.>

Por outro lado, para parafrasearmos existir₁ pela locução 'estar-em-algum-lugar' temos que caracterizá-la como se fosse um único verbo complexo que, em uma das leituras de (153c) esta locução realizasse os mesmos elementos semânticos de existir₁, como o faz ser na sentença (153b). Daí, Leitura de (153c):

Deus + está-em-algum-lugar + sentença + (-objeto físico) + (espírito) + [propriedades(?) não identificadas] + ((+estático)(+latente)) + [propriedade de existência dos objetos físicos] <R.S.>

Uma vez que na R.S. de existir₁ não há uma regra que proíba a ocorrência com Nomes marcados'(-Objeto físico)', (153) é uma ocorrência boa de existir₁.

Para paráfrases de existir₂ (transitivo), temos com insistente frequência as ocorrências de haver (num registro mais formal da linguagem) e ter (num registro informal ou coloquial) - por vezes pode-se ter dar (abordado no capítulo anterior) como sinônimo de existir₂. Sentenças paráfrases de existir₂ com ter, haver e dar, são:

- (154) a- Existe pessoas pobres de espírito por aí.
 b- Há pessoas pobres de espírito por aí.
 c- Tem pessoas pobres de espírito por aí.
 d- Dá pessoas pobres de espírito por aí.

Nestas sentenças de (154) há a realização de elementos semânticos comuns a todas elas. Estes elementos são '(-Latente) [Atributo de existência dos objetos físicos] <R.S> 'traços que as tornam paráfrases, uma da outra.

- (D5) S_1 e S_2 são paráfrases completas com relação a suas caracterizações d_i e d_j se, e somente se, o conjunto de trajetórias associadas ao nó rotulado S em d_i e o conjunto de trajetórias associadas ao nó rotulado S em d_j têm exatamente os mesmos membros.

Não sei se seria muito ousado dizer-se que as sentenças de (153) de um lado, e as de (154) de outro, são paráfrases completas, uma da outra: em princípio nada objeta, visto que elas têm exatamente os mesmos membros, a menos que encontremos contra-exemplos bem marcantes com relação às restrições de seleção de cada um dos verbos existenciais.

Temos visto como operam as regras de projeção do tipo-um. Como sentenças complexas são sentenças constituídas por outras sentenças simples (ou mesmo complexas) - e as regras de projeção do tipo-um operam apenas em sentenças simples - para abordarmos sentenças complexas com existir, teremos que tomar contato com as regras de projeção de tipo-dois (que Katz(1964) não as descreve, mas alude a elas).

Uma gramática gerativa transformacional emprega dois tipos de regra para conseguir uma maneira de atribuir a cada sentença da língua uma EP correta. Estas regras (com algumas das quais já trabalhamos no capítulo anterior) são regras de reescritura e regras transformacionais. As regras de projeção do tipo-dois pretendem explicar o modo pelo qual as regras transformacionais preservam ou alteram o sentido. Estas regras de projeção produzem uma interpretação semântica $\emptyset d_i$ para a caracterização de estrutura de constituintes.

tes d_1 , construída pela operação da transformação T , a partir do conjunto de estruturas $d_1, d_2, \dots, d_n$. Estas regras de projeção se aplicam às interpretações semânticas $\emptyset d_1, \emptyset d_2, \dots, \emptyset d_n$ e à transformação t , para produzir a interpretação semântica $\emptyset d_1$. Elas atribuem interpretações semânticas que reconstroem o modo pelo qual o sentido da sentença transformada seja uma função dos sentidos de cada uma das sentenças que foram usadas por T em sua construção. Em sentenças complexas com existir elas se processam, e, como veremos, elas proporcionarão interpretações semânticas à S complexa como um amálgama das interpretações semânticas de cada uma das S constituintes. Paralelamente ao conceito de regras de projeção de tipo-dois, veremos noções de analiticidade e contradição: conceitos que andam de mãos dadas num estudo semântico-filosófico da linguagem natural, e que nos são de capital importância no tratamento de S com existir.

Para se obter uma definição formal de sentença analítica do tipo copulativo " $FN + \text{é} + A$ " ou " $FN + \text{é} + FN$ ", precisa-se de algumas noções auxiliares:

(N.A.) "Seja t_1 uma das trajetórias de FN , dominada por S ; seja t_2 uma trajetória de FP , dominado por S : t_1 e t_2 são trajetórias amalgamadas para produzirem uma leitura $l_{1,2}$, para a sentença como um todo."

Tendo-se a noção auxiliar acima, Katz define sentença analítica como:

(D6) A sentença copulativa S é analítica na leitura $l_{1,2}$ se, e somente se, todo elemento semântico (marcador ou distintivo) e_1 em t_2 esteja também em t_1 , e, para

qualquer elemento semântico complexo $e_1 \cup e_2 \cup \dots \cup e_n$ na trajetória t_2 , haja um elemento semântico e_j tal que $1 \leq j \leq n$ e e_j esteja na trajetória t_1 .

São exemplos de sentença analítica: com existir em uma leitura, como (D6):

- (155) a- Crianças que existem₁ são crianças que existem₁(2)
 b- Tudo que é vivo é algo que existe₁.
 c- Tudo o que há é tudo o que existe₂.
 d- Os objetos físicos são objetos que existem₁.

(Para evitar ambiguidade quanto à interpretação semântica desejada das sentenças com existir, acima, marcamos os verbos existir com seus números (1 e 2) para que as sentenças de (155) não sejam interpretadas como sentenças anômalas.) A analiticidade das sentenças de (155) pode ser exemplificada por uma descrição de (155d), descrição bastante simplificada:

Leitura analítica de (155d)

Os + objetos + físicos + são + objetos + que + existem₁ →
 sentença → (+objeto) → (forma) → (tamanho) → (...) → [propriedade de existência latente] → cópula → (+objeto) → (forma) → (tamanho) → (...) → (?) → (+objeto) → (forma) → (tamanho) → (...) → ((+estático) (+latente)) → [propriedade de existência dos objetos físicos] <R.S.>

Observe-se que em (155b) o verbo viver apresenta traços distintivos que não encontramos em existir₁, e.g. "Ter vida", de que se pode observar que a analiticidade não é total. A leitura de (155d) é analítica quando da ocorrência dos elementos semânticos "(+objeto) → (...) → [propriedade de existência latente]" no amálgama das trajetórias dos constituintes da [FN, S], e da ocorrência de elementos semânticos semelhantes (ou os mesmos, distribuídos diferentemente) "((+estático) (+latente)) → [propriedade de existência dos objetos físicos]"

na trajetória da $[FV, FP]$ e no amálgama desta com a trajetória da $[FN, S]$ da S relativa. Uma vez que estes dois conjuntos de traços semânticos ocorrem em uma relação de cópula, Katz diz que uma sentença desta natureza é uma sentença analítica.

Há ainda outras sentenças que são (completamente) analíticas, como

- (156) a- Os objetos que estão-em-algum-lugar são objetos que existem₁.
 b- Estar vivendo é estar existindo₁.

A descrição de (156a) assemelha-se bastante à descrição de (155d), caso se queira fazê-la

A sentenças do tipo de (156), Katz dá uma definição do tipo de

- (D6') S é completamente analítica em d_i se, e somente se, o conjunto de leituras atribuídas ao nó rotulado S em d_i é não nulo e, para toda leitura $l_{1,2}$ neste conjunto, S é analítica em $l_{1,2}$.

(Nestas relações de analiticidade parcial ou total interferem as expressões semelhantes, chamadas de expressões sinônimas; e sua relação, sinonímia.)

Alternativamente, uma descrição de contradição - ou sentença contraditória que reconstrói a contraditoriedade ao nível da sentença como contra-parte da relação de antonímia no nível de itens lexicais e expressões - deve ser construída de tal modo que a relação entre contradição e antonímia seja um traço de sua definição. (Tem-se conhecimento de inúmeros pares (ou não) de antônimos, como: alto/baixo, claro/escuro, verde/maduro, macho/fêmea, homem/mulher, criança/adulto, etc.) Duas expressões (ou mais) são antô

nimas quando suas trajetórias forem idênticas, excetuando num marcador semântico ou num distintivo. Uma definição para antonímia seria plausível em três etapas, para Katz. Duas delas são:

- (Ant.) 1- Dois itens lexicais ou expressões construídas m_i e m_j são antônimas em suas trajetórias tm_i e tm_j se, e somente se, tm_i e tm_j contêm elementos semânticos diferentes do mesmo n-ésimo antônimo de elementos semânticos.
- 2- $m_1, m_2, \dots, m_n$ são n-ésimos X-antônimos de expressões contruídas se, e somente se, as trajetórias $tm_1, tm_2, \dots, tm_n$ associadas a elas, respectivamente, cada qual contenha um elemento semântico diferente do n-ésimo X-antônimo de elementos semânticos. (X=tal qual; tantos quantos)

Por exemplo, os itens lexicais 'claro' e 'escuro', para serem considerados antônimos, um do outro, devem apresentar pelo menos um traço semântico diferente no mesmo par de elementos semânticos antônimo, i.é, enquanto que ambos apresentam um elemento semântico "(+Luminosidade)", cada um deve apresentar, neste par, um traço semântico (distintivo) diferente: respectivamente "(+Presença)" para 'claro', e "(-Presença)" para 'escuro'.

Estas definições de antonímia nos servem na medida em que são um passo para a definição de uma sentença contraditória. Uma definição de sentença contraditória em Katz (1964) é:

- (D7) S é contraditória na leitura $l_{1,2}$ de d_i se, e somente se, t_1 e t_2 contenham elementos semânticos diferentes do mesmo n-tupro antônimo de elementos semânticos.

Sentenças simples contraditórias (com o verbo existir, mas não por causa dele) são:

- (157) a- Existem monstros não-animais.
 b- Monstros sem alma existem₁.

A leitura contraditória de (157a) se dá da seguinte maneira:
Leitura de (157a), contraditória:

Existem₂ + monstros + não-animais + sentença → ((+estático) (-latente)) → [atributo de existência dos objetos físicos] → (objeto físico) → (animal) → [características físicas anormais] → (A/animal) <RS> (A/=Não)

Há a ocorrência na mesma trajetória t_2 de dois marcadores semânticos contraditórios: "(animal)" e "(A/animal)".

E a leitura contraditória de (157b) se dá como:

Leitura de (157b), contraditória:

Monstros + sem alma + existem₁ → sentença → (objeto físico) → (animal) → [características físicas anormais] → (A/animal) → ((+estático) (+latente)) → [propriedade de existência dos objetos físicos] <R.S.>

Observe-se que a contradição de (157) se dá pelo fato de co-ocorrerem, numa mesma trajetória, os elementos semânticos antônimos "(animal)" e "(A/animal)". Mas tal contradição é entre o nome e seu determinante, e não destes em relação a existir. (Apesar de o exemplo ter sido dado com o verbo existir, não é ainda em exemplos desse tipo que a contradição com os verbos existir ocorre.) É evidente que a relação de contradição em (157) poderia se dar com outros verbos, que não existir.

Contrariamente à definição de sentença analítica e contraditória, tem-se uma definição para sentenças sintéticas - a partir de (D6) e (D7), em (D8):

- (D8) S é sintética na leitura $l_{1,2}$ de d_1 se, e somente se, S não for nem analítica em $l_{1,2}$, nem contraditória.

São exemplos de sentenças sintéticas com existir as seguintes:

- (158) a- Existem pessoas gordas.
 b- Tudo o que existe é um ser.
 c- Monstros que não existem₁ são monstros que exis
 tem neste livro.
 d- Não existem monstros.
 e- Os monstros não existem.
 f- Existem laranjas verdes.

Descrevamos (158d) para exemplificarmos, segundo a teoria de Katz, uma leitura sintética de sentenças com existir:

Leitura de (158d)-sintética:

Não + existem + monstros → sentença → A/(((+estático)(-latente)) → [atributo de existência dos objetos físicos] → (objeto físico → (animal) → [características físicas anormais] <R.S>
 As sentenças de (158), ao modelo de (158d) descrita acima, são sintéticas, uma vez que os amálgamas da trajetória da [FN,S] e da [FV,FP] não apresentam elementos semânticos sinônimos ou antônimos.

Para as definições de (D6)-(D8) há certas considerações a fazer, como por exemplo, o efeito da negação sentencial. Apesar de se ter vários processos para obter negação - prefixando-se a ela uma expressão do tipo de 'é falso que', 'não se dá o fato de que', etc: ou mesmo com o acréscimo de um prefixo negativo 'in-', 'a-', 'des-' a um item lexical - consideraremos apenas a negação em que se emprega 'NÃO'. (Deve-se tomar de antemão que o escopo da negação numa sentença é determinado pela análise gramatical da sentença.) O constituinte sob o escopo de 'NÃO' será a FP da S, de tal modo que as regras de 'NÃO' operam sobre a trajetória t₂.
 Numa sentença como

- (159) Aquele homem não existe₁.

as regras de 'NÃO' se aplicam a qualquer trajetória que abraça uma leitura para o constituinte 'existe'.

Para se determinar os efeitos das regras de negação sobre as trajetórias, Katz formula uma definição para um operador de antonímia que ele simboliza como 'A/', que é terceira etapa para a definição de antonímia:

- (Ant.) 3- Se os elementos semânticos $e_1, e_2, \dots, e_n$ são um antônimo n -ésimo,
 então: a- $A/e_i (1 \leq i \leq n) = \{e_1 \cup e_2 \cup \dots \cup e_{i-1} \cup e_{i+1} \cup \dots \cup e_n\}$
 b- $A/A/e_i = e_i \quad (X + \text{não} + \text{não} + Y = X + Y)$

Um elemento semântico complexo é uma função de elementos se mânticos, que também são tratados como elementos semânticos, pelo fato de serem um amálgama. Para sentenças negativas do tipo de:

(160) Aquele adulto não é um solteirão.

cujo escopo de 'NÃO' é 'um solteirão' (que não afirma se tal solteirão é casado ou viúvo, ou desquitado), Katz sugere uma regra de negativa do tipo de:

- (RN) Considere-se que $e_1, e_2 \dots e_k$ sejam todos os elementos semânticos numa trajetória no escopo de 'NÃO', tal que nenhum $e_i (1 \leq i \leq k)$ ocorra em t_1 e nenhum A/e_i ocorra em t_1 . Então $e_1, e_2 \dots e_k$ são substituídos pelo elemento semântico complexo $\{A/e_1 \cup A/e_2 \cup \dots \cup A/e_k\}$. (Se e_i pertence a um par de antônimos, então A/e_i é simplesmente o marcador semântico ou distintivo antônimo com e_i .)

O amálgama das trajetórias de 'aquele adulto' e de 'não é um solteirão' de (160) acima é precedido por uma operação de (R/N) que substitui os marcadores semânticos de 'solteirão' (Não-casado) (Maduro) pelo marcador semântico complexo $\{(A/\text{Não casado}) (A/\text{Maduro})\}$, i. é, $\{(Casado) \cup (Não-maduro)\}$, que se torna um elemento da leitura de toda a S. Tal sentença é uma

sentença analítica sob a definição (D8).

Katz dá mais duas regras de negação - completando-se três - que podem dar conta da operação de negação. Tais noções de negação sentencial nos serão úteis quando de sua ocorrência com existir₁ + existir₂, que não os revelarão contraditórios. Tais regras são:

- (RN') 1- Para todos os e_i numa trajetória no escopo de 'NÃO', tal que haja um elemento antônimo de e_i em t_1 , e_i é substituído por A/e_i ;
 2- Se (RN) não se aplicou e se (RN'-1) não se aplica, então qualquer e_i numa trajetória no escopo de 'NÃO' que também ocorra em t_1 é substituída por A/e_i .

(RN'') Se (RN') se aplica a uma trajetória, então qualquer elemento semântico nessa trajetória que também não ocorre em t_1 e que não entrou nessa trajetória pela aplicação de (RN') que permite sua aplicação de (RN') é anulada.

Com tais regras de negação, uma teoria semântica construída sob o modelo há pouco demonstrado marcará a negação de uma sentença analítica como contraditória, e a negação de uma contraditória como analítica. De uma sentença contraditória, como

(161) A boneca de pano existente₁ não existe₁.⁴

(Na sentença (161) entram em contradição elementos semânticos de 'existente' com os mesmos elementos semânticos de 'existe' que aparecem sob o escopo de 'não', i.é, constituem-se elementos antônimos na trajetória t_2 , de elementos da trajetória t_1 .)
 sob a definição (D7), obtém-se uma sentença analítica, como:

- (162) a- A boneca de pano existente₁ existe₁.
 b- A boneca de pano inexistente₁ não existe₁. (Este processo, como já aludimos, não nos interessa no trabalho)

aplicando-se a regra de negação (RN'-1), pois cada elemento semântico da trajetória t_2 sob o escopo de 'NÃO' tem um elemento antônimo na trajetória t_1 (Katz, 1964).

A sentença (161) teria uma descrição semântica contraditória, como:

Leitura de (161), contraditória:

A boneca + de pano + existente₁ + não + existe₁ → sentença → (objeto físico) → [brinquedo infantil feminino] → [feito de tecido] → [propriedade de existência latente] → A/(((+estático)(+latente))) → [propriedade de existência dos objetos físicos] <R.S>

onde a contradição é evidenciada entre os traços "(objeto físico)" e "[propriedade de existência]" da trajetória t_1 e os traços "A/[propriedade de existência dos objetos físicos]" da trajetória t_2 .

Uma vez submetida a descrição de (161) à negação, teremos agora uma descrição equivalente à descrição de (162a), aplicando-se a regra da dupla negação em (Ant.3) acima, após ter aplicado a regra da negação (RN'-1). Assim, tem-se uma descrição de (162a), em duas fases:

Leitura de (162a) - 1ª fase:

A boneca + de pano + existente₁ + não + não + existe → sentença → (objeto físico) → [brinquedo infantil feminino] → [feito de pano] → [propriedade de existência] → A/A/(((+estático)(+latente))) → [propriedade de existência dos objetos físicos] <R.S>

Leitura de (162a) - 2ª fase:

A boneca + de pano + existente₁ + existe₁ → sentença → (objeto físico) → [brinquedo infantil feminino] → [feito de pano] → [propriedade de existência] → ((+estático)(+latente)) → [propriedade de existência dos objetos físicos] R.S.

Parece proceder assim a teoria de Katz quanto à afirmação de que a negativa de uma sentença contraditória é sempre analítica, e vice-versa.

Semelhantemente ao processo anterior, utilizando a regra (RN'-2), Katz transforma uma sentença analítica no sentido de (D6) em contraditória, cuja leitura semântica satisfaz (D7). Do fato de que a negação de uma sentença sintética não é nem analítica

nem contraditória faz com que Katz conclua que ela é sintética (pag 536). São exemplos, sentenças como:

- (163) a- A/(A maçã azul existe) : Sintética
 a'- A maçã azul não existe.: Sintética
 b- A/(Existe aquele solteiro): Sintética
 b'- Não existe aquele solteiro.: Sintética

(A existência da regra (RN'')) tem razão de ser quando nos comparamos com sentenças do tipo de "Um tio é uma solteirona." que são contraditórias pelo fato de que na trajetória t_1 e na t_2 tem diferentes marcadores semânticos: (Masculino) e (Feminino), respectivamente, cuja negativa se pretende que seja uma analítica. Mas esta sentença negativa não seria analítica, uma vez que há um elemento semântico (Não-Casado) na trajetória t_2 que não está em t_1 . Daí a necessidade de se anular tais elementos semânticos a fim de se manter a consequência de que a negação de uma contraditória é uma analítica, e que se preserva a generalização de (D6). Com existir, escapa-nos exemplos.)
 Para dar um tratamento completo de contradição, as sentenças contraditórias que envolvem conjunção de dois predicados incompatíveis, como em sentenças do tipo de (164).

- (164) a- As pedras que caem, não caem.
 b- Pessoas que comem, não ingerem alimento.

Katz diz que tais sentenças são compostas por sentenças-constituintes inconsistentes num sentido de que:

- (D9) S_1 e S_2 são inconsistentes em um par de leituras se a leitura de uma é a mesma leitura da negação da outra, i.é, se uma sentença é sinônima (ou paráfrase) da negação da outra.

As sentenças de (164) apresentem pelo menos uma leitura semân

tica onde os elementos semânticos das trajetórias da sentença encaixada aparecem negados na trajetória t_2 da sentença matriz. Uma representação semântica de (164b) seria:

Leitura de (164b):

Pessoas + que + comem + não + ingerem + alimento → sentença + (objeto físico) + (animal) + (humano) + (?) + (objeto físico) + (animal) + (Humano) + (Ação) + ((trituração com os dentes) & (deglutição) de X) → A/(Ação) + (deglutição) de X) + (objeto físico) + [propriedades vitamínicas] <R.S.>

Os traços semânticos que entram na relação de contradição, i.e., os traços semânticos antônimos são: "(Ação) + ((...) (deglutição) de X) da sentença relativa (na trajetória da FN, S), que aparecem como "A/(Ação) + ((deglutição) de X", na trajetória da FV, FP.

Igualmente, são sentenças com existir do português, como

(164) c- As casas que existem₂ não existem₂.

d- As casas que existem₁ não existem₁.

Uma leitura para (164c) - contraditória - teria como descrição semântica a seguinte:

Leitura de (164c) - contraditória:

As casas + que + existem₂ + não + existem₂ → sentença → (objeto físico) + (moradia) + [compartimentos construídos de madeira, tijolos ou barro cobertos com telhas, ou outro material impermeável] → (?) → (objetos físicos) + [compartimentos... impermeável] → ((+estático) (-latente)) → [atributo de existência dos objetos físicos] → [A/atributo de existência dos objetos físicos] <R.S.>

A contradição de (164c) se dá pela relação de antonímia dos traços semânticos "[atributo de existência dos objetos físicos]" e sua negação "[A/ atributo de existência dos objetos físicos]". Assim, as sentenças de (164) acima são casos de predicação incompatível, e, contraditórias, por serem junção de sentenças inconsistentes. Para definir sentenças complexas analíticas, contraditórias e sintéticas que não envolvem cópula, Katz apresenta três definições em termos que implicam o processo da transformação de tais sentenças, a partir das sentenças matri

zes, de que são resultado das transformações:

- (D10) Uma sentença S transformacionalmente composta é analítica numa leitura se a sentença matriz e a sentença encaixada na matriz para construir S são paráfrases em uma leitura, ou se a encaixada for redundante.

São exemplos de sentenças analíticas com existir, mediante (D10):

- (165) a- Tudo o que é vivo existe₁.
 b- Há tudo aquilo que existe₂.
 c- Os objetos físicos são objetos que existem₁.
 d- Tudo o que existe₁ existe₁.
 e- Tudo o que existe₂ existe₂.

Para aplicarmos o conceito de analiticidade entre sentenças não copulativas às sentenças com existir, tomemos uma das de (165). Por exemplo, (165a): suponha-se que (165a) tenha sido gerada a partir da transformação de Relativização entre as sentenças "Tudo aquilo existe₁" e "Aquilo é vivo." . Se olharmos numa entrada lexical de viver, vamos encontrar elementos semânticos comuns à entrada de existir₁. Então, uma vez a sentença "Aquilo é vivo" encaixada na sentença "Tudo aquilo existe₁" por Relativização, deve haver certas regras de projeção tipo-dois que possibilitarão ao ouvinte/falante uma leitura em que (165a) seja interpretada como analítica.

- (D11) Uma sentença S transformacionalmente composta é contraditória numa leitura se a sentença matriz e a sentença encaixada na matriz para formar S são inconsistentes em um par de leituras.

São exemplos de sentenças contraditórias com existir e sinô

nimos:

- (166) a- Monstros que existem₁ não existem₁.
 b- Existem₂ monstros que não há.
 c- Há monstros que não tem.
 d- Existem₂ monstros que não tem.
 e- Tem monstros que não há.
 f- Há monstros que não tem. (Etc.)

A descrição semântica de uma sentença contraditória numa leitura, definida em (D11), como (166), pode se dar da seguinte maneira. Tomemos (166a):

Leitura de (166a) - contraditória:

monstros + que + existem₁ + não + existem₁ + sentença + (objeto físico) + (animal) + [características físicas anormais] + (?) + (objeto físico) + (animal) + [características físicas anormais] + ((+estático)(+latente)) + [propriedades de existência dos objetos físicos] + A/((+estático)(+latente)) + [propriedades de existência dos objetos físicos] R.S.

Para que (166a) seja contraditória é preciso que suas sentenças constituintes sejam inconsistentes; para duas sentenças serem inconsistentes elas devem - conforme (D9) - uma ser paráfrase ou a mesma leitura da negação da outra. Se em (166a) as sentenças constituintes são uma a negação da outra, então (166a) é uma sentença contraditória. Como se observa em sua descrição acima, a co-ocorrência dos elementos semânticos antônimos: "((+estático)(+latente)) + [propriedade de existência dos objetos físicos]" e "A/((+estático)(+latente)) + [propriedade de existência dos objetos físicos]"

- (D12) Uma sentença S transformacionalmente composta é sintética em uma leitura, se S não for nem analítica nem contraditória.

Com existir, há sentenças sintéticas que por vezes são

m a l interpretadas - quando da ocorrência dos dois existir - e consideradas como sentenças contraditórias. Tais sentenças são ambíguas e serão consideradas sintéticas apenas nas leituras em que os elementos semânticos das duas sentenças-constituintes - apesar de diferentes - não forem elementos antônimos um do outro. Tais sentenças são:

- (167) a- Há monstros que não existem.
 b- Tem monstros que não existem.
 c- Existem monstros, mas monstros não existem.
 d- Não existem monstros, mas monstros existem.
 e- Os monstros não existem, mas existem os monstros.
 f- Não existem monstros que existem.
 g- Os monstros existem, pois não existem monstros.
 h- Monstros que não existem existem neste livro.
 i- Existem monstros que não existem.

A exemplo de como (167i) teria pelo menos duas leituras semânticas segundo a teoria de Katz (1964), ilustramos em:

Leitura de (167i) - sintética:

Existem₂ + monstros + que + não + existem₁ + sentença + ((+estático) (-latente)) + [atributo de existência dos objetos físicos] + (objeto físico) + (animal) + [características físicas anormais] + (?) + (objeto físico) + (animal) + [características físicas anormais] + A/(((+estático) (+latente)) + [propriedade de existência dos objetos físicos] <R.S>

Leituras de (167i) - contraditórias:

1- existem₂ + monstros + que + não + existem₂ + sentença + ((+estático) (-latente)) + [atributo de existência dos objetos físicos] + (objeto físico) + (animal) + [características físicas anormais] + (?) + (objeto físico) + (animal) + [características físicas anormais] + A/(((+estático) (-latente)) + [atributo de existência dos objetos físicos] <R.S>

2- existem₁ + monstros + que + não + existem₁ + sentença + ((+estático) (+latente)) + [propriedade de existência dos objetos físicos] + (objeto físico) + (animal) + [características físicas anormais] + (?) + (objeto físico) + (animal) + [características

de existência dos objetos físicos] (R.S.)

Como se pode observar na leitura de (167i)-sintética não ocorrem elementos semânticos antônimos, nem sinônimos. Os traços semânticos "[atributo de existência dos objetos físicos]" se fossem sinônimos de "[propriedade de existência dos objetos físicos]" a sentença (167i) não seria sintética, mas contraditória - o que não ocorre nessa leitura. Nas leituras de (167i)-contraditórias observa-se a ocorrência de elementos semânticos antônimos num mesmo amálgama: ora "((+estático)(-latente)) + [atributo ... físicos]" com "A/(((+estático)(-latente)) + [atributo... físicos])", ora "((+estático)(+latente)) + [propriedade ... físicos]" com "A/(((+estático)(+latente)) + [propriedade... físicos])".

Para ampliarmos o corpus de sentenças complexas com existir, tomemos sentenças cuja relação entre elas seja a relação 'Se..., então' da condicional:

- (168) a- Se os monstros existem, então os monstros existem. (A)
 b- Se existem monstros, então existem monstros. (A)
 c- Se os monstros não existem, então os monstros existem. (C)
 d- Se existem monstros, então não existem monstros. (C)
 e- Se os monstros existem, então existem monstros. (S)
 f-?Se existem monstros, então os monstros existem. (Anô)(?)
 g- Se os monstros existem, então ou existem monstros ou não existem monstros. (S)
 h-?Se existem monstros, então ou os monstros existem ou não existem. (Anô)(?)
 i- Se os monstros não existem, então ou existem monstros ou não existem monstros. (S)
 j-?Se não existem monstros, então ou os monstros existem ou os monstros não existem. (Anô)(?)

(A= Analítica; C=Contraditória; S=Sintética; Anô=Anômala)

Segundo as ocorrências de existir nas sentenças (168g,h,i,j) pode-se depreender que:

(169) a- Se $(x \text{ existir}_1)$, então: ou $(\text{existir}_2 x)$, ou $(\text{não-exis}$
 $\text{tir}_2 x)$;

b- Se $(x \text{ não-existir}_1)$, então: ou $(\text{existir}_2 x)$, ou $(\text{não-}$
 $\text{existir}_2 x)$.

mas não ocorre:

c- ?Se $(\text{existir}_2 x)$, ou $(\text{não-existir}_2 x)$, então: ou $(x$
 $\text{existir}_1)$, ou $(x \text{ não-existir}_1)$.

Quanto a sentenças complexas, cujas sentenças constituintes es
 sejam em uma relação sintática ligada pela conjunção 'se...,então'
 Katz diz que:

(D13) A sentença S_1 acarreta a sentença S_2 se, e somente
 se, a condicional 'Se S_1 , então S_2 ' é analítica.

Mas tal princípio parece não se aplicar à sentença sintética
 (168e) e às outras sintéticas de (168), onde ocorre uma das
 relações plausíveis entre 'um existir e outro', tal como (169).

Em conclusão a esta seção do trabalho, podemos dizer que,
 devido à ambiguidade lexical de existir, sentenças com este
 verbo são sentidas ora como contraditórias, ora como sinté
 cas. Por outro lado, tentamos evidenciar que uma teoria à
 Katz(1964) nos possibilita descrever os traços semânticos
 de um item lexical (existir) e a descrever suas possíveis
 realizações(ora analíticas, ora contraditórias, ora sinté
 ticas), apesar de ser um tanto inapropriada para um bom tra
 tamento semântico descritivo de existir. Segundo sua teoria,
 foi-nos possível evidenciar que existir no português é am
 bíguo, tendo portanto uma entrada lexical(confirmando a teo
 ria de Fillmore, discutida na seção anterior) com duas in
 terpretações semânticas, cada qual com marcadores semânti
 cos e sintáticos diferentes um do outro: sentidos estes as
 siados com a descrição estrutural da sentença em que existir
 ocorre: ora com FN à esquerda, ora com FN à direita.

N O T A S

1. Para justificar a escolha dos elementos semânticos para existir, pode-se dizer que, comparando-se existir com verbos de ação (cair, correr, andar), de fenômenos da natureza (chover, nevar, gear), inativos (dormir, morrer, sonhar) não se pode enquadrá-lo em nenhum deles. Daí o fato de o marcarmos com o traço (+ESTÁTICO). Tomando-se sentenças em que o verbo existir₁ ocorre, como (141) ou outras sentenças do capítulo anterior, observa-se que sua ocorrência parece indicar que a 'coisa' que o verbo predica tem latente, ou inerente, uma propriedade que 'coisas' imaginárias ou fictícias não têm. Estas, por sua vez, como não possuem propriedades, atribuem-se lhes características semelhantes àsquelas. Desta maneira simplicamos existir₁ como tendo os marcadores semânticos (+ESTÁTICO) e (+LATENTE), e existir₂, os marcadores semânticos (+ESTÁTICO) e (-LATENTE). Uma vez que hierarquizar todos os traços distintivos de existir₁ e existir₂ é uma tarefa bastante difícil, resolvemos dar uma descrição de tais traços no espaço entre colchetes que, de maneira bastante precária, aponta uma distinção entre cada um deles. Quanto à <R.S>, fica subentendido que há um conjunto de restrições sintáticas e semânticas a ser obedecido a partir do qual se possa relacionar, ou não, um item lexical ao outro para possibilitar ou impedir que se dê seu amálgama.

2. Interessante notar é que as sentenças de (148a-b) poderão ser interpretadas de modo diferente - com a mesma(?) realização fonológica - em contextos linguísticos diferentes. Supondo-se que (148b) ocorra numa situação em que o referente de 'você' tenha agido de maneira a deixar o interlocutor em uma situação de prazer, ou alegria; então ela será interpretada da mesma maneira que a senten

ça abaixo:

1.1 Você é fora-de-série! grande! genial!

Mas se for pronunciada numa situação em que o referente de 'você' tenha agido negativamente à vontade do interlocutor, trazendo-lhe mau humor, ela será interpretada como o é a sentença:

1.2 Você é um idiota ! burro!

igualmente (148a), uma vez pronunciada nestes contextos terá interpretações semelhantes. Afora estes contextos, tanto (148a) quanto (148b) não terão estas leituras, e provavelmente serão tomadas como bizarras, contra-producentes. Por outro lado, parece-nos que (148c) seria efetivamente produzida por um ser superior, Deus, por exemplo, assim como uma sentença do tipo de

1.3 Exista luz!

Note-se as diferentes relações locutor/interlocutor/mensagem na realização de (148c) e (1.3) acima. Suponha-se, para melhores observações, que 'luz' ocorra também em (148c), obtendo-se:

1.4 Exista, luz!

Enquanto que para a estrutura profunda de (1.4) pode-se evidenciar um interlocutor 'você' ('tu', 2ª pessoa do discurso), como em:

1.5 $s_3 [Eu \text{ digo a você } s_2 [você \text{ } s_1 [você \text{ é luz}] s_1 \text{ existir}] s_2] s_3$

como nos adverte Ross (1970, 'On Declarative Sentences', pag 223-5); para a sentença de (1.3) não teríamos esta, mas provavelmente:

1.6 $s_3 [Eu \text{ digo } s_2 [existir \text{ algo } s_1 [algo \text{ é luz}] s_1] s_2] s_3$

onde não encontramos marca alguma de 2ª pessoa, como em (1.5) acima. Pode-se dizer que também estas ocorrências

dependem do contexto (situação extra-linguística) ? Parece que sim. Note-se que na ocorrência de (1.4) a 2ª pessoa é necessariamente pré-existente, enquanto que na ocorrência de (1.3), não. (Cf. Rodney Huddleston 'Further Remarks on the Analysis of Auxiliary as Main Verbs', pag 223-225, Foundations of Language, Volume 11, nº 2; para sentenças dependentes de contexto.)

- 3- A presença do artigo definido (ou sua ausência) nas expressões que ocorrem com os verbos existir, à primeira vista, nos revela ser uma diferença marcante entre eles, mas paulatinamente encontram-se contra-exemplos. É comum ocorrer com existir₁ expressões com artigo definido, ao mesmo tempo que é comum a existir₂ expressões sem ele (ou com indefinido). Se tal fato fosse distintivo, poderíamos incluir na sub-categorização de cada um deles, respectivamente os traços sintáticos [+N [+DEFINIDO] — V], e [+V — +N [-DEFINIDO]] e ambos estariam distribuídos complementarmente. Mas tal fato não se processa com regularidade, como se pode observar nas sentenças de:

- 3.1 a- Existem casas usadas.
 b- As casas usadas existem.
 c- Existe uma casa para alugar.
 d- A casa para alugar existe.
 e- Cavalos existem.
 f- Os cavalos existem.
 g- Existem cavalos.
 h- Existem os cavalos.

Mas, enquanto está só nesse pé, não há maiores problemas. O problema surge exatamente quando se pergunta: Uma expressão singular ou plural precedida de artigo definido equivale à sua ocorrência sem ele? Ou melhor, são co-referentes 'os cavalos' e 'cavalos; 'as casas' e 'casas', etc? Se se responde que sim, incorremos em erro, pois a forma lógica de sentenças em que cada uma de

las ocorre é diferente (para uma expressão sem artigo, quantifica-se a proposição com um EXISTENCIAL mais uma VARIÁVEL; para uma expressão com artigo definido, quantifica-se a proposição ou com o OPERADOR IOTA (ou correspondente em função): ambos têm papel diferente na lógica (Cálculo dos Predicados); se se responde que não, como vamos gerar uma sentença do tipo de

3.2 Existem monstros que não existem.

cujas sentenças matrizes provavelmente fossem: "Existem monstros" e "Os monstros não existem" ? Pode-se dizer que tais expressões não são co-referenciais, e o que ocorre com sentenças do tipo de (3.2) é que: ou ambos os nomes na EP tinham artigo definido, ou ambos não o tinham. Como a presença do artigo definido é praticamente constante com existir₁ (com FN à esquerda), ao simples aparecimento de uma expressão precedida dele e acompanhada do verbo existir, somos fortemente compelidos a interpretar, às vezes erroneamente, existir₂ (com FN à direita) como existir₁. Se, para que a sentença (3.2) pudesse ser gerada transformacionalmente, houve condição necessária de que o item a ser relativizado fosse co-referencial (i.é, idêntico) com o outro da sentença superior, então é evidente que nas sentenças a se aplicar Relativização os itens co-referenciais devem ou ambos ter o artigo definido, ou ambos não o terem; caso seja uma expressão com artigo e outra sem, não se pode estabelecer a identidade entre eles, tampouco relativizar as sentenças em que eles ocorrem.

4. Uma vez que 'existente' é um Adj que pode ser parafraseado por uma relativa com existir, e, desde que a relativa com existir (ambíguo) é ambígua, o adjetivo 'existente' também pode estar sendo interpretado como ambíguo. A sentença (161) só é contraditória se 'existente' for interpretado como tendo origem de existir₁; caso seja de existir₂, (161) pode ser interpretada como sintética.

C O N C L U S Ã O

Durante todo o trabalho, que visa mostrar evidências de que no português o verbo existir parece ora ser único, ora ser dois, tentamos dar argumentos que fundamentassem, ou, pelo menos, abordassem de certa forma, as diretrizes de nossa intuição, na língua portuguesa.

No capítulo de Sintaxe, os primeiros argumentos confluíram para que se concluísse que existir tivesse duas entradas lexicais distintas exigindo contextos estruturais, também diferentes; os argumentos posteriores tentaram evidenciar que de fato existir, tendo uma única entrada lexical, possibilitando, na ES, duas estruturas diferentes (uma com FN à esquerda; outra com FN à direita), traria maior economia para a gramática do Português, que por sua vez se torna uma gramática mais produtora. Tendo-se encontrado diferença sintática - na ES - entre eles, tentamos procurar (dentro de uma teoria que reproduzisse formalmente nossas intuições) em que parte do sentido de cada um estava a diferença entre eles.

Uma vez evidenciado que a diferença entre existir₁ e existir₂ não reside só no nível sintático superficial, mas também semântico, observou-se que essas diferenças não são neutralizadas pela aplicação das regras de projeção. Se estas neutralizassem tais diferenças, poderiam produzir resultados contra-intuitivos.

Com a exposição da teoria de Katz (1964) - e alguns retoques adaptados para descrever os fenômenos linguísticos com existir - tentamos descrever, à altura que nos permitiu sua teoria, como se procederia uma teoria semântica a Katz com relação a sentenças com o(s) existir do português.

- Chomsky, Noam. 1965. Aspectos da teoria da Sintaxe. Armênio Amado, ed.sucessor - Coimbra, 1975 (Tradução de José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo, da Faculdade de Letras de Lisboa)
- Fillmore, C J 1969. "Toward a Modern Theory of Case", in Modern Studies in English, Readings in Transformation Grammar, David. A Reibel, and Sanford A Schane, eds., Prentice Hall, Inc. Englewood Cliffs, New Jersey.
- Jackendoff, Ray. 1973. Syntactic Theory and Semantic Interpretation, Cambridge, Mass. MIT Press.
- Katz, Jerrold J. 1964. "Analyticity and Contradiction in Natural Language", in The Structure of Language, Readings in the Philosophy of Language. Jerry A Fodor/Jerrold J. Katz, MIT Press
- Lightner, T M 1976. "Goals of Linguistic Theory", Peters(ed) in Language, Volume 52, Nº 1, March 1976
- Neeld, Ronald. 1976. "On some non-evidence for the cycle in Syntax", in Language, Volume 52, nº 1, March 1976